

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	16
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	19
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	21
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	25
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	26
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	27
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	28
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30
---	----

Notas Explicativas	40
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	139
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	143
---	-----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	145
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	147
---	-----

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

148

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.334
Preferenciais	0
Total	696.334
Em Tesouraria	
Ordinárias	713
Preferenciais	0
Total	713

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	3.481.773	1.558.026	2.091.462
1.01	Ativo Circulante	340.660	22.597	175.226
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.928	5.818	15.275
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.928	5.818	15.275
1.01.02	Aplicações Financeiras	383	260	1.470
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	383	260	1.470
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	383	260	1.470
1.01.03	Contas a Receber	10.018	11.957	13.008
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.018	11.957	13.008
1.01.03.02.01	Venda Participação	10.018	11.957	13.008
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.143	1.414	2.855
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.143	1.414	2.855
1.01.07	Despesas Antecipadas	640	506	506
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	640	506	506
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	313.548	2.642	142.112
1.01.08.03	Outros	313.548	2.642	142.112
1.01.08.03.01	Outros Créditos	2.357	2.269	3.229
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	334	373	1.105
1.01.08.03.04	Dividendos a Receber	310.857	0	137.778
1.02	Ativo Não Circulante	3.141.113	1.535.429	1.916.236
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	53.162	72.272	70.475
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	5.304	5.176
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	0	5.304	5.176
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	53.162	66.968	65.299
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	91	2.666	2.525
1.02.01.10.04	Outros créditos	11.774	12.748	1.725
1.02.01.10.07	Outros créditos - Venda participação	41.297	51.554	61.049
1.02.02	Investimentos	3.081.823	1.461.267	1.843.714
1.02.02.01	Participações Societárias	3.081.823	1.461.267	1.843.714

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.041.896	1.420.826	1.484.498
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	39.927	40.441	359.216
1.02.03	Imobilizado	5.044	1.714	1.984
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.044	1.714	1.984
1.02.04	Intangível	1.084	176	63
1.02.04.01	Intangíveis	1.084	176	63

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	3.481.773	1.558.026	2.091.462
2.01	Passivo Circulante	1.297.287	327.883	1.446.298
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.296	9.419	7.904
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.296	9.419	7.904
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.296	9.419	7.904
2.01.02	Fornecedores	763	265	635
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	763	265	635
2.01.03	Obrigações Fiscais	381	62	450
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	381	62	450
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	381	62	450
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.258.083	285.171	1.419.332
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.257.663	135.522	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.257.663	135.522	0
2.01.04.02	Debêntures	0	149.563	1.419.332
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	420	86	0
2.01.04.03.01	Arrendamento a pagar	420	86	0
2.01.05	Outras Obrigações	33.764	32.966	17.977
2.01.05.02	Outros	33.764	32.966	17.977
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	1.319	0	0
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	880	2.616	2.510
2.01.05.02.08	Acordo de Leniência	8.140	3.900	15.467
2.01.05.02.09	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	23.425	26.450	0
2.02	Passivo Não Circulante	64.177	1.173.962	189.813
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	1.107.841	148.266
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	1.107.841	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	1.107.841	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0	148.266
2.02.02	Outras Obrigações	64.177	66.121	41.547
2.02.02.02	Outros	64.177	66.121	41.547

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.02.02.04	Outras Contas a pagar	23.144	28.055	25.176
2.02.02.02.06	Acordo de Leniência	7.109	17.039	16.371
2.02.02.02.07	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	33.924	21.027	0
2.03	Patrimônio Líquido	2.120.309	56.181	455.351
2.03.01	Capital Social Realizado	2.054.305	360.900	360.900
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768	36.950
2.03.02.04	Opções Outorgadas	56.936	56.936	51.802
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387	-29.071
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	14.219	14.219	14.219
2.03.04	Reservas de Lucros	4.236	0	242.961
2.03.04.01	Reserva Legal	278	0	46.140
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	3.958	0	0
2.03.04.10	Orçamento de Capital	0	0	196.821
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-366.487	-185.460

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	476.059	-318.926	-84.051
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.404	-31.828	-77.217
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.910	-375.853	-85.463
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	812	714	671
3.04.05.02	Amortização do ágio sobre investimento	-514	-11.589	-11.590
3.04.05.03	Acordo de Nao Persecução Cível - ANPC	-4.208	-57.792	-74.544
3.04.05.04	Impairment Ecoporto/Ativo sujeito a indenização	0	-307.186	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	507.373	88.755	78.629
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	507.373	88.755	78.629
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	476.059	-318.926	-84.051
3.06	Resultado Financeiro	-104.017	-99.062	-101.196
3.06.01	Receitas Financeiras	26.077	6.424	11.570
3.06.01.01	Receitas Financeiras	26.077	6.424	11.570
3.06.02	Despesas Financeiras	-130.094	-105.486	-112.766
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-130.094	-105.486	-112.766
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	372.042	-417.988	-185.247
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	372.042	-417.988	-185.247
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-6.000	-180
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	-6.000	-180
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	372.042	-423.988	-185.427
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,59018	-0,75994	-0,33328
3.99.01.02	ON	0,59018	-0,75994	-0,33209
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,59018	-0,74918	-0,33296
3.99.02.02	ON	0,59018	-0,74918	-0,33177

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	372.042	-423.988	-185.460
4.03	Resultado Abrangente do Período	372.042	-423.988	-185.460

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-23.909	-64.227	-85.271
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-6.075	-36.267	-73.369
6.01.01.01	Lucro/ (prejuízo) operações continuadas	372.042	-417.988	-185.280
6.01.01.02	Lucro/ (prejuízo) operações descontinuadas	0	-6.000	-180
6.01.01.03	Depreciação e amortização	1.326	1.345	587
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	-178	0	255
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamen	119.881	100.262	81.203
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	53	0	0
6.01.01.10	Plano de opção com base em ações	0	0	492
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-1	-120	-73
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição/venda participação	-2.745	-4.005	13.877
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	-507.373	-88.755	-78.629
6.01.01.17	Amortização de ágio	514	11.589	11.590
6.01.01.18	Juros ativos - Mútuos	-242	-150	7.635
6.01.01.19	Provisão/Estorno e atual. mon. Acordo Leniência/ex-executivos colaboradores/Não Persecução Cível-ANP	10.648	60.369	75.154
6.01.01.20	Atualização monetária Ativo sujeito a indenização/Impairment Ecoporto	0	307.186	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-17.834	-27.960	-11.902
6.01.02.02	Partes relacionadas - clientes	39	732	28.603
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-3.729	1.441	22.403
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-134	0	-267
6.01.02.05	Depósitos judiciais	2.576	-21	-4
6.01.02.06	Outros créditos	886	-10.063	16.530
6.01.02.07	Fornecedores	498	-370	-2.197
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	-5.123	1.515	-2.435
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	319	-388	-25.851
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	-53	0	0
6.01.02.13	Outras contas a pagar	-6.647	2.985	-5.368
6.01.02.15	Pagamento Acordo de leniência / Ex-executivos colaboradores	-6.466	-23.791	-43.316
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.413.731	305.675	-36.204

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-3.902	-225	-188
6.02.02	Aquisição de intangível	-93	-66	-18
6.02.03	Aplicações financeiras	-123	1.210	0
6.02.05	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	41.001	378.000	60.864
6.02.06	Investimento em controladas - aportes de capital	-1.475.702	-87.875	-110.800
6.02.07	Investimento em controladas - redução de capital	10.147	80	0
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda da Elog	14.941	14.551	13.938
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.442.750	-250.905	-5.203
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-241.057	-1.410.811	-80.000
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-15.144	-77.350	-42.030
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	1.212.416	1.090.035
6.03.06	Partes relacionadas - mútuos	5.546	22	-323.855
6.03.07	Aporte de Capital	1.693.405	0	0
6.03.09	Pagamento de ações em tesouraria e exercício opções - stock options	0	24.818	0
6.03.11	Aplicações Financeiras	0	0	-1.470
6.03.12	Partes relacionadas - Cessão e assunção de dívida debêntures	0	0	-647.883
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.110	-9.457	-126.678
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.818	15.275	141.953
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.928	5.818	15.275

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.693.405	0	0	0	0	1.693.405
5.04.01	Aumentos de Capital	1.693.405	0	0	0	0	1.693.405
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	372.042	0	372.042
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	372.042	0	372.042
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.236	-5.555	0	-1.319
5.06.04	Reserva legal	0	0	278	-278	0	0
5.06.05	Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,003 por ação)	0	0	0	-1.319	0	-1.319
5.06.06	Dividendo Adicional Proposto	0	0	3.958	-3.958	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	4.236	0	0	2.120.309

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.900	36.950	242.961	-185.460	0	455.351
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	36.950	242.961	-185.460	0	455.351
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	24.818	0	0	0	24.818
5.04.08	Exercício plano de opção de ações	0	24.818	0	0	0	24.818
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-423.988	0	-423.988
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-423.988	0	-423.988
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-242.961	242.961	0	0
5.06.05	Absorção de prejuízo	0	0	-242.961	242.961	0	0
5.07	Saldos Finais	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.900	36.458	242.961	0	0	640.319
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	36.458	242.961	0	0	640.319
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	492	0	0	0	492
5.04.08	Exercício plano de opção de ações	0	492	0	0	0	492
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-185.460	0	-185.460
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-185.460	0	-185.460
5.07	Saldos Finais	360.900	36.950	242.961	-185.460	0	455.351

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.858	-17.347	-34.537
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.858	-17.347	-34.537
7.03	Valor Adicionado Bruto	-13.858	-17.347	-34.537
7.04	Retenções	-5.236	-377.198	-86.083
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.326	-1.345	-587
7.04.02	Outras	-3.910	-375.853	-85.496
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-514	-11.589	-11.590
7.04.02.02	Acordos de Leniência/Ex-executivos colaboradores/Não Persecução Cível -ANPC	-4.208	-57.792	-74.577
7.04.02.03	Outras	812	714	671
7.04.02.04	Impairment Ecoporto	0	-307.186	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-19.094	-394.545	-120.620
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	533.450	95.179	90.199
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	507.373	88.755	78.629
7.06.02	Receitas Financeiras	26.077	6.424	11.570
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	514.356	-299.366	-30.421
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	514.356	-299.366	-30.421
7.08.01	Pessoal	11.745	12.542	40.599
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.186	12.043	34.846
7.08.01.02	Benefícios	404	360	596
7.08.01.03	F.G.T.S.	155	139	5.157
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	130.569	106.080	114.260
7.08.03.01	Juros	119.302	94.352	92.959
7.08.03.02	Aluguéis	475	594	1.495
7.08.03.03	Outras	10.792	11.134	19.806
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	372.042	-423.988	-185.460
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	372.042	-423.988	-185.460
7.08.05	Outros	0	6.000	180
7.08.05.01	Resultado de operações descontinuadas	0	6.000	180

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	16.393.894	11.093.640	11.542.453
1.01	Ativo Circulante	2.593.505	1.750.088	2.327.040
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.070.271	1.342.219	1.856.248
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.070.271	1.342.219	1.856.248
1.01.02	Aplicações Financeiras	168.272	114.323	162.292
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	168.272	114.323	162.292
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	67.731	62.532	56.614
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	100.541	51.791	105.678
1.01.03	Contas a Receber	214.215	195.564	177.757
1.01.03.01	Clientes	204.197	183.607	164.749
1.01.03.01.01	Clientes	204.197	183.607	164.749
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.018	11.957	13.008
1.01.03.02.01	Outros Créditos - Venda Participação	10.018	11.957	13.008
1.01.06	Tributos a Recuperar	62.323	58.456	80.242
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	62.323	58.456	80.242
1.01.07	Despesas Antecipadas	18.994	13.443	12.070
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	59.430	26.083	38.431
1.01.08.03	Outros	59.430	26.083	38.431
1.01.08.03.01	Outros créditos	59.066	26.082	38.431
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	364	1	0
1.02	Ativo Não Circulante	13.800.389	9.343.552	9.215.413
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.917.846	754.862	775.819
1.02.01.07	Tributos Diferidos	259.433	252.704	421.425
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	259.433	252.704	421.425
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.645	6.087	10.302
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.656.768	496.071	344.092
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	206.283	209.082	206.010
1.02.01.10.04	Outros créditos	17.585	20.642	11.585
1.02.01.10.05	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	75.101	64.957	50.302

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.01.10.06	Tributos a Recuperar	16.216	15.558	15.146
1.02.01.10.07	Outros créditos - Venda Participação	41.297	51.554	61.049
1.02.01.10.08	Ativo sujeito à indenização	227.669	134.278	0
1.02.01.10.09	Outros créditos - Conta reserva - Ecovias do Araguaia	1.072.617	0	0
1.02.02	Investimentos	0	166	250
1.02.02.01	Participações Societárias	0	166	250
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	0	166	250
1.02.03	Imobilizado	434.860	433.083	545.424
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	434.860	433.083	545.424
1.02.04	Intangível	11.447.683	8.155.441	7.893.920
1.02.04.01	Intangíveis	11.447.683	8.155.441	7.893.920

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	16.393.894	11.093.640	11.542.453
2.01	Passivo Circulante	4.081.087	2.518.699	4.008.319
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	87.317	86.540	77.382
2.01.01.01	Obrigações Sociais	87.317	86.540	77.382
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	87.317	86.540	77.382
2.01.02	Fornecedores	220.801	135.521	97.773
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	220.801	135.521	97.773
2.01.03	Obrigações Fiscais	71.725	78.174	62.841
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	71.725	78.174	62.841
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	18.076	24.970	13.382
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	53.649	53.204	48.684
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	0	0	775
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.208.626	1.602.035	3.295.038
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.353.123	485.975	97.105
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.353.123	485.975	97.105
2.01.04.02	Debêntures	1.837.935	1.092.648	3.190.642
2.01.04.02.01	Debêntures	1.837.935	1.092.648	3.190.642
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	17.568	23.412	7.291
2.01.04.03.01	Arrendamento a pagar	17.568	23.412	7.291
2.01.05	Outras Obrigações	360.118	352.669	291.462
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	36.080	9.888	31.228
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	36.080	9.888	31.228
2.01.05.02	Outros	324.038	342.781	260.234
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	1.319	0	0
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	100.831	93.086	18.064
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	105.563	114.774	36.399
2.01.05.02.07	Contas a pagar - Aquisição de empresas	9.949	10.601	10.445
2.01.05.02.08	Acordo de Leniência	82.951	97.870	195.326
2.01.05.02.09	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	23.425	26.450	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.01.06	Provisões	132.500	263.760	183.823
2.01.06.02	Outras Provisões	132.500	263.760	183.823
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	95.143	262.142	147.328
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	37.357	1.618	36.495
2.02	Passivo Não Circulante	9.982.769	8.518.760	7.078.783
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.776.812	6.896.482	5.384.072
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.530.145	2.539.369	1.285.185
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.530.145	2.539.369	1.285.185
2.02.01.02	Debêntures	5.238.418	4.340.123	4.093.406
2.02.01.02.01	Debêntures	5.238.418	4.340.123	4.093.406
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	8.249	16.990	5.481
2.02.01.03.01	Arrendamento a pagar	8.249	16.990	5.481
2.02.02	Outras Obrigações	2.698.547	1.149.760	1.195.715
2.02.02.02	Outros	2.698.547	1.149.760	1.195.715
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar - Aquisição de empresas	21.084	26.218	32.296
2.02.02.02.06	Obrigações com Poder Concedente	2.503.885	910.275	890.759
2.02.02.02.07	Outras Contas a pagar	129.195	108.054	93.173
2.02.02.02.08	Acordo de Leniência	10.459	84.186	179.487
2.02.02.02.09	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	33.924	21.027	0
2.02.03	Tributos Diferidos	6.489	1.551	12.559
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.489	1.551	12.559
2.02.04	Provisões	500.921	470.967	486.437
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	281.993	239.058	206.659
2.02.04.01.05	Provisões para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	281.993	239.058	206.659
2.02.04.02	Outras Provisões	218.928	231.909	279.778
2.02.04.02.05	Provisão para manutenção	206.728	193.812	279.011
2.02.04.02.06	Provisão para construção de obras	12.200	38.097	767
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.330.038	56.181	455.351
2.03.01	Capital Social Realizado	2.054.305	360.900	360.900

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768	36.950
2.03.02.04	Opções Outorgadas	56.936	56.936	51.802
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387	-29.071
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	14.219	14.219	14.219
2.03.04	Reservas de Lucros	4.236	0	242.961
2.03.04.01	Reserva Legal	278	0	46.140
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	3.958	0	0
2.03.04.10	Orçamento de Capital	0	0	196.821
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-366.487	-185.460
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	209.729	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.651.761	3.999.786	3.952.889
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.811.871	-2.356.815	-2.449.007
3.03	Resultado Bruto	1.839.890	1.642.971	1.503.882
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-271.962	-777.234	-708.186
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-278.582	-337.262	-301.213
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	6.640	-439.968	-406.983
3.04.05.01	Outras receitas (despesas), líquidas	10.848	1.361	62.067
3.04.05.03	Acordo de Leniência/Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	-4.208	-58.858	-469.050
3.04.05.04	Impairment Ecoporto/Ativo sujeito a indenização	0	-382.471	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-20	-4	10
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.567.928	865.737	795.696
3.06	Resultado Financeiro	-915.454	-786.665	-700.072
3.06.01	Receitas Financeiras	247.697	62.902	187.495
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.163.151	-849.567	-887.567
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	652.474	79.072	95.624
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-285.212	-497.060	-280.904
3.08.01	Corrente	-287.003	-339.347	-331.133
3.08.02	Diferido	1.791	-157.713	50.229
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	367.262	-417.988	-185.280
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-6.000	-180
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	-6.000	-180
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	367.262	-423.988	-185.460
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	-423.988	-185.460
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-4.780	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,5826	-0,75994	-0,33328
3.99.01.02	ON	0,5826	-0,75994	-0,33209
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.99.02.01	ON	0,5826	-0,74918	-0,33296
3.99.02.02	ON	0,5826	-0,74918	-0,33177

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	367.262	-423.988	-185.460
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	367.262	-423.988	-185.460
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	372.042	-423.988	-185.460
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-4.780	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.873.082	1.471.177	1.403.711
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.572.633	2.177.495	2.244.599
6.01.01.01	Lucro/ (prejuízo) operações continuadas	367.262	-417.988	-185.280
6.01.01.02	Lucro/ (prejuízo) operações descontinuadas	0	-6.000	-180
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	691.144	547.061	567.505
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	15.090	8.022	5.481
6.01.01.05	Capitalização de juros	-129.492	-46.907	-56.247
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamen	958.547	623.285	704.596
6.01.01.07	Provisão e Atual monetária para perdas cíveis ambientais, perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	81.048	49.480	34.953
6.01.01.08	Provisão e Atual monetária para manutenção e construção de obras	105.433	151.312	239.945
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-1.880	1.993	747
6.01.01.10	Obrigações e variação monetária com Poder Concedente	286.631	252.606	188.595
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-3.738	-2.972	-7.882
6.01.01.12	Tributos diferidos	-1.791	157.713	-50.229
6.01.01.13	Provisão para imposto de renda e contribuição social	287.003	339.347	331.133
6.01.01.14	Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-5.848	-2.977	-4.812
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição/venda participação	2.604	400	123
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	20	4	-10
6.01.01.17	Provisão outras contas a pagar	0	72.614	0
6.01.01.18	Plano de opção com base em ações	0	0	492
6.01.01.19	Provisão/Estorno e atual. mon. Acordo Leniência/ex-executivos colaboradores/Não Persecução Cível-ANP	13.991	68.031	475.669
6.01.01.20	Atualização monetária Ativo sujeito a indenização/Impairment Ecoporto	-93.391	382.471	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-699.551	-706.318	-840.888
6.01.02.01	Clientes	-18.710	-20.851	-13.057
6.01.02.02	Partes relacionadas - clientes	25.829	-21.341	11.288
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-4.525	21.374	21.429
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-1.109	2.842	1.054
6.01.02.05	Depósitos judiciais	6.537	-100	-6.958
6.01.02.06	Outros créditos	-29.927	3.292	77

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.07	Fornecedores	85.280	37.748	-49.662
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	777	9.158	5.772
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	445	-606	-18.786
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	-38.113	-17.081	-19.857
6.01.02.11	Pagamentos de provisão para manutenção e construção de obras	-260.833	-124.332	-228.121
6.01.02.12	Obrigações com Poder Concedente	-90.470	-75.993	-70.349
6.01.02.13	Outras contas a pagar	11.930	20.642	-10.020
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-293.897	-327.759	-362.842
6.01.02.15	Pagamento Acordo de leniência / Ex-executivos colaboradores	-92.765	-213.311	-100.856
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.468.200	-1.052.048	-1.643.883
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-81.739	-71.139	-29.094
6.02.02	Aquisição de intangível	-2.270.686	-1.031.831	-982.792
6.02.03	Aplicações financeiras	-48.750	53.887	0
6.02.04	Aplicações financeiras - conta reserva	-9.495	-17.596	0
6.02.05	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	0	0	865
6.02.07	Investimento em controladas - redução de capital	146	80	0
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda da Elog	14.941	14.551	13.938
6.02.10	Outros Créditos - Conta reserva - ANTT - Ecovias do Araguaia	-1.072.617	0	0
6.02.11	Aquisição de participação - livre de caixa	0	0	-650.399
6.02.12	Investimento líquido das operações descontinuadas	0	0	4.443
6.02.13	Aquisição de participação - acionistas não controladores - Eco101	0	0	-844
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.323.170	-933.158	-554.069
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-2.738.570	-2.889.317	-2.421.658
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-622.757	-619.120	-592.947
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	3.876.351	2.646.049	2.588.138
6.03.05	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-88.633	-84.486	-41.012
6.03.07	Aporte de Capital	1.693.405	0	0
6.03.08	Aquisição de participação - acionistas não controladores - Eco101	-11.135	-10.327	0
6.03.09	Pagamento de ações em tesouraria e exercício opções - stock options	0	24.818	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.03.10	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	0	-775	-3
6.03.11	Aporte de Capital não controladores	214.509	0	0
6.03.12	Aplicações financeiras	0	0	-105.678
6.03.13	Aplicações financeiras - conta reserva	0	0	19.091
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	728.052	-514.029	-794.241
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.342.219	1.856.248	2.650.489
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.070.271	1.342.219	1.856.248

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181	0	56.181
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181	0	56.181
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.693.405	0	0	0	0	1.693.405	214.509	1.907.914
5.04.01	Aumentos de Capital	1.693.405	0	0	0	0	1.693.405	214.509	1.907.914
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	372.042	0	372.042	-4.780	367.262
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	372.042	0	372.042	-4.780	367.262
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.236	-5.555	0	-1.319	0	-1.319
5.06.04	Reserva legal	0	0	278	-278	0	0	0	0
5.06.05	Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,003 por ação)	0	0	0	-1.319	0	-1.319	0	-1.319
5.06.06	Dividendo Adicional Proposto	0	0	3.958	-3.958	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	4.236	0	0	2.120.309	209.729	2.330.038

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	36.950	242.961	-185.460	0	455.351	0	455.351
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	36.950	242.961	-185.460	0	455.351	0	455.351
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	24.818	0	0	0	24.818	0	24.818
5.04.08	Exercício plano de opções de ações	0	24.818	0	0	0	24.818	0	24.818
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-423.988	0	-423.988	0	-423.988
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-423.988	0	-423.988	0	-423.988
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-242.961	242.961	0	0	0	0
5.06.06	Absorção do prejuízo	0	0	-242.961	242.961	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181	0	56.181

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	36.458	242.961	0	0	640.319	0	640.319
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	36.458	242.961	0	0	640.319	0	640.319
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	492	0	0	0	492	0	492
5.04.08	Exercício plano de opções	0	492	0	0	0	492	0	492
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-185.460	0	-185.460	0	-185.460
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-185.460	0	-185.460	0	-185.460
5.07	Saldos Finais	360.900	36.950	242.961	-185.460	0	455.351	0	455.351

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	5.281.455	4.524.651	4.461.910
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.009.419	3.447.045	3.366.555
7.01.02	Outras Receitas	108.602	96.134	87.631
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	1.163.434	981.472	1.007.724
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.159.352	-1.925.624	-1.857.854
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.797.485	-1.549.356	-1.616.020
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-147.321	-207.281	-135.229
7.02.04	Outros	-214.546	-168.987	-106.605
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.122.103	2.599.027	2.604.056
7.04	Retenções	-684.504	-987.029	-1.036.555
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-691.144	-547.061	-567.505
7.04.02	Outras	6.640	-439.968	-469.050
7.04.02.02	Acordos de Leniência/Não Persecução Cível - ANPC	-4.208	-58.858	-469.050
7.04.02.03	Outros	10.848	1.361	0
7.04.02.04	Impairment Ecoporto/Ativo sujeito a indenização	0	-382.471	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.437.599	1.611.998	1.567.501
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	247.677	62.898	187.505
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-20	-4	10
7.06.02	Receitas Financeiras	247.697	62.902	187.495
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.685.276	1.674.896	1.755.006
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.685.276	1.674.896	1.755.006
7.08.01	Pessoal	440.488	376.745	407.989
7.08.01.01	Remuneração Direta	335.706	286.004	326.110
7.08.01.02	Benefícios	82.549	73.554	59.683
7.08.01.03	F.G.T.S.	22.233	17.187	22.196
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	700.360	852.938	621.254
7.08.02.01	Federais	490.482	672.070	447.686
7.08.02.02	Estaduais	3	4	16
7.08.02.03	Municipais	209.875	180.864	173.552

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.177.166	863.201	911.043
7.08.03.01	Juros	508.705	436.970	582.247
7.08.03.02	Aluguéis	14.015	13.634	23.477
7.08.03.03	Outras	654.446	412.597	305.319
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	367.262	-423.988	-185.280
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	372.042	-423.988	-185.280
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-4.780	0	0
7.08.05	Outros	0	6.000	0
7.08.05.01	Resultado de operações descontinuadas	0	6.000	0



RELATÓRIO DA

ADMINISTRAÇÃO

2021

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

PERFIL

A Ecorodovias é um dos maiores grupos de concessões rodoviárias do Brasil, responsável por nove concessionárias que somam cerca de 3.368 quilômetros de rodovias. Em 2021, passaram mais de 411,2 milhões de veículos equivalentes pela malha da Ecorodovias. Adicionalmente, o Grupo detém o Ecoporto, localizado no Porto de Santos.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

A Ecorodovias tem suas ações listadas no segmento Novo Mercado, nível mais alto de governança corporativa da B3.

Em 2021 em decorrência de uma oferta pública de ações da Companhia, a ASTM, segundo maior grupo operador de rodovias do mundo, com uma malha de rodovias de cerca de 4.900 km sob gestão na Itália, Brasil e Reino Unido, passou a deter participação acionária indireta de 51,2% na Companhia.

DESTAQUES 2021

Em abril de 2021, a Companhia, por meio do consórcio Eco153 (constituído pela ECS com 65% de participação e pela GLP X Participações com 35%), venceu o leilão de concessão da rodovia BR-153/414/080/TO/GO para administração por 35 anos e em setembro assinou o contrato de concessão. A rodovia é uma das principais vias de transporte de mercadorias entre a região Sul e as regiões Norte e Centro-Oeste do país.

Em junho de 2021, a Ecorodovias realizou uma oferta pública primária e secundária de ações no valor de R\$2,0 bilhões, sendo a oferta primária de R\$1,7 bilhão que está sendo destinado a novos investimentos, manutenção e/ou expansão de suas controladas e reforço de caixa.

Em novembro de 2021, a Ecovias dos Imigrantes assinou um termo aditivo definitivo (TAM), que levou à extensão do fim do contrato de concessão de junho de 2026 para novembro de 2033, com a solução de desequilíbrios e a inclusão de novos investimentos no valor de R\$1,6 bilhão, bem como a aplicação da metodologia de fluxo de caixa marginal, que elimina o risco de receita a partir de março de 2024.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Concessões Rodoviárias

Em 2021, o tráfego consolidado apresentou crescimento de 16,8%, devido ao início da cobrança de pedágio da Ecovias do Cerrado e pela retomada do tráfego em função da flexibilização das medidas de isolamento social adotadas por Estados e Municípios no combate ao Covid-19.

Os **Veículos Pesados** apresentaram crescimento de 20,0% e os **Veículos Leves** aumento de 12,8%. Desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela Ecovias do Cerrado e o encerramento dos contratos de concessão da Ecocataratas e Ecovia Caminho do Mar em novembro de 2021, os **Veículos Pesados** apresentaram crescimento de 10,2% e os **Veículos Leves** registraram crescimento de 10,3%.

A tarifa média consolidada por veículo equivalente pagante apresentou redução de 2,0% em 2021 em função do início da cobrança de pedágio pela Ecovias do Cerrado que possui uma tarifa média menor e o encerramento dos contratos de concessão da Ecocataratas e Ecovia Caminho do Mar em novembro de 2021.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada atingiu R\$ 5.281,5 milhões em 2021, aumento de 16,7% em relação a 2020. Excluindo a receita de construção, a receita bruta atingiu R\$ 4.118,0 milhões, aumento de 16,2% em relação a 2020, devido à retomada do tráfego, reajustes tarifários e melhor desempenho do Ecoporto.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2021, os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$3.090,5 milhões, apresentando aumento de 14,7%, quando comparados com 2020. Os custos caixa, excluindo a depreciação e amortização, provisão para manutenção e custos de construção apresentaram aumento de 11,2% em relação a 2020 em linha com a inflação do período, em função, principalmente, ao início das operações da Ecovias do Cerrado. (Detalhamento sobre os custos de forma comparável estão disponíveis nos *Releases* de Resultados Trimestrais, no site www.ecorodovias.com.br/ri).

EBITDA e MARGEM EBITDA

Em 2021, o EBITDA Ajustado, excluindo receita e custo de construção, provisão para manutenção e a provisão de multas do acordo de não persecução cível (ANPC), atingiu R\$2.327,0 milhões, aumento de 14,2% e margem EBITDA de 66,7%. O EBITDA em 2021, calculado conforme a ICVM 527, foi de R\$2.259,1 milhões, crescimento de 59,9% em função do *impairment* do Ecoporto Santos, da contabilização de passivo da Eco101 e da provisão de multas do acordo de não persecução cível (ANPC) que impactaram negativamente o resultado de 2020.

EBITDA (em milhões de R\$)	2021	2020	Var.
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas controladores	372,0	(424,0)	n.m.
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas não controladores	(4,8)	-	n.m.
Lucro Líquido	367,3	(424,0)	n.m.
(+) Lucro Líquido das Operações Descontinuadas	-	6,0	n.m.
Lucro Líquido Operações Continuadas	367,3	(418,0)	n.m.
(+) Depreciação e Amortização	691,1	547,1	26,3%
(+) Resultado Financeiro	915,5	786,7	16,4%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	285,2	497,1	-42,6%
EBITDA¹	2.259,1	1.412,8	59,9%
(+) Acordos ²	4,2	131,5	-96,8%
(+) <i>Impairment</i> Ecoporto (não caixa)	-	382,5	n.m.
(+) Provisão para Manutenção	63,7	111,8	-43,0%
EBITDA AJUSTADO³	2.327,0	2.038,5	14,2%
MARGEM EBITDA AJUSTADA³	66,7%	67,5%	-0,8 p.p.

1) EBITDA calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 04 de Outubro de 2012.

2) Em 2021: provisão de multa do Acordo de Não Persecução Cível e a reversão da provisão. Em 2020: Acordo de Não Persecução Cível, multas compensatórias assumidas nos Acordos com Ex-Executivos Colaboradores, Acordos com Ex-Executivos Colaboradores e passivo referente a penalidades na Eco101.

3) Exclui Provisão para Manutenção, Acordos e *impairment* do Ecoporto (não caixa).

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido totalizou R\$915,5 milhões negativos em 2021, 16,4% superior a 2020 devido, principalmente, à majoração de juros e variação monetária sobre debêntures em função do incremento do endividamento bruto, alta do CDI e do IPCA.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2021, a Ecorodovias apresentou lucro líquido destinado aos acionistas controladores de R\$372,0 milhões, quando comparado com o prejuízo líquido de R\$424,0 milhões registrado em 2020.



DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

A Ecorodovias encerrou dezembro de 2021 com saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de R\$ 2.313,6 milhões e dívida bruta de R\$ 9.959,6 milhões,

A dívida com o poder concedente era de R\$ 2.604,7 milhões em dezembro de 2021, referente principalmente à outorga da Eco135, que será paga até o final da concessão (junho/2048) e as obrigações da Ecovias do Araguaia (BR-153).

A dívida líquida, sem arrendamentos e dívida com poder concedente, encerrou o ano em R\$ 7.646,0 milhões. O indicador de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado foi de 3,3x, excluindo receita e custo de construção, provisão para manutenção e provisão de multas do acordo de não persecução cível (ANPC).

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide notas explicativas.

INVESTIMENTOS

(i) CAPEX

O CAPEX, composto pelo intangível/imobilizado e custo de manutenção, realizado em 2021 foi de R\$1.754,4 milhões. Os principais investimentos realizados foram: (i) Eco050, Eco101 e Eco135: obras de duplicações e conservação do pavimento; (ii) Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas, Ecosul, Ecovias do Cerrado e Ecovias dos Imigrantes: obras de manutenção e conservação do pavimento; (iii) Ecoponte: finalização de obras de acesso à Avenida Portuária; (iv) Ecovias do Araguaia: investimentos iniciais em manutenção e início da implantação das praças de pedágio; e (vi) Ecoporto: investimentos em tecnologia e manutenções.

(ii) Pagamentos ao Poder Concedente

Adicionalmente, a Companhia realizou os seguintes pagamentos aos poderes concedentes: (i) Ecovias dos Imigrantes: pagamento de R\$ 630,9 milhões para encerramento de ação judicial no âmbito TAM nº 19/2021 que estendeu o prazo do Contrato de Concessão até novembro de 2033; e (ii) Ecovias do Araguaia: pagamento da outorga no valor de R\$357,5 milhões.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Ecorodovias listadas no Novo Mercado da B3, sob o código ECOR3, encerraram o ano cotadas a R\$7,32. O volume financeiro médio diário das ações da Ecorodovias negociadas em 2021 foi de R\$54,8 milhões. O total de ações ordinárias é de 696.334.224 ações e o valor de mercado em 31/12/2021 era de R\$5,1 bilhões.

Pelo 11º ano consecutivo, as ações da Ecorodovias fazem parte da carteira do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3. A Companhia possui uma estrutura interna para analisar as melhores práticas das dimensões governança corporativa, ambiental, social, mudanças climáticas, financeiras e sustentabilidade, dentre outras avaliadas pelo índice, a fim de melhorar continuamente seu desempenho. O ISE busca informações e programas como inclusão de ESG (Ambiental, Social e Governança, na sigla em Inglês) nas estratégias dos negócios, nível de atenção à diversidade, bem como compromissos e resultados relacionados às questões climáticas.

As ações da Ecorodovias integram o Índice de Carbono Eficiente – ICO2 da B3, composto pelas ações das companhias participantes do índice IBrX 100 que adotam práticas transparentes em relação às suas emissões de gases de efeito estufa (GEE).

As ações da Ecorodovias integram os principais índices do mercado de ações brasileiro (IBOV, IBRA, IBXX, ICO2, IGCT, IGCX, IGMN, ISEE, ITAG, SMLL).

ATUAÇÃO ESG ECORODOVIAS

O Grupo Ecorodovias tem o compromisso de promover iniciativas que contribuam com o desenvolvimento sustentável garantindo a manutenção do negócio a longo prazo e auxiliando na construção de uma sociedade mais justa, economicamente viável e ambientalmente correta por meio de programas estruturados relacionados à Sustentabilidade. Mantém em suas diretrizes o foco no desenvolvimento sustentável por meio de sua Visão, Missão e Valores, tendo como princípios a ética, a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa.

A agenda ESG continua avançando, foi publicado em maio de 2021 o primeiro Relatório Integrado, principal ferramenta para reportar indicadores ambientais, sociais e de governança com resultados alcançados em temas materiais, selecionados após consulta com os principais stakeholders. A adesão ao padrão do Global Reporting Initiative (GRI) - adotado desde 2009 em adição as diretrizes de Relato Integrado (<IR>) do Value Reporting Council - visa tornar mais clara a conexão ESG com o modelo de negócio da Companhia. A Ecorodovias acredita que parte de sua responsabilidade de criação de valor se faz no estabelecimento de uma relação de confiança com seus stakeholders.

Como reflexo dos esforços em manter padrões internacionalmente reconhecidos de Qualidade, Meio Ambiente e de Saúde e Segurança, todas as concessões do Grupo, com exceção da mais nova concessão Ecovias do Araguaia, possuem as certificações ISO 9001, ISO 14.001 e ISO 45.001. Todas as concessões rodoviárias, com exceção da mais nova concessão Ecovias do Araguaia, possuem ainda a certificação ISO 39.001 de Sistema de Gestão de Segurança Viária. Já a Companhia possui também a certificação ISO 37.001 de Sistema de Gestão Antissuborno.

A atuação ambiental, social e de governança (ESG na sigla em inglês) são direcionados pela Política de Diretrizes de Sustentabilidade e por diretrizes internacionais como o Pacto Global das Nações Unidas. O Pacto Global é uma iniciativa desenvolvida com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em 10 princípios. A Companhia é signatária do Pacto desde 2014 e em 2020 tornou-se participante. Além disso, a Companhia aderiu por meio de programas e metas, com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, totalizam 17 compromissos e mais de 160 metas a serem adotadas por organizações de todo o planeta, a fim de contribuir para a melhoria dos padrões de vida das sociedades. Em 2020, a Ecorodovias em 2020 selecionou 12 objetivos e os incorporou à sua estratégia de sustentabilidade.

A Companhia participa ainda de fóruns de Sustentabilidade, como o CEBDS – (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), associação civil sem fins lucrativos, que reúne diversas empresas para a promoção do desenvolvimento sustentável no país, através da articulação junto aos governos e sociedade civil. Ao se associar a essa iniciativa, a Ecorodovias tem a possibilidade de participar das principais discussões sobre o tema no Brasil, contribuindo para a formulação de políticas e engajamento da sociedade.

Um reconhecimento importante da sua atuação ESG é a presença, pelo 11º ano consecutivo, no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, que seleciona as empresas com o melhor desempenho em critérios de sustentabilidade, como governança corporativa, compromissos com a comunidade, estratégia ambiental e climática, entre outros. A Ecorodovias utiliza o ISE não apenas como balizador de seu desempenho ESG, mas também como modelo de gestão, a fim de aprimorar suas práticas e inserir a sustentabilidade na rotina de suas atividades.

Abaixo, as principais iniciativas ESG da Companhia:

AMBIENTAL

Mudanças Climáticas

Para manter o reconhecimento na categoria Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, o Grupo Ecorodovias mantém um intenso trabalho de identificação do nível de emissão de gases de efeito estufa por meio da realização de inventários de emissão que contempla todas as concessionárias do Grupo.

Desde 2013 o Grupo Ecorodovias neutraliza todas as suas emissões diretas de escopo 1 e indiretas de escopo 2 e parte de suas emissões indiretas de escopo 3 através do Programa Amigo do Clima, iniciativa ambiental voluntário, cujo objetivo é garantir a transparência e rastreabilidade de atividades de responsabilidade climática.

Em 2021 a Companhia deu seguimento às iniciativas de Eficiência Energética e finalizou também um estudo de vulnerabilidades climáticas, que dá subsídios para estabelecer ações de adaptação frente às mudanças do clima. O grande desafio para o próximo ano será incorporar os resultados desse estudo na estratégia de gestão de riscos e oportunidades da Companhia, minimizando assim a sua vulnerabilidade climática.

CDP

A Companhia também responde ao CDP – Disclosure, Insight, Action, uma iniciativa promovida por investidores institucionais que consiste no envio de informações transparentes sobre governança climática pelas maiores empresas de capital aberto do mundo com o objetivo de adequar as futuras decisões de investimentos à economia de baixo carbono, com transparência das informações. Em 2021, a Ecorodovias obteve a pontuação B, acima da média global (B-).

ICO2

A Ecorodovias está presente no ICO2 – Índice de Carbono Eficiente da B3. Esse é um importante reconhecimento para as empresas que apresentam as melhores políticas e transparência relacionadas à gestão de carbono.

Ambição Net Zero

Em 2021 a Companhia participou da primeira edição da iniciativa Ambição Net Zero, liderada pelo Pacto Global, que reuniu empresas que buscam entender melhor e eventualmente aderir a um compromisso climático ambicioso.

SOCIAL

A Ecorodovias trabalha o tema social em duas frentes: público interno, com destaque para ações de diversidade, saúde e segurança voltadas para os colaboradores e público externo, com foco especial nas comunidades lindeiras e nos usuários das rodovias sob sua concessão.

Focando no público externo, em 2021, a Ecorodovias investiu R\$9,4 milhões em projetos incentivados, além de e R\$2,0 milhões em investimento social privado. Esteve presente em sete estados brasileiros que impactaram mais de 265 mil pessoas diretamente e mais de um milhão de pessoas indiretamente. Esses projetos são relacionados às áreas de cultura, cuidado com os idosos, melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes, incentivo ao esporte, sendo os mais relevantes:

Projetos com incentivos fiscais

Ecoviver

Promove a educação ambiental e vivência em temas relacionados à segurança viária nas escolas localizadas às margens das rodovias. Em 2021, o projeto atendeu 24 cidades, com a participação de 1.399 professores e 25.978 alunos em 358 escolas.

De Bem com a Via

Criado em 2008 pelo Grupo Ecorodovias, busca realizar atividades que proporcionem acesso à educação para o trânsito, com especial atenção aos públicos mais vulneráveis – a saber, crianças, adolescentes e moradores de localidades socialmente vulneráveis, envolvendo escolas e comunidades localizadas no entorno das rodovias administradas pelas concessionárias. Em 2018 e 2019 atendeu 13 cidades e impactou 21.989 pessoas. A edição de 2020 foi cancelada em função das restrições impostas pela pandemia da Covid-19.

Em 2021, com a melhoria da situação pandêmica no Brasil o projeto reiniciou suas atividades em setembro e como resultado atendeu nove cidades e impactou 4.337 pessoas.

Projetos com recursos próprios:

Projeto Viveiro de Mudanças

Criado em outubro 2008, o projeto é realizado com objetivo de capacitar jovens com deficiência intelectual. O viveiro de mudas une a necessidade de produzir mudas para compensação ambiental, ao trabalho de responsabilidade social da empresa. As mudas nativas da Mata Atlântica são utilizadas em projetos paisagísticos e na compensação ambiental das obras. Em 2012, foi premiado na 9ª edição do Benchmarking Ambiental Brasileiro, um dos mais importantes reconhecimentos da área de Sustentabilidade no país. Em 2018 foi reconhecido mundialmente no prêmio “Boas práticas de empregabilidade para trabalhadores com deficiência”, promovido pela Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), na categoria “Protagonismo” por contribuir com a mudança na vida dos profissionais que fazem parte do programa.

Programa Capacitar

Criado em 2012, o Programa proporciona qualificação profissional e gratuita para aumentar a empregabilidade e a inclusão social de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social no entorno das rodovias. Em 2015, obteve o reconhecimento pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), e foi incluso no 1º relatório com 19 casos de sucesso em modelos de negócio inclusivo de alta performance em desenvolvimento. Em 2018, a Ecorodovias contratou 12 colaboradores refugiados da Síria, Egito, Iraque, Iêmen, Marrocos e Venezuela capacitados pelo programa. Desde 2012 foram capacitadas mais de 700 pessoas em situação de vulnerabilidade social, dentre eles moradores das comunidades lindeiras, reeducados do sistema prisional, refugiados, PCDs jovens e população trans.

Iniciativas e campanhas apoiadas pelo Grupo Ecorodovias

Por Uma Estrada sem Acidentes

A Companhia foi signatária da "Década de Ação pela Segurança no Trânsito", lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2011 e com término em 2020. Apesar do final da década, a Ecorodovias manteve a campanha “Por uma Estrada sem Acidentes”, a fim de conscientizar os usuários das rodovias que administra para o trânsito mais seguro. A iniciativa possui um website (<https://www.ecorodovias.com.br/semacidentes/>) com dicas e curiosidades para que motoristas,

motociclistas e pedestres possam aprender a trafegar nas estradas de uma forma preventiva e segura. Além disso, oito concessionárias do Grupo Ecorodovias já possuem a certificação ISO 39001 – Segurança Viária restando apenas a mais nova concessão Ecovias do Araguaia.

Programa Na Mão Certa

A Ecorodovias participa do Programa Na Mão Certa desde 2016, tendo a primeira unidade do Grupo aderido ao Programa em 2007. Ao longo dos anos, as demais unidades aderiram ao programa e, hoje, 100% do Grupo é adepto ao Na Mão Certa. Essa iniciativa reforça o comprometimento com o Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 2021 a Ecorodovias seguiu evoluindo em sua governança, buscando referências nas melhores práticas de governança e compliance, adaptando-se gradualmente às novas exigências do Regulamento do Novo Mercado e aprofundando o entendimento da perspectiva dos investidores alinhados seus valores de integridade e sustentabilidade na condução e estratégia dos negócios.

Demonstrando que esses valores da Companhia estão integrados com sua estratégia de negócios, a empresa buscou ser protagonista e liderar pelo exemplo na incorporação de critérios ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) em sua estratégia, inserindo temas relevantes como incentivo à Diversidade e Inclusão, participação em treinamentos obrigatórios de compliance e redução da emissão de poluentes no meio ambiente.

Assim, tomou a decisão de incorporar indicadores ESG como parte da apuração das metas corporativas de seus colaboradores para 2021, demonstrando o propósito claro de impactar positivamente a sociedade, com foco no sólido relacionamento com seus stakeholders e boas práticas de governança corporativa.

Dentro das melhores práticas adotadas pela Companhia, merece destaque o programa de Gestão de Riscos, Controles Internos, Segurança da Informação e LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) que durante os últimos anos adotou diversas iniciativas para aperfeiçoamento da governança, considerando diretrizes e responsabilidades a serem observadas pelo Grupo, de forma a realizar a identificação, avaliação, priorização, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos.

Destaca-se também ao longo de 2021 a adoção de diversas iniciativas de aprimoramento no Programa de Ética – Sistema de Integridade (PE-SI), aperfeiçoando mecanismos para a prevenção, detecção e remediação de práticas de corrupção e suborno, visando à obtenção da certificação internacional ISO 37001 (Sistema de Gestão Antissuborno), tendo tal certificação sido emitida em fevereiro de 2021.

Reforçando o compromisso da Alta Administração da Companhia com a integridade corporativa, também em 2021, o Código de Conduta da Ecorodovias foi revisado, atualizado e aprovado por seu Conselho de Administração, seguindo as melhores práticas de governança corporativa.

Como resultado do compromisso contínuo em promover uma cultura focada na integridade corporativa e no compromisso com as melhores práticas de combate à corrupção e suborno, após um robusto processo de auditoria de manutenção da ISO 37001, a empresa obteve sucesso na manutenção de sua vigência para o ano 2022.

Na Ecorodovias, o objetivo da governança é contribuir de forma contínua para a criação de valor para seus acionistas, respeitando os relacionamentos com os stakeholders com transparência, credibilidade e impacto positivo na sociedade. Dessa forma, a Companhia segue acreditando que a adoção e fortalecimento das boas práticas de governança contribuirá para o sucesso, sustentabilidade e a prosperidade de seus negócios.

GESTÃO DE PESSOAS

O principal objetivo da área de Gestão de Pessoas é contribuir para o alcance dos resultados do Grupo Ecorodovias, bem como alavancar o engajamento, o desenvolvimento dos colaboradores e um ambiente propício para geração de ideias inovadoras, promoção da diversidade e inclusão, além das melhores práticas de gestão.

Em 2021, desafios significativos moveram a área de Gestão de Pessoas diante do cenário atípico decorrente da pandemia causada pela Covid-19. A prioridade, assim como em 2020, esteve em garantir a integridade física e mental dos colaboradores, alinhados à estratégia e sustentabilidade do negócio.

Pensando no bem-estar e saúde dos colaboradores, em 2021, foi mantida forte atuação no âmbito da pandemia, contando com estrutura dedicada ao público interno da Companhia, que acelerou sua atuação na Gestão de Saúde. Apesar dos contratempos gerados pela Covid-19, essa alteração estratégica gerou aproximação com os colaboradores, minimizando os impactos que o Grupo poderia ter. Além disso, foram mantidos todos os programas relacionados aos pilares físicos, implantamos o pilar de saúde mental e desenvolvido um programa de assistência psicológica, em modelo de teleatendimento, sem custo, para todos os colaboradores.

Tendo como foco a saúde organizacional da Ecorodovias a longo prazo, foi aplicada a Pesquisa de Saúde Organizacional, realizada por consultoria especializada, com o objetivo de identificar e compreender os principais elementos culturais e de liderança necessários para construir uma Organização de alto desempenho. A pesquisa contou com 81% de participação dos colaboradores e o resultado geral de 72% de favorabilidade, índices expressivos quando comparados outras empresas de mercado. As questões relativas à atração e desenvolvimento de talentos, conhecimento do negócio e seus processos e liderança foram pontos que receberam as melhores avaliações.

Alinhado ao mapa estratégico do Grupo, atuou fortemente no objetivo de desenvolver, reter e atrair equipes diversificadas e de alta performance, com prontidão para suportar as operações e o crescimento, por meio dos programas: Construindo o Futuro, Desenvolvimento de Líderes e Executivos e Dilemas de Gestão.

Em outubro, foi concluído o ciclo anual de Avaliação de Competências e Sucessão, uma importante etapa do Ciclo de Desempenho, que permite a identificação de talentos, profissionais chave e sucessores, assim como contribui para direcionar ações para construção de planos de retenção e desenvolvimento, mitigando riscos de perda de profissionais e preparando a Companhia para o crescimento.

O programa Construindo o Futuro consiste em proporcionar desenvolvimento aos colaboradores com potencial para assumir futuras lideranças. Nesta última edição, 19% dos participantes foram promovidos para posições de liderança.

No final de 2021 Companhia realizou o Seminário de Líderes Ecorodovias, abordando os resultados do Grupo em 2021, perspectivas para 2022, além de palestras externas sobre transformação digital, ética, ESG e cenário político econômico.

A agenda de Diversidade & Inclusão obteve significativos avanços no Grupo Ecorodovias. Por meio do programa Caminho para Todos, ações e metas específicas para a promoção de equipes diversificadas e de alta performance foram consolidadas. Os comitês locais de Diversidade & Inclusão tiveram uma forte atuação no planejamento estratégico, acompanhamento dos indicadores e implantação de ações afirmativas que têm como finalidade promover um ambiente cada vez mais plural e inclusivo. Alguns dados apontam que no ano de 2021 apresentou avanço na busca pelo equilíbrio entre homens e mulheres, com destaque para o aumento da liderança feminina de 25% para 28%. Em razão, o Grupo



Ecorodovias obteve um aumento de 28% para 31% em comparação a 2020. Dentro do pilar LGBTQIAP+, foram observadas 12 novas contratações de profissionais transgêneros distribuídas entre as unidades.

Além da continuidade dos Grupos de Afinidade EcoPride (LGBTQIAP+) e AfroEco (raça), merecem destaque o início das atividades dos Grupos de Afinidade EcoDELAS (Mulheres) e ECOA (Profissionais com Deficiência) que, com encontros mensais, trocam vivências, além de propor e apoiar ativamente as ações, campanhas e divulgações.

No mês de maio foi celebrado o Mês da Diversidade & Inclusão na Ecorodovias, visando a conscientização e engajamento no tema. Foi criado um novo pilar de atuação, o Convívio de Gerações com a missão de abordar as diferentes gerações e impulsionar a contratação de profissionais 50+.

Também foi dada continuidade em ações de sustentação e capacitação em todos os pilares de atuação do programa Caminho para Todos, como treinamentos e rodas de conversas nos pilares de Raça, Mulheres, LGBTQIAP+, Gerações e PCDs, acessibilidade na infraestrutura e tecnologia inclusiva. Destaque para: o lançamento do “Book de Diversidade & Inclusão”, um manual que contém a visão da Ecorodovias sobre o tema Diversidade & Inclusão, e o lançamento da EcoNews, a newsletter mensal, com assuntos relacionados ao tema.

A Companhia obteve avanços na agenda de gestão estratégica de pessoas, onde Programas de Retenção com foco em pessoas chave foram desenvolvidos com embasamento conceitual em Total Rewards, garantindo à liderança, instrumentos para atuação em todos os campos de gestão, fortalecendo a retenção e atração de profissionais.

Em 2021, a Ecorodovias continuou o processo evolutivo de suas estratégias, políticas, práticas e processos de Gestão de Pessoas, contribuindo para a competitividade e suportando o crescimento do Grupo.

A Companhia encerrou o ano com 4.692 colaboradores distribuídos nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura", "Companhia" ou "EIL") é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuário, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui onze concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) em nove estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul e Sudeste e Centro Oeste. As principais informações sobre os Contratos de Concessão das controladas da Companhia estão descritas na Nota Explicativa nº 2.3. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo – SP.

As controladas diretas e indiretas da Companhia ("Grupo EcoRodovias") estão sumarizadas na Nota Explicativa nº 11.

Em 09 de março de 2022, o Comitê de Auditoria, analisou e se manifestou favoravelmente a estas Demonstrações Financeiras e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 10 de março de 2022.

a) Impactos COVID-19

A Administração da Companhia monitora de maneira contínua a evolução da pandemia da COVID-19, atuando para minimizar impactos nas suas operações e na sua posição patrimonial e financeira implementando medidas apropriadas para garantir a continuidade das operações, proteger o caixa, melhorar a liquidez e promover a saúde e a segurança de todos.

As ações e decisões são constantemente analisadas pela Administração e pelos comitês, de acordo com a evolução dos cenários globais.

Na data base de 31 de dezembro de 2021 as controladas da Companhia realizaram o teste de *impairment* (vide Nota Explicativa nº 13) e as administrações não identificaram impacto nos resultados. Adicionalmente, as administrações não identificaram outros potenciais efeitos nas demonstrações financeiras.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas abaixo, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil. As políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota Explicativa nº 3.

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto (ou *joint venture*), sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

<u>Controladas diretas:</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Objetivos principais</u>
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	100%	100%	Participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além da prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
EIL01 Participações S.A.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Ecoporto Santos S.A.	100%	100%	Operações portuárias, manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação no Porto de Santos.
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	100%	100%	Manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ELG-01 Participações Ltda.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
EIL04 S.A.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	100%	100%	Vide Nota Explicativa nº 11.a).
Ecopátio Logística Cubatão Ltda	100%	100%	Administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões, cargas e contêineres com destino ao Porto de Santos.
Controlada em conjunto (Joint Venture):			
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Objetivos principais</u>
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	-	20%	Exploração do Contorno Metropolitano Norte da Região Metropolitana do município de Belo Horizonte em Minas Gerais.
Controladas Indiretas:			
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Objetivos principais</u>
Via Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.:			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%	Exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100%	100%	Opera mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão.
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100%	100%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 006 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	100%	100%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 003 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	100%	100%	Exploração sob o regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	100%	100%	Exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA.
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte	100%	100%	Exploração da concessão da rodovia BR-101/RJ - Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) "Ponte Rio-Niterói".

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.	100%	100%	Exploração sob regime de concessão do Lote de rodovias do Estado de Minas Gerais (BR-135, MG-231, LMG-754)
Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.	100%	100%	Exploração sob regime de concessão do Lote de rodovias do Estado de Minas Gerais (BR-364/365/GO/MG)
Holding do Araguaia S.A.	65%	100%	Participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia-quotista.
Argovias Administração e Participações S.A.	100%	100%	Participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia-quotista.
<u>Via Argovias Administração e Participações S.A.:</u>			
Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A.	100%	100%	Exploração de concessão da rodovias BR-050 MG/GO.
<u>Via Holding do Araguaia S.A.:</u>			
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.	100%	100%	Exploração sob regime de concessão Sistema Rodoviário (BR-153/414/080/TO/GO).
<u>Via ELG-01 Participações Ltda:</u>			
Anish Empreendimentos e Participações Ltda	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
<u>Via Anish Empreend. e Participações Ltda:</u>			
Paquetá Participações Ltda	100%	100%	Administração de bens próprios, tais como imóveis, títulos mobiliários e ativos financeiros e a participação, direta ou indireta, na qualidade de sócia ou acionista de qualquer sociedade.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas mencionadas na Nota Explicativa nº 11, e os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das investidas;

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação; e
- Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida.

2.3 Contratos de Concessão

Abaixo estão apresentados os principais Contratos de Concessão da Companhia, por entidade:

Concessão	Assinatura Contrato	Prazo final	Extensão (Km)	Estado	Tipo de Concessão	Poder Concedente	Índice Reajuste	Data de reajuste (anualmente em)
Ecovias dos Imigrantes (i)	27/05/1998	19/11/2033*	176,80	SP	Estadual	ARTESP	IPC-A**	01 de julho
Ecopistas (ii)	17/06/2009	18/06/2039	143,50	SP	Estadual	ARTESP	IPC-A	01 de julho
Ecovia Caminho do Mar (iii)	14/11/1997	27/11/2021	136,70	PR	Estadual	DER-PR	***	01 de dezembro
Ecocataratas (iv)	14/11/1997	26/11/2021	387,10	PR	Estadual	DER-PR	***	01 de dezembro
Ecosul (v)	15/07/1998	03/03/2026	457,30	RS	Federal	ANTT	***	01 de janeiro
Eco101 (vi)	17/04/2013	09/05/2038	478,70	ES/BA	Federal	ANTT	IPC-A	18 de maio
Ecoponte (vii)	18/05/2015	31/05/2045	25,60	RJ	Federal	ANTT	IPC-A	01 de junho
Eco135 (viii)	19/06/2018	18/06/2048	363,95	MG	Estadual	SEINFRA-MG	IPC-A	01 de abril
Eco050 (ix)	05/12/2013	07/01/2044	436,60	MG/GO	Federal	ANTT	IPC-A	12 de abril
Ecovias do Cerrado (x)	19/12/2019	19/01/2050	437,00	MG/GO	Federal	ANTT	IPC-A	14 de novembro
Ecovias do Araguaia (xi)	29/09/2021	08/10/2056	850,70	TO/GO	Federal	ANTT	IPC-A	Início da cobrança
Ecoporto Santos (xii)	12/06/1998	12/06/2023	-	SP	Porto	CODESP	N/A	N/A
Ecopátio Cubatão (xiii)	21/12/1999	21/12/2029	-	SP	Área	Pref. Cubatão	N/A	N/A
Total			3.893,95					

(*) Considera o aditivo de extensão conforme Nota Explicativa nº 21.iii).

(**) À partir do TAM 19/21, conforme descrito na Nota Explicativa nº 21.iii).

(***) Cesta de índice de preços setoriais, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) a saber: (i) INCC: 10%; (ii) IGP-M: 10%; (iii) Índice de Terraplanagem (coluna 38 FGV): 10%; (iv) Índice de Pavimentação (coluna 37 FGV): 18,01%; (v) Índice de Ligantes Betuminosos (coluna 39e FGV): 1,99%; (vi) Índice de Obras de Artes Especiais (coluna 36 FGV): 20%; e (vii) Índice de Consultoria (coluna 39 FGV): 30%.

i) Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Exploração mediante a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão e fiscalização dos serviços complementares, mediante o recebimento de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários, do Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, e é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6). O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

ii) Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Exploração mediante a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão e fiscalização dos serviços complementares, mediante o recebimento de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 143,5 km

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de extensão, , compreendendo: (i) SP 070 – Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho no km 11+190, no final da Marginal Tietê, São Paulo; final do trecho no km 130+400, no entroncamento com a BR 116 km 117+400, Taubaté; (ii) SP-019: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-070, km 19+300, Guarulhos; final do trecho do km 2+400, no início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos; (iii) SPI-179/060 – Interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a BR116, km 179+000, Guararema; final do trecho no km 5+400, no entroncamento com a SP-070, km 60+300, Guararema; (iv) SPI-035/056 – Interligação Itaquaquetuba: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-056, km 35+000, Itaquaquetuba; final do trecho no km 0+880, no entroncamento com a SP-070, km 35+700, Itaquaquetuba; (v) SP-099 – Rodovia dos Tamoios: início do trecho no km 4+500, São José dos Campos; final do trecho no km 11+500, São José dos Campos; (vi) SP-070, prolongamento até a SP-125, Taubaté; (vii) segmentos transversais, trevos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovia Ayrton Senna e Rodovia Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S/A durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103). O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

iii) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação e exploração das rodovias principais e a recuperação, conservação e manutenção dos trechos rodoviários de acesso, mediante a cobrança de pedágio, do Lote nº 6 do Anel de Integração do Estado do Paraná, com 136,7 km constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. A Companhia avaliou os efeitos da finalização do contrato de concessão e entende que este não causou impactos significativos no balanço patrimonial da controlada.

A respeito da finalização do Contrato de Concessão, em novembro de 2021, a Companhia esclarece que as principais rubricas balanço patrimonial da controlada (intangível e provisão para manutenção) foram totalmente realizadas conforme suas naturezas até a data de encerramento do Contrato de Concessão. No que tange as Provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, Tributos Diferidos sobre as provisões e obrigações decorrentes do Acordo de Leniência, os saldos poderão permanecer em aberto e baixados conforme as liquidações dos referidos processos.

Em 15 de dezembro de 2021, a controlada finalizou os procedimentos de entrega, para reversão, de todos os bens da Concessão ao Poder Concedente, tais como: a rodovia e suas faixas marginais, as edificações: praças de pedágio, postos de pesagem de veículos, bases de atendimento ao usuário, unidades de conservação e terrenos destinados às atividades vinculadas a Concessão (bens classificados como Ativo Intangível), de acordo com as cláusulas XXXII e XXXIII do Contrato de Concessão, tendo cumprido assim todas as cláusulas contratuais.

Os bens considerados não reversíveis, tais como: *hardwares*, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, e outros (classificados como Ativo Imobilizado) e *softwares*

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(classificados como Ativo Intangível), serão vendidos ou doados para instituições beneficentes até o final do exercício de 2022.

iv) Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação e exploração das rodovias principais e a recuperação, conservação e manutenção dos trechos rodoviários de acesso, mediante a cobrança de pedágio, do Lote nº 3 do Anel de Integração do Estado do Paraná, com trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, no Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no mesmo Estado. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. A Companhia avaliou os efeitos da finalização do contrato de concessão e entende que este não causou impactos significativos no balanço patrimonial da controlada.

A respeito da finalização do Contrato de Concessão, em novembro de 2021, a Companhia esclarece que as principais rubricas balanço patrimonial da controlada (intangível e provisão para manutenção) foram totalmente realizadas conforme suas naturezas até a data de encerramento do Contrato de Concessão. No que tange as Provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, Tributos Diferidos sobre as provisões e obrigações decorrentes do Acordo de Leniência, os saldos poderão permanecer em aberto e baixados conforme as liquidações dos referidos processos.

Em 15 de dezembro de 2021, a controlada finalizou os procedimentos de entrega, para reversão, de todos os bens da Concessão ao Poder Concedente, tais como: a rodovia e suas faixas marginais, as edificações: praças de pedágio, postos de pesagem de veículos, bases de atendimento ao usuário, unidades de conservação e terrenos destinados às atividades vinculadas a Concessão (bens classificados como Ativo Intangível), de acordo com as cláusulas XXXII e XXXIII do Contrato de Concessão, tendo cumprido assim todas as cláusulas contratuais.

Os bens considerados não reversíveis, tais como: *hardwares*, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos e outros (classificados como Ativo Imobilizado) e *softwares* (classificados como Ativo Intangível), serão vendidos ou doados para instituições beneficentes até o final do exercício de 2022.

v) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Explora pelo regime de concessão denominado Polo Rodoviário de Pelotas num total de 457,3 km, as seguintes rodovias e trechos: BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Camaquã, em uma extensão de 123,4 km; BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Jaguarão, em uma extensão de 137,1 km; BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Rio Grande, em uma extensão de 68,4 km e BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Santana da Boa Vista, em uma extensão de 128,4 km, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares á concessão de serviços públicos. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

vi) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessão consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ com 478,7km, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

vii) Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte

Explora pelo regime de concessão a Infraestrutura e a prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) – “Ponte Rio-Niterói”, com 28,7km de extensão. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

viii) Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

Explora pelo regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 – iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil – Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 – Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km, perfazendo uma extensão total de 364,0km, bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na fiscalização e gestão dos serviços complementares prestados diretamente pela concessionária, mediante a cobrança de pedágio. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

ix) Eco050 – Concessionária de Rodovias S.A.

Explora pelo regime de concessão o trecho de 436,6 km da BR-050, desde o entroncamento com a BR-040, em Goiás, até a divisa de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, considerando o contorno existente em Uberlândia, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão “Edital nº 001/2013 Parte VII”. A exploração da rodovia se dá mediante a cobrança de tarifa de pedágio. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

x) Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.

Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário composto pelos trechos da BR-364/365/GO/MG, no trecho de entroncamento com a BR-060 (Jataí/GO) e o entroncamento com a LMG-479 (contorno Oeste de Uberlândia/MG), totalizando 437,0 km,

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

xi) Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO, composto pelos trechos da (i) BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); (ii) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); (iii) BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B), mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

xii) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP") e o Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos"), para exploração de instalação portuária com utilização de área sob a administração da CODESP, situada na região do Valongo, na margem direita do Porto de Santos, tem vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. O Ecoporto Santos iniciou o processo de prorrogação antecipada do Contrato por igual período de 25 (vinte e cinco) anos com o Poder Concedente em dezembro de 2014.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a Resolução nº 7.549, e em fevereiro de 2020, o Acórdão nº 14-2020, ambos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), aprovando o "Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental", contemplando, dentre outros, a sugestão de prorrogação da vigência do contrato até o ano de 2048 e reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos.

Após tal data, o processo foi remetido à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura para análise, sendo que, em 26 de fevereiro de 2021, o Secretário da SNPTA (Ofício nº 81/2021/SNPTA) remeteu notificação ao Ecoporto Santos comunicando o Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA em que indeferiu o pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ato reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos acima mencionados.

xii) Ecopátio Logística Cubatão Ltda.

Direito real de uso sobre parte da gleba de terra com 442.679,36 m², descrita e confrontada pelo Decreto Municipal nº 7.814, de 07 de julho de 1999, que regulamentou a Lei Complementar nº 001, de 26 de março de 1999, onde funciona um terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões e cargas com destino ao Porto de Santos

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Moeda funcional de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia e consolidadas:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas diretas e indiretas quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (vide Nota Explicativa nº 27).

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e suas controladas.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não há ágio não amortizado em razão dos prazos definidos nos contratos de concessão.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Os contratos de concessão da Companhia, substancialmente, concessões de rodovias, são de longo prazo e estão sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota Explicativa nº 13 Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

c) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

f) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

g) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente baseados em cada contrato de concessão.

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos nas rodovias administradas pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação.

h) Arrendamento

A Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia e suas controladas sejam os arrendatários, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês) da Companhia e suas controladas, individualmente .

i) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes

Norma	Alterações à IFRS 3 – Referência a Estrutura Conceitual (vigência a partir de 01/01/2022, porém permite adoção antecipada, desde que adote todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes)
Requerimento	As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do IFRIC 21 – Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios).
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 3 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Alterações à IAS 16 – Imobilizado – Recursos antes do uso pretendido (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)
Requerimento	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondente custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 32 – Estoques. As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel de terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresenta os separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)
Requerimento	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Impacto nas demonstrações financeiras	<p>incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.</p> <p>A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 37 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.</p>
<p>Norma</p> <p>Requerimento</p> <p>Impacto nas demonstrações financeiras</p>	<p>Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida adoção antecipada)</p> <p>As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas: <u>IFRS 1 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade</u>: A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controlada para Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controlada adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou <i>joint venture</i> que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a). <u>IFRS 9 – Instrumentos Financeiros</u>: A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. <u>IFRS 16 – Arrendamentos</u>: A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. <u>IAS 41 – Agricultura</u>: A alteração exclui a exigência na IAS 41 para entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na IAS 41 às exigências na IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. A alteração é aplicável prospectivamente, isto, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.</p> <p>A Administração da companhia está avaliando os impactos da IFRS 1, da IFRS 9, da IFRS 16 e da IAS 41 e entende que suas adoções não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.</p>
<p>Norma</p> <p>Requerimento</p> <p>Impacto nas demonstrações financeiras</p>	<p>Alterações à IFRS10 – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações) (a data de vigência ainda não foi definida pela IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações)</p> <p>As alterações à IFRS10 (CPC36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controlada apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i>. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou <i>joint venture</i>.</p> <p>A Administração da companhia está avaliando os impactos da IFRS10 e IAS 28 e entende que suas adoções não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.</p>
<p>Norma</p> <p>Requerimento</p>	<p>IFRS 17 – Contratos de seguros (vigência a partir de 01/01/2023)</p> <p>A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11). A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O modelo geral utiliza premissas atuais para estimativa de valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo</p>

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Impacto nas demonstrações financeiras	<p>dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros de mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados.</p> <p>A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 17 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.</p>
Norma	Alterações à IAS 1 – Classificação de passivos como Circulantes ou Não Circulantes (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.
Impacto nas demonstrações financeiras	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Norma	Alterações à IAS 1 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada). Alterações a Declaração Prática 2 da IFRS (não apresenta uma data de vigência ou exigências de transição)
Requerimento	As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo “políticas contábeis significativas” por “informações de políticas contábeis relevantes”. As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionada a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só. O <i>Board</i> preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do “processo de materialidade em quatro passos” descrito na Declaração Prática 2 da IFRS.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e IFRS Declaração da Prática e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Norma	Alterações à IAS 8 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o <i>Board</i> manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos: - Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro; - Os efeitos da mudança de um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores. O <i>Board</i> acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O <i>Board</i> excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 8 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Norma	Alterações à IAS 12 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. O <i>Board</i> acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Impacto nas demonstrações financeiras	<p>apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade deve reconhecer: - Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos: (i) Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; (ii) Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo. - O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste de saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.</p> <p>A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 12 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.</p>
---------------------------------------	--

j) Lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação

O lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro/(prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui mais nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

k) Benefícios a empregados – Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

l) Demonstrações do valor adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Contabilização dos Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações para cada Contrato de Concessão das controladas diretas e indiretas da Companhia e suas características estão descritas na Nota Explicativa nº 2.3.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos Contratos de Concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões, exceto da controlada direta Ecoporto Santos S.A., onde a Companhia anteriormente considerava o prazo de concessão assumindo a renovação, mas em função da alta probabilidade de não renovação, passou a considerar o prazo final da concessão sem a sua renovação. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária.

Capitalização dos custos dos empréstimos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.f, o Grupo capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida individualmente em cada concessionária, dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 7,92% e 10,50% ao ano (8,37% a 10,50% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020), pois são

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

calculados individualmente para cada concessionária do Grupo EcoRodovias. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada no Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) calculado por consultoria externa.

- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 21.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	18	16	19.043	24.510
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	5.440	5.625	1.428.482	1.122.319
Operações compromissadas (b)	5.302	-	32.803	6.965
Certificado de depósito bancário CDB (c)	-	-	574.783	171.694
Aplicações automáticas (d)	168	177	15.160	16.731
	<u>10.928</u>	<u>5.818</u>	<u>2.070.271</u>	<u>1.342.219</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria “Renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

Em virtude do cenário declarado pela OMS em março de 2020 sobre o surto do COVID-19 e visto que os governos têm tomado medidas restritivas, cujo potencial de afetar a economia é significativo e as incertezas do mercado econômico, a Companhia, preservando a transparência e o conservadorismo dos ativos financeiros e visando a gestão de caixa, passou por uma revisão nas aplicações financeiras, readequando a carteira do fundo de investimento para assegurar o caixa da Companhia.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 100,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB). (Em 31 de dezembro de 2020 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 95,6% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 4,4% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 6).

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,1% em 31 de dezembro de 2021 (101% em 31 de dezembro de 2020) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 83,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (75% em 31 de dezembro de 2020), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF.
- (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 102,5% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (101,2% em 31 de dezembro de 2020), sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação automática, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Recursos não vinculados	383	260	100.541	51.791
	383	260	100.541	51.791

Em 31 de dezembro de 2020, os recursos referiam-se a aplicações financeiras em LTN over (Letras do Tesouro Nacional) remuneradas à taxa de 101,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletiam as condições de mercado na data do balanço patrimonial. As referidas aplicações possuíam liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2021, não há valores aplicados nesta modalidade. Em 31 dezembro 2021, os recursos referem-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerado à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI em 31 dezembro 2021), vinculado ao fundo de investimento remunerado à taxa média ponderada de 103,1% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui carência até 13 junho 2022.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONTA RESERVA – CONSOLIDADO

As aplicações financeiras – conta reserva, são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de investimento (a)	102.201	88.201
Certificado de depósito bancário (CDB) (b)	40.631	39.288
	<u>142.832</u>	<u>127.489</u>
Circulante	67.731	62.532
Não circulante	75.101	64.957

(a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 98,3% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (133,2% em 31 de dezembro de 2020).

(b) O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é remunerado a taxa média ponderada de 89,1% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (91,4% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

As aplicações financeiras – conta reserva, refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras – conta reserva, por estarem vinculadas aos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas indiretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A., Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte-Rio Niterói – Coponte, Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A. e Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., Ecoporto Santos S.A. para garantia CETESB.

8. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	31/12/2021	31/12/2020
Pedágio eletrônico (a)	157.369	147.389
Receitas acessórias (b)	2.441	1.865
Recebíveis de portos (c)	28.162	21.752
Outras contas a receber	22.193	20.449
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (d)	(5.968)	(7.848)
	<u>204.197</u>	<u>183.607</u>

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

(b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão .

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) Representado por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios.
- (d) O valor das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	201.570	180.863
Vencidos:		
Até 30 dias	4.061	2.813
De 31 a 90 dias	677	1.752
De 90 a 120 dias	168	253
Acima de 120 dias	3.689	5.774
	<u>210.165</u>	<u>191.455</u>

A movimentação do exercício nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	7.848	5.855
Valores recuperados e baixados	(9.323)	(3.151)
Constituição de PECLD	7.443	5.144
Saldo no fim do exercício	<u>5.968</u>	<u>7.848</u>

9. OUTROS CRÉDITOS – CONSOLIDADO**a) Conta Reserva - Ecovias do Araguaia**

Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617 (atualizado pelo IPC-A), sendo sua contrapartida na rubrica "Obrigações com Poder Concedente" (vide Nota Explicativa nº 21.i.l), cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controlada.

b) Ativo sujeito a indenização

Em 31 de dezembro de 2020, em virtude de aspectos regulatórios do Contrato de Concessão da controlada Ecoporto Santos, em que a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura indeferiu o pleito de prorrogação do Contrato sem prejuízo do direito de reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos, a controlada reconheceu um ativo financeiro,

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

correspondente à parcela de atualização monetária e remuneração sobre os valores dos ativos que serão reversíveis. A mensuração foi realizada de acordo com as premissas estabelecidas na Nota Técnica da ANTAQ 3/2015/STN/SEAE/MF, que prevê uma taxa WACC regulatória de 10% a.a. acrescida da variação do IGP-M, e previsão de recebimento da indenização de seis meses a um ano após o final do contrato de concessão, correspondendo em dezembro de 2023 ao valor de R\$315.308. Considerando os critérios estabelecidos no CPC12, o valor foi ajustado a valor presente na data-base de 31 de dezembro de 2020, representando o valor total de R\$234.056, sendo que o valor residual de R\$99.778 está demonstrado na rubrica "Ativo Imobilizado", assim foi constituído um ativo financeiro de R\$134.278 (R\$129.152 líquido de PIS/COFINS). Em 31 de dezembro de 2021, o valor atualizado é de R\$294.254 (sendo R\$66.585 o valor residual demonstrado na rubrica "Ativo Imobilizado" e R\$227.669 no ativo financeiro).

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Natureza:</u>				
Cível	66	66	7.905	8.606
Tributário	-	-	6.025	5.932
Trabalhista	25	25	20.214	23.297
Meio Ambiente	-	-	63.511	61.783
Desapropriações	-	-	23.831	23.806
THC2 – <i>Terminal Handling Charge</i>	-	-	84.797	83.083
Outros (Distribell S.A.)	-	2.575	-	2.575
	91	2.666	206.283	209.082

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 23 Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias.

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	2.666	2.525	209.082	206.010
Adições	-	21	2.605	6.264
Baixas	(2.576)	-	(9.142)	(6.164)
Atualização monetária	1	120	3.738	2.972
Saldo no fim do exercício	91	2.666	206.283	209.082

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. INVESTIMENTOS

a) Controladora

	Controladas diretas							
	Valores das investidas		Percentual de		Investimento		Equivalência patrimonial	
	31/12/2021	31/12/2020	participação direta - %	participação direta - %	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	2.573.583	426.482	100	100	2.573.583	1.148.957	426.482	415.589
Ecoporto Santos S.A.	309.150	80.988	100	100	309.150	105.162	80.988	(327.057)
ELG-01 Participações Ltda.	63.912	(2.780)	100	100	63.912	64.216	(2.780)	(296)
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	16.248	2.303	100	100	16.248	13.945	2.303	(3.250)
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	-	(20)	-	20	-	166	(20)	(4)
EIL-01 Participações Ltda.	366	9	100	100	366	359	9	5
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. – Ecorodoanel (*)	16.200	413	100	100	16.200	15.562	413	157
EIL03 S.A.	-	-	-	100	-	-	-	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	63.276	(74)	100	100	63.276	73.350	(74)	2.697
Lucros não realizados Eco101	(839)	52	-	-	(839)	(891)	52	52
Lucros não realizados Ecoporto	-	-	-	-	-	-	-	862
					<u>3.041.896</u>	<u>1.420.826</u>	<u>507.373</u>	<u>88.755</u>

(*) Em 10 de janeiro de 2018, a Companhia, foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Internacional nº 01/2017 para a concessão de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos como implantação de equipamentos de tráfego e atendimento ao usuário do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas por um prazo de 30 anos a partir da assinatura do contrato. A classificação se deu em razão do maior valor de outorga fixa ofertada, correspondente a R\$883.000. Em 18 de dezembro de 2020, através de Fato Relevante divulgado ao mercado, a Companhia informou que tomou conhecimento da decisão do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas/CGPPP, divulgada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, para a formação de Grupo de Trabalho para estruturar e consolidar uma nova modelagem de concessão de serviços públicos do trecho rodoviário do Rodoanel Norte, contemplando a realização das obras necessárias para conclusão do trecho e também por não realizar novo sobrestamento da Concorrência Internacional 01/2017 (Rodoanel Norte), da ARTESP, mantendo-se o prazo vigente até 31 de dezembro de 2020. No dia 04 de junho de 2021, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo a Revogação da Concorrência Internacional 01/2017, pelo Conselho Diretor da ARTESP.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

	31/12/2020	Dividendos e juros sobre capital próprio proposto	Aporte de capital	Baixa	Redução de capital	Equivalência patrimonial	31/12/2021
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.148.957	(351.856)	1.350.000	-	-	426.482	2.573.583
Ecoporto Santos S.A.	105.162	-	123.000	-	-	80.988	309.150
ELG-01 Participações Ltda.	64.216	-	2.476	-	-	(2.780)	63.912
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	13.945	-	-	-	-	2.303	16.248
Consórcio Rota do Horizonte S.A. (i)	166	-	-	(146)	-	(20)	-
EIL 01 Participações S.A. (iii)	359	(2)	-	-	-	9	366
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	15.562	-	225	-	-	413	16.200
EIL03 S.A. (ii)	-	-	1	(1)	-	-	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	73.350	-	-	-	(10.000)	(74)	63.276
Lucros não realizados - Eco101	(891)	-	-	-	-	52	(839)
	<u>1.420.826</u>	<u>(351.858)</u>	<u>1.475.702</u>	<u>(147)</u>	<u>(10.000)</u>	<u>507.373</u>	<u>3.041.896</u>

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de junho de 2021, foi deliberada a Dissolução e Liquidação, para conseqüente extinção da Companhia. Em 18 de junho foi realizada a extinção da Companhia junto a Receita Federal do Brasil e em 30 de setembro, foi realizada a partilha dos ativos da Companhia na proporção da participação acionária de cada Acionista.

(ii) Em 26 de maio de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a transferência da totalidade das ações detidas pela Companhia no capital social da EIL03 S.A., para a sua subsidiária Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., por meio de alienação, pelo valor do seu acervo líquido de R\$1. Em 12 de julho de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da controlada deliberou a alteração da denominação social da Companhia de EIL03 S.A. para Holding do Araguaia S.A.

(iii) Em 01 de outubro de 2021, a EIL 01 Participações foi transformada em uma sociedade por ações.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está apresentada a seguir:

	31/12/2019	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Aporte de capital/AFAC	Redução de capital	Equivalência patrimonial	31/12/2020
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	973.590	(240.222)	-	-	415.589	1.148.957
Ecoporto Santos S.A.	357.219	-	75.000	-	(327.057)	105.162
ELG-01 Participações Ltda.	56.237	-	8.275	-	(296)	64.216
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	12.695	-	4.500	-	(3.250)	13.945
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	250	-	-	(80)	(4)	166
EIL-01 Participações Ltda.	354	-	-	-	5	359
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel (a.i)	15.305	-	100	-	157	15.562
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	70.653	-	-	-	2.697	73.350
Lucros não realizados - Eco101	(943)	-	-	-	52	(891)
Lucros não realizados - Ecoporto	(862)	-	-	-	862	-
	<u>1.484.498</u>	<u>(240.222)</u>	<u>87.875</u>	<u>(80)</u>	<u>88.755</u>	<u>1.420.826</u>

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	31/12/2021		participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Consórcio Rota do Horizonte S.A. (*)	-	(20)	-	20%	-	166	(20)	(4)
					-	166	(20)	(4)

(*) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de junho de 2021, foi deliberada a Dissolução e Liquidação, para conseqüente extinção da Companhia. Em 18 de junho foi realizada a extinção da Companhia junto a Receita Federal do Brasil e em 30 de setembro, foi realizada a partilha dos ativos da Companhia na proporção da participação acionária de cada Acionista.

c) Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2020	Amortização	31/12/2021	
Ágio - Ecosul	2.697	(514)	2.183	
Mais Valia - Anish	37.744	-	37.744	
	40.441	(514)	39.927	

	31/12/2019	Amortização	Impairment	31/12/2020
Ágio - Ecosul	3.210	(513)	-	2.697
Mais Valia - Anish	37.744	-	-	37.744
Ágio - Ecoporto - (direito de concessão)	318.262	(11.076)	(307.186)	-
	359.216	(11.589)	(307.186)	40.441

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 31 de dezembro de 2021:

	ATIVO	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	PASSIVO	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido/ (Passivo a Descoberto)
<u>Controladas diretas</u>							
EIL01	369	369	-	369	3	-	366
Ecorodovias Concessões	6.940.791	1.217.084	5.723.707	6.940.791	1.572.736	2.794.472	2.573.583
Ecoporto Santos	482.576	52.055	430.521	482.576	68.370	105.056	309.150
Termares	44.503	25.608	18.895	44.503	23.945	4.310	16.248
Ecorodoanel	16.319	103	16.216	16.319	119	-	16.200
ELG01	63.912	79	63.833	63.912	-	-	63.912
Ecopátio	68.511	14.857	53.654	68.511	2.494	2.741	63.276
<u>Controladas indiretas</u>							
Ecovia	252.629	247.816	4.813	252.629	21.288	11.816	219.525
Ecosul	488.091	26.636	461.455	488.091	33.491	387.553	67.047
Ecovias	2.507.147	106.223	2.400.924	2.507.147	1.097.231	893.610	516.306
Ecocataratas	272.626	267.489	5.137	272.626	86.641	12.432	173.553
Ecopistas	1.657.814	147.863	1.509.951	1.657.814	185.246	625.316	847.252
Eco101	1.439.611	46.259	1.393.352	1.439.611	160.438	447.710	831.463
Ecoponte	769.016	129.712	639.304	769.016	51.304	503.739	213.973
Eco135	1.821.779	66.822	1.754.957	1.821.779	174.734	1.673.083	(26.038)
Ecovias do Araguaia	3.026.288	427.145	2.599.143	3.026.288	18.739	1.084.413	1.923.136
Holding do Araguaia	1.989.703	12.777	1.976.926	1.989.703	13.034	1.377.448	599.221
Anish	64.331	331	64.000	64.331	135	363	63.833
Paquetá	11.096	96	11.000	11.096	-	-	11.096
Argovias	691.862	3.411	688.451	691.862	8	-	691.854
Eco050	1.674.450	80.101	1.594.349	1.674.450	87.366	898.633	688.451
Ecovia do Cerrado	695.116	224.534	470.582	695.116	31.925	18.478	644.713

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Receita Líquida	Custos dos Serviços Prestados	Lucro/ (prejuízo) Bruto	Despesas gerais e adm.	Amortização investimentos	Outras receitas/ (despesas), líquidas	Equivalência patrimonial	Lucro/ (Prejuízo) operacional antes do Resultado financeiro	Resultado financeiro	Lucro/ (Prejuízo) operacional antes dos impostos	Imposto de renda e contribuição social	Lucro/ (Prejuízo) líquido do exercício
Controladas diretas												
EIL01	-	-	-	-	-	-	-	-	12	12	(3)	9
Ecorodovias Concessões	288.021	(164.211)	123.810	(81.901)	(14.835)	83	626.187	653.344	(309.384)	343.960	82.522	426.482
Ecoporto Santos	163.150	(132.635)	30.515	(24.506)	-	3.405	-	9.414	71.574	80.988	-	80.988
Termares	71.485	(51.090)	20.395	(18.470)	-	461	-	2.386	31	2.417	(114)	2.303
Ecorodoanel	-	-	-	(117)	-	-	-	(117)	628	511	(98)	413
ELG01	-	-	-	-	-	(209)	(2.573)	(2.782)	2	(2.780)	-	(2.780)
Ecopátio	23.361	(18.782)	4.579	(6.245)	-	1.048	-	(618)	383	(235)	161	(74)
Controladas indiretas												
Ecovia	293.465	(141.987)	151.478	(18.635)	-	1.302	-	134.145	7.264	141.409	(45.529)	95.880
Ecosul	473.682	(305.793)	167.889	(18.859)	-	318	-	149.348	(22.082)	127.266	(42.511)	84.755
Ecovias	1.090.333	(313.552)	776.781	(69.392)	-	(10)	-	707.379	(157.044)	550.335	(180.615)	369.720
Ecocataratas	360.273	(238.993)	121.280	(22.945)	-	27	-	98.362	(389)	97.973	(50.101)	47.872
Ecopistas	364.229	(192.789)	171.440	(22.884)	-	19	-	148.575	(68.506)	80.069	(24.897)	55.172
Eco101	426.558	(437.327)	(10.769)	(12.791)	-	168	-	(23.392)	(30.167)	(53.559)	(923)	(54.482)
Ecoponte	162.081	(83.115)	78.966	(15.312)	-	(1)	-	63.653	(41.284)	22.369	(7.763)	14.606
Eco135	453.689	(266.957)	186.732	(13.070)	-	(2)	-	173.660	(213.428)	(39.768)	14.004	(25.764)
Ecovias do Araguaia	19.493	(24.867)	(5.374)	(6.269)	-	(1)	-	(11.644)	12.825	1.181	(411)	770
Holding do Araguaia	-	-	-	(901)	-	-	769	(132)	(13.526)	(13.658)	-	(13.658)
Anish	48	-	48	(1.663)	-	-	(959)	(2.574)	1	(2.573)	-	(2.573)
Paquetá	-	-	-	(822)	-	-	-	(822)	(136)	(958)	(1)	(959)
Argovias	-	-	-	21	-	-	13.108	13.129	7	13.136	(5)	13.131
Eco050	458.615	(368.953)	89.662	(15.405)	-	4.187	-	78.444	(59.406)	19.038	(5.930)	13.108
Ecovia do Cerrado	317.646	(246.991)	70.655	(12.772)	-	-	-	57.883	10.609	68.492	(22.999)	45.493

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. IMOBILIZADOPolítica contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

a) Controladora

	<i>Hardware</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações	Terrenos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	4,0	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	7,0	3,1	9,4	4,0	-	6,3	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2020	1.789	264	551	1.956	-	3.470	8.030
Adições	370	530	1	-	-	3.001	3.902
Baixas	-	(113)	(498)	-	-	(47)	(658)
Transferências	-	-	-	(60)	60	-	-
Saldos em 31/12/2021	2.159	681	54	1.896	60	6.424	11.274
DEPRECIACÃO							
Saldos em 31/12/2020	(1.484)	(258)	(514)	(1.062)	-	(2.998)	(6.316)
Adições	(138)	(13)	(5)	(76)	-	(312)	(544)
Baixas	-	113	470	-	-	47	630
Saldos em 31/12/2021	(1.622)	(158)	(49)	(1.138)	-	(3.263)	(6.230)
RESIDUAL							
Em 31/12/2021	537	523	5	758	60	3.161	5.044
Em 31/12/2020	305	6	37	894	-	472	1.714
	<i>Hardware</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações	Outros	Total	
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	4,0	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	5,4	1,1	2,4	3,9	9,1	-	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2019	1.616	264	549	1.956	3.420	7.805	
Adições	173	-	2	-	50	225	
Saldos em 31/12/2020	1.789	264	551	1.956	3.470	8.030	
DEPRECIACÃO							
Saldos em 31/12/2019	(1.393)	(255)	(501)	(986)	(2.686)	(5.821)	
Adições	(91)	(3)	(13)	(76)	(312)	(495)	
Saldos em 31/12/2020	(1.484)	(258)	(514)	(1.062)	(2.998)	(6.316)	
RESIDUAL							
Em 31/12/2020	305	6	37	894	472	1.714	
Em 31/12/2019	223	9	48	970	734	1.984	

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	4,0	25,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	5,7	10,2	5,7	-	4,5	1,6	5,2	7,6	3,7	-
CUSTO										
Saldos em 31/12/2020	448.959	317.155	26.735	108.298	95.877	258.903	22.518	33.185	21.196	1.332.826
Adições	34.799	22.421	1.760	-	361	403	4.006	12.631	5.358	81.739
Baixas	(118)	(6.327)	(555)	-	-	-	(134)	-	(4.784)	(11.918)
Transferências	(733)	1.046	24	108	(60)	(590)	-	-	(1.010)	(1.215)
Saldos em 31/12/2021	482.907	334.295	27.964	108.406	96.178	258.716	26.390	45.816	20.760	1.401.432
DEPRECIACÃO										
Saldos em 31/12/2020	(361.487)	(165.661)	(19.587)	-	(56.655)	(240.940)	(20.801)	(20.781)	(13.831)	(899.743)
Adições	(26.695)	(33.107)	(1.548)	-	(4.354)	(4.243)	(1.275)	(2.996)	(663)	(74.881)
Baixas	91	6.164	521	-	-	-	129	(54)	47	6.898
Transferências	161	(337)	(9)	-	-	337	-	-	1.002	1.154
Saldos em 31/12/2021	(387.930)	(192.941)	(20.623)	-	(61.009)	(244.846)	(21.947)	(23.831)	(13.445)	(966.572)
RESIDUAL										
Em 31/12/2021	94.977	141.354	7.341	108.406	35.169	13.870	4.443	21.985	7.315	434.860
Em 31/12/2020	87.472	151.494	7.148	108.298	39.222	17.963	1.717	12.404	7.365	433.083

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Imobilizado andamento	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	-	4,0	20,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	6,5	2,7	6,7	-	4,7	-	3,2	9,5	9,7	3,5	-
CUSTO											
Saldos em 31/12/2019	397.268	319.957	27.738	70.554	95.313	-	257.591	30.295	27.199	19.627	1.245.542
Adições	57.390	5.172	1.980	-	-	28	1.005	518	3.134	1.912	71.139
Baixas	(4.975)	(2.711)	(2.818)	-	-	-	-	(8.580)	(35)	(1.131)	(20.250)
Transferências	(724)	(5.263)	(165)	37.744	564	(28)	307	285	2.887	788	36.395
Saldos em 31/12/2020	448.959	317.155	26.735	108.298	95.877	-	258.903	22.518	33.185	21.196	1.332.826
DEPRECIACÃO											
Saldos em 31/12/2019	(340.460)	(152.524)	(20.096)	-	(51.830)	-	(89.225)	(25.209)	(10.055)	(10.719)	(700.118)
Adições	(27.122)	(8.517)	(1.735)	-	(4.497)	-	(8.167)	(2.123)	(3.065)	(715)	(55.941)
Baixas	4.855	3.412	2.639	-	-	-	-	7.325	31	6	18.268
Imparment	(850)	(13.910)	(546)	-	-	-	(143.240)	(867)	(5.071)	-	(164.484)
Transferências	2.090	5.878	151	-	(328)	-	(308)	73	(2.621)	(2.403)	2.532
Saldos em 31/12/2020	(361.487)	(165.661)	(19.587)	-	(56.655)	-	(240.940)	(20.801)	(20.781)	(13.831)	(899.743)
RESIDUAL											
Em 31/12/2020	87.472	151.494	7.148	108.298	39.222	-	17.963	1.717	12.404	7.365	433.083
Em 31/12/2019	56.808	167.433	7.642	70.554	43.483	-	168.366	5.086	17.144	8.908	545.424

Em 31 de dezembro de 2021, alguns bens (do ativo imobilizado), classificados na rúbrica "veículos" (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos. Para as debêntures não existem garantias dessa natureza.

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. INTANGÍVELPolítica contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

a) Controladora

	Software de terceiros	Outros Intangíveis	Direito de Uso - CPC06 (R2) (c)	Total
Taxa anual de amortização - %	20,0	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	2,4	-	-	-
CUSTO				
Saldos em 31/12/2020	1.175	-	897	2.072
Adições	20	73	1.391	1.484
Saldos em 31/12/2021	1.195	73	2.288	3.556
AMORTIZAÇÃO				
Saldos em 31/12/2020	(1.083)	-	(813)	(1.896)
Adições	(28)	-	(754)	(782)
Baixas	-	-	206	206
Saldos em 31/12/2021	(1.111)	-	(1.361)	(2.472)
RESIDUAL				
Em 31/12/2021	84	73	927	1.084
Em 31/12/2020	92	-	84	176

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Software de terceiros	Direito de Uso - CPC 06 (R2) (c)	Total
Taxa anual de amortização - %	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	3,2	-	-
CUSTO			
Saldos em 31/12/2019	1.109	-	1.109
Adições	66	-	66
Direito de uso - CPC 06 (R2)	-	897	897
Saldos em 31/12/2020	1.175	897	2.072
AMORTIZAÇÃO			
Saldos em 31/12/2019	(1.046)	-	(1.046)
Adições	(37)	(813)	(850)
Saldos em 31/12/2020	(1.083)	(813)	(1.896)
RESIDUAL			
Em 31/12/2020	92	84	176
Em 31/12/2019	63	-	63

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Consolidado

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de Uso - CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de depreciação - %	-	-	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	(b)	-	5,9	-	3,2	-	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2020	11.161.940	8.561	176.933	1.115.796	1.598	73.865	12.538.693
Adições	3.081.201	-	15.109	807.574	1.280	13.350	3.918.514
Baixas	(2.720)	-	(38)	(7.518)	-	-	(10.276)
Transferências	258.376	-	5	(257.166)	-	-	1.215
Saldos em 31/12/2021	14.498.797	8.561	192.009	1.658.686	2.878	87.215	16.448.146
AMORTIZAÇÃO							
Saldos em 31/12/2020	(4.189.498)	(5.728)	(150.494)	-	(1.006)	(36.526)	(4.383.252)
Adições	(578.923)	(514)	(10.852)	-	(71)	(25.903)	(616.263)
Baixas	-	-	-	-	-	206	206
Transferências	(1.160)	-	-	-	6	-	(1.154)
Saldos em 31/12/2021	(4.769.581)	(6.242)	(161.346)	-	(1.071)	(62.223)	(5.000.463)
RESIDUAL							
Em 31/12/2021	9.729.216	2.319	30.663	1.658.686	1.807	24.992	11.447.683
Em 31/12/2020	6.972.442	2.833	26.439	1.115.796	592	37.339	8.155.441

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Ágio ELG-01	Outros	Direito de Uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de depreciação - %	-	-	20,0	-	-	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	(b)	-	8,7	-	-	4,2	-	-
CUSTO								
Saldos em 31/12/2019	9.922.527	8.561	164.370	1.286.901	37.744	1.080	15.357	11.436.540
Adições	243.059	-	11.969	831.209	-	-	58.510	1.144.747
Baixas	(5.049)	-	(40)	(1.108)	-	-	(2)	(6.199)
Transferências	1.001.403	-	634	(1.001.206)	(37.744)	518	-	(36.395)
Saldos em 31/12/2020	11.161.940	8.561	176.933	1.115.796	-	1.598	73.865	12.538.693
AMORTIZAÇÃO								
Saldos em 31/12/2019	(3.402.260)	(5.214)	(129.032)	-	-	(421)	(5.693)	(3.542.620)
Adições	(444.823)	(514)	(14.881)	-	-	(67)	(30.835)	(491.120)
Baixas	118	-	39	-	-	-	2	159
Impairment	(341.061)	-	(6.078)	-	-	-	-	(347.139)
Transferências	(1.472)	-	(542)	-	-	(518)	-	(2.532)
Saldos em 31/12/2020	(4.189.498)	(5.728)	(150.494)	-	-	(1.006)	(36.526)	(4.383.252)
RESIDUAL								
Em 31/12/2020	6.972.442	2.833	26.439	1.115.796	-	592	37.339	8.155.441
Em 31/12/2019	6.520.267	3.347	35.338	1.286.901	37.744	659	9.664	7.893.920

- (a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de dezembro de 2021, as principais adições nesta rúbrica referem-se a pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização, Ônus da Concessão (R\$1.430.120 Ecovias do Araguaia, R\$630.866 Ecovias dos Imigrantes (conforme TAM 19/2021 – Vide Nota Explicativa 21.iii), e R\$418.846 revisão taxa AVP Eco135 conforme Nota Explicativa 21.i.i) e outros.
- (b) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2021 foram 4,49% a.a. (4,2% a.a. em 31 de dezembro de 2020).
- (c) As principais adições na rúbrica "Intangível em Andamento" no ano de 2021 referem-se as duplicações e melhorias, desapropriações, restauração e reabilitação de pavimentos, levantamento de parâmetros, implantação de drenos de pavimentos, recuperação de obras de artes especiais, restauração de passivos e condicionantes ambientais, recuperação e contenção de encostas, implantação de passarelas, reabilitação do pavimento, trabalhos iniciais nas rodovias, obras civis nas praças de pedágios, e capitalização de encargos.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram capitalizados R\$129.492 referentes a encargos financeiros (R\$46.907 em 31 de dezembro de 2020) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, individualmente em cada concessionária.

A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2021. O valor em uso das controladas foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC, em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultado em: (a) WACC para concessionárias de rodovia: 8,77% a.a. (11,2% a 19,6% antes dos impostos, de acordo com o fluxo de cada concessionária); (b) WACC para Ecoporto Santos: 9,27% a.a. (74,1% antes dos impostos); e (c) WACC para Ecopátio: 9,20% a.a. (14,8% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relativos a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIALPolítica contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

a) Tributos diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

	Consolidado				
	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021	31/12/2021
Realização do ágio na incorporação:					
Ecosul	1.878	-	(350)	1.528	(350)
Ecoataratas	8.464	-	(8.463)	1	(8.463)
Ecopátio	2.602	-	(289)	2.313	(289)
Argovias	7.720	3.958	-	11.678	3.958
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	18.053	3.593	(4.703)	16.943	(1.110)
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	137.818	90.644	(23.385)	205.077	67.259
Provisão para manutenção	154.929	34.151	(114.462)	74.618	(80.311)
AVP ônus Concessão	26.955	21.160	(11.744)	36.371	9.416
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	722	355	(486)	591	(131)
Efeito Lei nº 12.973/14 - extinção RTT	(38.407)	-	3.339	(35.068)	3.339
Depreciação societária	(1532)	-	-	(1.532)	-
Juros capitalizados	(70.067)	(22.554)	33.085	(59.536)	10.531
Outros	2.018	220	(2.278)	(40)	(2.058)
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	251.153	131.527	(129.736)	252.944	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					1.791

- (i) O saldo refere-se ao prejuízo fiscal das controladoras: Ecorodovias Concessões e Serviços, Termares, Eco101, Eco050, Eco135 e Ecovias do Cerrado.

Em atendimento ao CPC 32 item 73, registramos em 31 de dezembro de 2021 R\$259.433 no ativo não circulante e R\$6.489 no passivo não circulante. (Em 31 de dezembro de 2020 R\$252.704 no ativo não circulante e R\$1.551 no passivo não circulante).

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais das controladas sejam realizados em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo não circulante serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	122.526
2022	52.530	13.378
2023	11.529	8.844
2024	9.774	8.844
2025	16.041	15.366
2026	18.190	74.921
Posteriores a 2026 (*)	144.880	7.274
	<u>252.944</u>	<u>251.153</u>

(*) Os valores acima de dez anos para realização estão relacionados a amortização de ágio (direito de concessão), ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão e ajuste do RTT (Regime Tributário de Transição) que são amortizados pelo prazo de cada concessão.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	372.042	(417.988)	652.474	79.072
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(126.494)	142.116	(221.841)	(26.884)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Lucros não realizados	-	-	(3.830)	(3.775)
Gratificações/PPR diretores	(773)	(630)	(2.237)	(1.812)
Equivalência patrimonial	172.507	30.176	(7)	(1)
Despesas indedutíveis	(6)	(6)	(959)	(355)
Amortização de ágio	(175)	(3.941)	29.473	25.014
Impairment/Ativo sujeito a indenização (ii)	-	(104.443)	-	(130.040)
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	1.773	1.631
Créditos tributários não constituídos (i)	(51.050)	(45.056)	(109.852)	(97.813)
Baixa créditos tributários anos anteriores (ii)	-	-	(1.100)	(233.179)
Operações descontinuadas	-	2.040	-	2.040
Acordo Leniência/Não Persecução Cível	(3.620)	(20.526)	(4.757)	(23.131)
Capitalização juros s/ investimentos	-	-	18.288	-
Outros	9.611	270	9.837	(8.755)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(285.212)	(497.060)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(287.003)	(339.347)
Impostos diferidos	-	-	1.791	(157.713)
Taxa efetiva	-	-	43,7%	n.m.

(i) São compostos pelas empresas EcoRodovias Infraestrutura e Logística, Ecoporto Santos, Termares, Ecorodoanel e Holding do Araguaia.

(ii) Refere-se ao Impairment realizado no ano de 2020 da controlada Ecoporto Santos.

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

A movimentação do exercício do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	24.970	13.382
Despesa IR/CS DRE	287.003	339.347
Total de IR/CS pagos	(293.897)	(327.759)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	18.076	24.970

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa de juros	Controladora		Consolidado	
				31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Em moeda nacional:							
CCB (a)	Ecosul	06/2021	CDI+1,85% a.a.	-	-	-	249.935
Finame (b)	Ecocataratas	10/2022	2,5%a.a.	-	-	-	80
Finem (c)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45%a.a.	-	-	15.065	18.958
Finem (c)	Ecopistas	06/2025	TJLP + 2,45%a.a.	-	-	17.488	35.340
Finem (d)	Eco101	12/2028	TJLP + 3,84%a.a.	-	-	146.095	159.438
Finem (d)	Eco101	06/2030	TJLP + 3,84%a.a.	-	-	211.876	229.693
Finem (e)	Ecoponte	08/2032	TJLP + 3,48%a.a.	-	-	57.763	60.260
Finem (e)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48%a.a.	-	-	122.476	121.236
Finem (e)	Ecoponte	06/2034	TJLP + 3,48%a.a.	-	-	59.671	38.634
BNDES (f)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	-	-	272.008	242.980
BDMG (g)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	-	-	93.135	95.832
FINISA - CEF (h)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	-	-	273.945	282.209
FDCO - CEF (i)	Eco050	04/2036	7,5% a.a.	-	-	135.351	131.452
BNDES (j)	Eco135	06/2043	IPCA TLP+3,49%a.a.	-	-	209.655	115.934
Finame (k)	Eco135	07/2026	IPCA TLP+3,40%a.a.	-	-	3.279	-
Finame (k)	Eco135	09/2026	IPCA TLP+3,40%a.a.	-	-	89	-
Finame (k)	Eco135	07/2026	IPCA TLP+3,40%a.a.	-	-	5.342	-
Finame (k)	Eco135	12/2026	IPCA TLP+4,08%a.a.	-	-	2.367	-
7ª Emissão NP - EIL (l)	EcoInfra	03/2022	CDI + 4,00% a.a.	1.257.663	1.243.363	1.257.663	1.243.363
				<u>1.257.663</u>	<u>1.243.363</u>	<u>2.883.268</u>	<u>3.025.344</u>
Circulante				1.257.663	135.522	1.353.123	485.975
Não circulante				-	1.107.841	1.530.145	2.539.369

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2022	-	1.107.841	-	1.195.524
2023	-	-	93.061	91.494
2024	-	-	101.965	93.926
2025	-	-	106.666	97.749
2026	-	-	111.379	101.613
2027	-	-	116.358	109.044
Posteriores a 2027	-	-	1.000.716	850.019
	-	1.107.841	1.530.145	2.539.369

A movimentação do exercício dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	1.243.363	-	3.025.344	1.382.290
Adições (*)	-	1.212.416	1.565.427	1.659.844
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 27)	112.409	61.890	277.279	180.903
Pagamento principal (*)	(90.000)	(30.000)	(1.837.150)	(109.162)
Pagamento de juros	(8.109)	(943)	(147.632)	(88.531)
Saldo no fim do exercício	<u>1.257.663</u>	<u>1.243.363</u>	<u>2.883.268</u>	<u>3.025.344</u>
Circulante	1.257.663	135.522	1.353.123	485.975
Não circulante	-	1.107.841	1.530.145	2.539.369

(*) A principal adição e baixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referem-se a:

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Holding do Araguaia S.A.

Em 05 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 1ª (primeira) emissão de notas promissórias comerciais da Companhia, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação da totalidade das Notas Comerciais, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), da Instrução CVM nº 566, de 31 de julho de 2015, conforme alterada ("Instrução CVM 566").

A Emissão foi realizada em série única, totalizando 280 Notas Comerciais, com valor nominal unitário de R\$5.000, perfazendo o montante total de R\$1.400.000 (R\$1.398.174 líquidos). As notas promissórias serão remuneradas à taxa de CDI + 1,35% a.a. com vencimento no dia 08 de fevereiro de 2022.

O contrato foi quitado em 29 de outubro de 2021.

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	Ecosul	Santander	Dívida Líquida / EBITDA \leq 3,75	N/A
(b)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(c)	Ecopistas	BNDES	(i) Patrimônio Líquido/Passivo Total \geq 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) \geq 1,20; e (iii) Dívida Líquida/EBITDA ajustado \leq 4,0. Após o <i>Completion</i> não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do Contrato de Concessão até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato.
(d)	Eco101	BNDES	(i) Patrimônio Líquido/Ativo Total \geq 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) \geq 1,30 Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei.	Cessão de direitos creditórios até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato.
(e)	Ecoponte	BNDES	Beneficiária: (i) Patrimônio Líquido ajustado/Passivo Total \geq 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) \geq 1,30; Após o <i>Completion</i> não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Interveniente: (i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado \leq 4,00	Penhor das ações da Ecorodovias, cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte seja titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato.
(f)	ECO050	BNDES	Beneficiária: ICSD \geq 1,2 / PL/AT \geq 20% Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado \leq 4,00	Fiança Solidária/Penhor de 100% das ações da Beneficiária / Cessão Fiduciária, até a final liquidação de todas as obrigações do contrato.
(g)	ECO050	BDMG	Beneficiária: ICSD \geq 1,2 / PL/AT \geq 20% Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado \leq 4,00	Fiança Solidária / Penhor de 100% das ações da Beneficiária/Cessão Fiduciária, até a final liquidação de todas as obrigações do contrato.
(h)	ECO050	Caixa/ FINISA	Beneficiária: ICSD \geq 1,2 / PL/AT \geq 20% Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado \leq 4,00	Penhor de 100% das ações da Beneficiária e Fiança Corporativa / Cessão Fiduciária, até a final liquidação de todas as obrigações do contrato.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(i)	ECO050	FDCO	Beneficiária: ICSD $\geq 1,2$ / PL/AT $\geq 20\%$ Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 4,00$	Penhor de 100% das ações da Beneficiária e Fiança Corporativa / Cessão Fiduciária, até a final liquidação de todas as obrigações do contrato.
(j)	Eco135	BNDES	Beneficiária: ICSD $\geq 1,3$ / PL/AT $\geq 20\%$ Após o <i>Completion</i> não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 4,00$	Penhor de 100% Ações / Cessão Fiduciária de Direitos creditórios ate a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato.
(k)	Eco135	Santander	Não exigem manutenção de índices	Alienação do bem.
(l)	EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	Bradesco	Não exigem manutenção de índices	N/A

A Companhia apresenta a seguir os índices financeiros em 31 de dezembro de 2021.

<u>Índices financeiros Ecopistas</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido/passivo total	$\geq 20\%$	51,54%
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	$\geq 1,20$	0,77(*)
(iii) Dívida líquida/EBITDA Ajustado	$< 4,00$	2,01
(*) Amparado por carta fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.		
<u>Índices financeiros Eco101 (b)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	$\geq 1,30$	0,67
(ii) Patrimônio líquido ajustado/passivo total ajustado	$\geq 20\%$	57,8%
<u>Índices financeiros Ecoponte</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido/passivo total	$\geq 20\%$	31,40%
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	$\geq 1,30$	1,88
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado (Controladora - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.)	$\leq 4,00$	2,83
<u>Índices financeiros Eco050</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Beneficiária: ICSD - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	$\geq 1,20$	1,84
(ii) Beneficiária: Patrimônio Líquido / Passivo Total	$\geq 20\%$	41,30%
(iii) Interveniente: Dívida líquida/EBITDA ajustado	$\leq 4,00$	2,83
<u>Índices financeiros Eco135</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Cobertura de dívida	$\geq 1,30$	2,06
(ii) Patrimônio líquido ajustado/passivo total ajustado	$\geq 20\%$	59,59%
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado (Controladora - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.)	$\leq 4,00$	2,79

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As controladas da Companhia estão adimplentes com as demais cláusulas restritivas dos referidos contratos.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

Os subcréditos e liberações efetuados são como segue:

Ecopistas

Subcrédito (*)	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	99.200	114 mensais
b	85.528	85.528	85.528	114 mensais
d	27.999	27.999	23.578	114 mensais
e	21.769	21.769	16.327	8 anuais
j	11.281	11.281	7.125	114 mensais
k	22.438	22.438	14.172	114 mensais
l	9.169	9.169	5.501	10 anuais
Total	277.384	277.384	251.431	

(*) Os subcréditos c, f, g, h e i foram cancelados, através do 5º aditivo assinado em novembro de 2018.

Eco101

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	188.473	188.473	53.593	150 parcelas
B1	66.237	66.237	12.489	150 parcelas
B2	52.483	52.483	9.083	150 parcelas
B3	117.799	117.799	19.141	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total	882.144	424.992	94.306	

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ecoponte

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	107.465	62.649	8.767	177 mensais
b	177.920	125.917	9.734	157 mensais
c	118.915	61.929	2.665	163 mensais
d	10.625	1.495	128	177 mensais
e	2.075	1.764	165	157 mensais
Total	<u>417.000</u>	<u>253.754</u>	<u>21.459</u>	

Eco050

BDMG

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	85.000	85.000	5.712	234 mensais
b	35.000	13.940	684	234 mensais
Total	<u>120.000</u>	<u>98.940</u>	<u>6.396</u>	

FINISA

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	350.000	288.574	18.455	234 mensais
Total	<u>350.000</u>	<u>288.574</u>	<u>18.455</u>	

BNDES

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	75.998	75.998	5.130	234 mensais
B1	17.026	17.026	1.144	234 mensais
B2	25.387	25.387	1.706	234 mensais
C1	18.912	18.912	1.271	234 mensais
C2	28.916	28.916	1.808	234 mensais
D1	19.603	19.603	-	234 mensais
D2	27.558	6.038	-	234 mensais
R	46.600	49.600	2.846	234 mensais
S	2.675	-	-	234 mensais
X	42.500	42.500	2.320	234 mensais
Y	48.000	-	-	234 mensais
Z	79.500	-	-	234 mensais
Total	<u>432.675</u>	<u>283.980</u>	<u>16.225</u>	

FDCO

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	200.000	164.899	31.220	40 semestrais
Total	<u>200.000</u>	<u>164.899</u>	<u>31.220</u>	

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Eco135

<u>Subcrédito</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
a	71.489	71.489	2.548	276 mensais
b 1ª	661.572	124.144	-	234 mensais
c	263.289	-	-	234 mensais
Total	<u>996.350</u>	<u>195.633</u>	<u>2.548</u>	

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Ref.	Companhia	Emissão	Série	Tipo e Forma	Data emissão	Vencimento final	Taxa contratada	Controladora		Consolidado	
								Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
a)	Ecovias dos Imigrantes	2a	2a	(i)	15/04/2013	abr/24	IPC-A + 4,28% a.a.	-	-	1.162.935	1.046.437
b)	Ecovias dos Imigrantes	3a	Única	(i)	06/05/2021	mai/22	CDI 1,05% a.a.	-	-	606.935	-
c)	Ecosul	4a	Única	(i)	02/06/2021	mai/24	CDI + 1,65% a.a.	-	-	371.941	-
d)	Ecopistas	1a	1a	(i)	15/01/2011	jan/23	IPC-A + 8,25% a.a.	-	-	64.017	86.675
e)	Ecopistas	1a	2a	(i)	15/01/2011	abr/22	IPC-A + 8,25% a.a.	-	-	21.358	56.525
f)	Ecopistas	1a	3a	(i)	15/01/2011	jul/22	IPC-A + 8,25% a.a.	-	-	20.923	55.391
g)	Ecopistas	1a	4a	(i)	15/01/2011	out/22	IPC-A + 8,25% a.a.	-	-	20.495	54.255
h)	Ecoponte	1a	Única	(i)	19/11/2019	out/34	IPC-A + 4,4% a.a.	-	-	257.708	230.903
i)	Eco050	1a	Única	(i)	02/03/2018	dez/29	IPC-A + 9% a.a.	-	-	100.897	89.604
j)	Ecorodovias Concessões	2a	3a	(i)	15/10/2012	out/22	IPC-A + 5,35% a.a.	-	-	232.708	419.442
k)	Ecorodovias Concessões	6a	2a	(i)	14/12/2017	nov/22	110,25% do CDI	-	-	379.376	751.702
l)	Ecorodovias Concessões	6a	3a	(i)	14/12/2017	nov/24	IPC-A + 6,0% a.a.	-	-	37.676	34.017
m)	Ecorodovias Concessões	7a	Única	(i)	04/07/2018	jun/25	IPC-A + 7,4438% a.a.	-	-	441.944	398.574
n)	Ecorodovias Concessões	8a	1a	(i)	22/05/2019	abr/24	CDI + 1,30% a.a.	-	-	847.532	836.614
o)	Ecorodovias Concessões	8a	3a	(i)	22/05/2019	abr/26	IPC-A + 5,50% a.a.	-	-	80.550	72.703
p)	Ecorodovias Concessões	10a	Única	(i)	14/07/2020	jul/23	CDI + 3,50% a.a.	-	-	1.039.287	1.014.094
q)	Ecoporto Santos	2a	Única	(i)	27/06/2019	jun/21	CDI + 3,90% a.a.	-	-	-	66.787
r)	Ecoporto Santos	3a	Única	(i)	20/12/2019	dez/21	CDI + 1,75% a.a.	-	-	-	69.485
s)	Ecorodovias Infraestrutura	4a	Única	(i)	27/12/2018	dez/21	115,0% do CDI	-	149.563	-	149.563
t)	Holding do Araguaia	1a	Única	(i)	28/10/2021	out/36	IPC-A + 6,6647%	-	-	1.390.070	-
								-	149.563	7.076.352	5.432.771
							Circulante	-	149.563	1.837.935	1.092.648
							Não circulante	-	-	5.238.418	4.340.123

(i) Simples, nominativa escritural, não conversível, distribuição pública.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ref.	Valor Nominal	Custos Antecipados	Taxa efetiva (TIR)	Pagamento de juros	Amortização Principal	Tipo de Garantia	Repactuação
a)	681.000	(23.462)	11,12%	Anual	Anuais a partir de 2022	Quirografária	Não
b)	600.000	(2.223)	7,92%	Anual	Anual	Quirografária	Não
c)	370.000	(1.851)	10,06%	Anual	Anual a partir de 2023	Quirografária	Não
d)	92.500	(3.255)	14,91%	Anual	Anual	Real de 100% das ações, cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhada com BNDES e Fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
e)	92.500	(3.255)	14,92%	Anual	Anual		Não
f)	92.500	(3.255)	14,87%	Anual	Anual		Não
g)	92.500	(3.255)	14,83%	Anual	Anual	Real de 100% das ações, cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhada com BNDES e Fiança Corporativa da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
h)	230.000	(15.246)	14,84%	Anual	Anual a partir de 2022	Real de 100% das ações, cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhada com BNDES e Fiança Corporativa da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
i)	90.000	(13.904)	17,77%	Semestral	Semestral	Real de 100% das ações, cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhada com BNDES e Fiança Corporativa da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e da Argovias Administração e Participações S.A.	Não
j)	400.000	(11.043)	11,72%	Anual	Anual a partir de 2020	Quirografária	Não
k)	300.000	(112)	7,35%	Semestral	Anual a partir de 2021	Quirografária	Não
l)	30.000	(87)	13,63%	Anual	Anual a partir de 2023	Quirografária	Não
m)	350.000	(1.972)	15,66%	Anual	Anual a partir de 2024	Quirografária	Não
n)	833.675	(3.937)	7,56%	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não
o)	66.325	(296)	14,71%	Anual	Anual a partir de 2025	Quirografária	Não
p)	1.000.000	(13.123)	9,88%	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não
q)	130.000	(745)	6,27%	Semestral	Semestral a partir de 2020	Fidejussória adicional na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	Não
r)	70.000	(543)	4,13%	No vencimento	No vencimento	Fidejussória adicional na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	Não
s)	300.000	(2.907)	4,57%	Semestral	Anual a partir de 2021	Quirografária	Não
t)	1.400.000	(53.769)	9,94%	Semestral	Semestral a partir de 2024	Alienação Fiduciária de 100% das ações. Cessão Fiduciária de todos e quaisquer recursos recebidos pela Emissora decorrentes das distribuições oriundas da SPE. Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
	7.221.000	(158.240)					

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2022	-	-	-	1.022.237	(12.699)	1.009.538
2023	1.577.450	(13.324)	1.564.126	1.385.917	(7.716)	1.378.201
2024	1.712.210	(7.446)	1.704.764	1.395.157	(3.701)	1.391.456
2025	274.606	(6.285)	268.321	246.182	(2.704)	243.478
2026	64.451	(5.952)	58.499	56.265	(2.362)	53.903
2027	36.753	(5.660)	31.093	31.052	(2.060)	28.992
Posteriores a 2027	1.649.447	(37.832)	1.611.615	240.152	(5.597)	234.555
	5.314.917	(76.499)	5.238.418	4.376.962	(36.839)	4.340.123

A movimentação das debêntures no exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	149.563	1.567.598	5.432.771	7.284.048
Adições (*)	-	-	2.310.924	986.205
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 27)	7.372	38.351	672.403	433.505
Pagamento principal	(150.000)	(1.380.000)	(873.485)	(2.749.275)
Pagamento de juros	(6.935)	(76.386)	(466.260)	(521.712)
Saldo no fim do exercício	-	149.563	7.076.353	5.432.771
Circulante	-	149.563	1.837.935	1.092.648
Não circulante	-	-	5.238.418	4.340.123

(*) As adições no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referem-se a:

Ecovias dos Imigrantes

Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração da controlada indireta Ecovias dos Imigrantes, aprovou a 3ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia. Foram emitidas 600.000 debêntures ao valor unitário de R\$1, totalizando R\$600.000. As referidas debêntures serão remuneradas a taxa de CDI + 1,05% a.a. O prazo de vencimento do valor principal será de 12 meses e o pagamento da remuneração será realizado semestralmente em duas parcelas, sem carência, ambos a partir da data de emissão. Em 10 de maio de 2021, ocorreu a entrada de recursos das referidas debêntures.

Ecosul

Em 20 de maio de 2021, o Conselho de Administração da controlada indireta Empresa Concessionária de Rodovias do Sul – Ecosul, aprovou a 4ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia. Foram emitidas 370.000 debêntures ao valor unitário de R\$1, totalizando R\$370.000. As referidas debêntures serão remuneradas a taxa de CDI + 1,65% a.a. O prazo de vencimento do principal será de 3 anos, contados da data da emissão e o pagamento da remuneração será realizado em duas parcelas anuais, e consecutivas devidas a partir do 2º ano contado da data de emissão. Em 02 de junho de 2021, ocorreu a entrada de recursos das referidas debêntures.

Holding do Araguaia

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 23 de setembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos no valor total de R\$1.400.000.000. A emissão é composta por 1.400.000 (um milhão e quatrocentas mil) debêntures de valor nominal de R\$1.000 (mil reais) cada. As debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, e no Decreto nº 8.874, tendo em vista o enquadramento do Projeto como prioritário pelo Ministério da Infraestrutura. As debêntures serão remuneradas pelo IPC-A +6,6647% ao ano. A remuneração será paga em 29 parcelas semestrais e consecutivas, devidas sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, ocorrendo a primeira em 15 de outubro de 2022. A amortização do principal será realizada em 26 parcelas semestrais e consecutivas, devidas sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, ocorrendo a primeira em 15 de abril de 2024. A entrada de recursos ocorreu em 28 de outubro de 2021.

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"). Conforme demonstrado no quadro a seguir, as controladas estão adimplentes com os referidos índices:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecosul	4ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	1,49
Ecovias	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,5x	2,17
	3ª	Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida Dívida líquida/Ebitda ajustado	> 2,0x ≤ 4,75x	5,13 2,17
Ecopistas	1ª	Patrimônio líquido/Passivo total	> 20%	51,54%
		ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥ 1,20x	1,40
		Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 4,0x	2,01
		Dívida líquida Total/Ebitda ajustado	≤ 5,5x	2,81
Ecorodovias Concessões	2ª	Dívida líquida/Ebitda Ebitda /Despesa financeira líquida	< 3,50x > 2,0x	2,91 2,51
	4ª	Dívida líquida/Ebitda	≤ 4,75x	2,79
	6ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,83
		Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	2,58
	7ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,83
	8ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	2,79
	9ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	2,79
10ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	2,79	

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Eco050	1ª	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida Patrimônio líquido/Passivo total	≥ 1,20x ≥ 20%	1,82 41,30%
Ecoponte	1ª	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida PL Ajustado/Passivo Total	≥ 1,30x ≥ 20%	1,88 31%
Holding do Araguaia	1ª	Dívida líquida/EBITDA ajustado - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	≤ 5,50x	2,79

As controladas da Companhia estão adimplentes com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos.

Os *covenants* não financeiros prevêem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

17. ARRENDAMENTOS A PAGAR

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	420	86	25.817	40.402
Circulante	420	86	17.568	23.412
Não circulante	-	-	8.249	16.990

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	86	-	40.402	12.772
Adições	1.391	897	13.350	58.510
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 27)	100	21	8.865	8.877
Pagamento principal	(1.057)	(811)	(27.935)	(30.880)
Pagamento de juros	(100)	(21)	(8.865)	(8.877)
Saldo no fim do exercício	420	86	25.817	40.402

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Controladora	Natureza	Ativo		Resultado	
		Circulante	Não circulante Intangível	Receita	Receita Juros de mútuo
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controlada direta	152	-	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (b)	Controlada indireta	66	-	763	-
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel (q)	Controlada direta	80	-	-	-
Termares Term. Mar. Alfandegados Ltda. (d)	Controlada direta	-	-	-	242
Itinera Construções Ltda (p)	Outras partes	18	-	18	-
Igli do Brasil (p)	Outras partes	18	-	18	-
Total em 31 de dezembro de 2021		334	-	799	242
Total em 31 de dezembro de 2020		373	5.304	715	150

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Natureza	Ativo		Passivo	Resultado
		Circulante	Não circulante Intangível	Circulante	Receita de Locação de Imóveis
CBB Ind. e Com.de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB					
Transportadora Betumes Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	-	87.965	2.375	-
Consórcio Binário Porto de Santos (f)	Outras partes relacionadas	-	547	243	-
Consórcio Alça da Ponte (g)	Outras partes relacionadas	-	15.051	6.697	-
Consórcio BR050 (h)	Outras partes relacionadas	-	75.796	4.865	-
Consórcio SP-070 (i)	Outras partes relacionadas	-	22.806	1.834	-
Itinera Construções Ltda (j)	Outras partes relacionadas	-	22.531	17.234	206
Consórcio NN Engenharia e Consultoria (k)	Outras partes relacionadas	-	-	825	4.183
Consórcio PSG (l)	Outras partes relacionadas	-	-	257	-
Consórcio Baixada Santista (m)	Outras partes relacionadas	-	13.499	1.750	-
Consórcio BR050 (n)	Outras partes relacionadas	309	-	-	-
Igli do Brasil (c)	Outras partes relacionadas	19	-	-	-
SINELEC SPA (o)	Outras partes relacionadas	-	895	-	-
Itinera Construções Ltda (p)	Outras partes relacionadas	18	-	-	18
Igli do Brasil (p)	Outras partes relacionadas	18	-	-	18
Crasa Infraestrutura (r)	Outras partes relacionadas	-	51	-	-
Total em 31 de dezembro de 2021		364	239.141	36.080	4.425
Total em 31 de dezembro de 2020		1	165.956	9.888	-

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) Refere-se ao rateio de custos da remuneração dos diretores compartilhados entre a Companhia e a Controlada Ecorodovias Concessões e Serviços (vide nota de Remuneração dos Administradores).
- (b) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da controlada indireta Ecosul, pertencente a Companhia. O saldo em aberto a receber de R\$66, (de aluguéis já incorridos) tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargos.
- (c) A controlada Ecorodovias Concessões e Serviços, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$80 com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços já incorridos em 31 de dezembro de 2021 é de R\$19.
- (d) Refere-se ao contrato de mútuo, sendo a mutuária Termares. O mútuo será corrigido através da taxa de 105% do CDI com vencimento em 31 de dezembro de 2021.
- (e) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., pertencem aos acionistas da Crasa Infraestrutura S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, e Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$147.050. O prazo para execução desses será até 30 de setembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo em aberto é de R\$2.375 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (f) O Consórcio Binário Porto de Santos, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., irá prestar serviço de "Ampliação da Segunda Fase da adequação do sistema viário entre os KM 61,5 e KM 65 da SP-150 (Anchieta)" à Ecovias dos Imigrantes. O preço global firmado é de R\$135.367 e o prazo final para execução destes serviços é 01 de maio de 2023. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto de R\$243 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (g) O Consórcio Alças da Ponte, pertence aos acionistas da Crasa Infraestrutura S.A. e Itinera Construções Ltda, prestará serviços de construção civil. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto é de R\$6.697 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (h) O Consórcio BR 050, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., prestam serviço de Execução dos Serviços de Duplicação do KM 286+800 ao 309+400 da Rodovia BR-050/GO e Recuperação de Pavimento da Rodovia BR-050/GO do KM 95+700 ao 314+000. O preço global firmado é de R\$170.372 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de janeiro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto é de R\$4.865 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) O Consórcio SP-070, formado pelas partes relacionadas Crasa Infraestrutura S.A. e Itinera Construções Ltda, presta serviços de recuperação do pavimento ao longo do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, sob concessão da Companhia. O preço global firmado é de R\$57.354 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de novembro de 2021. O saldo em aberto de R\$1.834 em 31 de dezembro de 2021 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (j) A Itinera Construções Ltda, parte relacionada, presta serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR135/MG, MG231/MG e LMG754/MG. O preço global firmado é de R\$710.895 e o prazo final para execução destes serviços é 28 de julho de 2024. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto é de R\$17.234 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (k) O Consórcio NN Engenharia e Consultoria, prestará serviços de construção civil. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto é de R\$825 refere-se a provisão de pagamento.
- (l) O Consórcio PSG, prestará serviços de construção civil. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto é de R\$257 e refere-se a provisão de pagamento.
- (m) O Consórcio Baixada Santista, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., irá prestar serviço de "Recuperação do Pavimento Flexível nas Rodovias que compõe o SAI - SISTEMA ANCHIETA-IMIGRANTES e usinagem de CBUQ, inclusive com Asfaltos Modificados na Usina da Ecovias" . O preço global firmado é de R\$18.731 e o prazo final para execução destes serviços é 31 de janeiro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto de R\$1.750 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (n) O saldo refere-se a venda de ativos ao Consórcio BR050, conforme NF 28.333.334. O valor total da venda é de R\$ 1.544, parcelado em dez vezes, a serem descontados das medições de pagamento. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 309.
- (o) A SINELEC SPA, presta serviço no desenvolvimento e implementação de prova de conceito para sistema Multilane Freeflow Tolling à: Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas e Eco101 Concessionária de Rodovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$5.079. O prazo para execução desses trabalhos será em 31 de maio de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, não há saldo em aberto a pagar.
- (p) A Itinera Construções Ltda. e IGLI do Brasil Participações Ltda, firmaram contrato de locação de salas na sede da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. O preço global firmado é de R\$190 e o prazo final é 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a receber é de R\$ 36.
- (q) Refere-se a reembolso de despesas.
- (r) A Crasa Infraestrutura S.A., presta serviços de recuperação do pavimento para a controlada Ecopistas . O preço global firmado é de R\$ 7.535 e o prazo final para execução destes serviços foi 30 de junho de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, não há saldo a pagar.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos de contrato de mútuo entre empresas controladas em 31 de dezembro de 2021 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	Emissão	Vencimento	Taxa	31/12/2021	31/12/2020
				100% CDI +		
Ecorodovias Concessões Companhia	Ecopistas Termares	10/2010 11/2015	03/2025 12/2021	1,20% a.a. 105,0% CDI	163.597 -	156.172 5.304
Termares	Ecoporto Santos	09/2015	12/2021	105,0% CDI	-	1.060
Ecovia	Ecorodovias Concessões	12/2021	06/2022	100% CDI	70.410	-
Ecocataratas	Ecorodovias Concessões	12/2021	06/2022	100% CDI	80.490	-
					<u>314.497</u>	<u>162.536</u>

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2021 em R\$14.955 (R\$13.297 para o exercício de 2020), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração (fixa/variável)	4.846	5.019	22.872	19.516
Gratificação (a)	1.486	390	2.271	390
ILP Gavio (b)	1.314	414	1.314	414
Remun. baseada em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>) (c)	(188)	274	(2.461)	1.140
Seguro de vida	3	3	46	44
Assistência saúde	166	177	1.298	1.297
Previdência privada	91	77	686	602
FGTS	65	-	836	-
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	221	340	2.995	3.367
Diretores estatutários	8.004	6.694	29.857	26.770
Conselho de Administração	3.121	3.472	3.178	3.472
Conselho Fiscal	784	743	784	743
Remuneração Global	11.909	10.909	33.819	30.985

(a) Refere-se a gratificação extraordinária paga aos diretores executivos da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração;

(b) Refere-se ao provisionamento e pagamento do incentivo de longo prazo previsto no contrato de trabalho do Diretor Executivo de Negócios Rodoviários, sendo este contratado pelo controlador. Os pagamentos foram realizados dentro dos parâmetros previstos pela legislação tributária brasileira;

(c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a remuneração baseada em ações está negativa, em função da redução do valor da ação da Companhia (ECOR3), base para a constituição da provisão de R\$13,37 em 31 de dezembro de 2020, para R\$7,32 em 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com taxas que variam entre 7,92% e 10,50% (8,37% a 10,50% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020), correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês) de cada concessionária. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2020	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2021
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 26)	1.757.723	93.161	-	-	1.850.884
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 26)	(361.198)	(29.458)	-	-	(390.656)
Realização da manutenção	(1.219.909)	-	(259.443)	-	(1.479.352)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 27)	279.338	-	-	41.657	320.995
	<u>455.954</u>	<u>63.703</u>	<u>(259.443)</u>	<u>41.657</u>	<u>301.871</u>
Circulante	262.142				95.143
Não circulante	193.812				206.728

	31/12/2019	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2020
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 26)	1.614.322	143.401	-	-	1.757.723
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 26)	(329.573)	(31.625)	-	-	(361.198)
Realização da manutenção	(1.099.665)	-	(120.244)	-	(1.219.909)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 27)	241.255	-	-	38.083	279.338
	<u>426.339</u>	<u>111.776</u>	<u>(120.244)</u>	<u>38.083</u>	<u>455.954</u>
Circulante	147.328				262.142
Não circulante	279.011				193.812

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pelas controladas indiretas. Os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 9,50% e 10,73% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos e financiamentos no ano de constituição da provisão até 31 de dezembro de 2019. A partir de 01 de janeiro de 2020 a taxa de desconto corresponderá ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês) de cada concessionária.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que as controladas indiretas devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020	Adição (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2021
Constituição da provisão para obras futuras (*)	141.691	13.394	-	-	155.085
Efeito do valor presente sobre a constituição (*)	(20.454)	(1.404)	-	-	(21.858)
Realização da construção	(105.877)	-	(1.390)	-	(107.267)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 27)	19.267	-	-	73	19.340
Atualização Monetária	5.088	(831)	-	-	4.257
	<u>39.715</u>	<u>11.159</u>	<u>(1.390)</u>	<u>73</u>	<u>49.557</u>
Circulante	1.618				37.357
Não circulante	38.097				12.200

	31/12/2019	Efeito Financeiro (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2020
Constituição da provisão para obras futuras	145.484	-	(3.793)	-	141.691
Efeito do valor presente sobre a constituição	(20.454)	-	-	-	(20.454)
Realização da construção	(105.582)	-	(295)	-	(105.877)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 27)	17.814	-	-	1.453	19.267
Atualização Monetária	-	5.088	-	-	5.088
	<u>37.262</u>	<u>5.088</u>	<u>(4.088)</u>	<u>1.453</u>	<u>39.715</u>
Circulante	36.495				1.618
Não circulante	767				38.097

(*) As adições no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, referem-se a controlada indireta Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. A taxa de desconto utilizada foi de 8,72% correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês).

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE – CONSOLIDADO**i) Outorgas fixas e variáveis**

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Parcelas:		
Variável - Ecovias (a)	1.748	1.504
Variável - Ecopistas (a)	507	442
Taxa de fiscalização - Ecovias do Cerrado (k)	326	318
Outras Ecovia - Verba de fiscalização (b)	-	309
Outras Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (c)	367	500
Variável - Ecosul (d)	288	232
Outras Ecocataratas - Verba de fiscalização (e)	-	362
Taxa de fiscalização - Ecoponte (f)	317	297
Taxa de fiscalização - Eco101 (g)	610	575
Outras Ecocataratas - PRE/PRF (c)	262	2.664
Outras Ecoporto - Taxas CODESP (h)	-	194
Taxa de fiscalização - Ecovias do Araguaia (m)	914	-
Outras - Araguaia (l)	1.072.617	-
Fixas - Eco135 (i)	1.526.269	995.038
Credor Pela Concessão - ECO050 (j)	491	926
	<u>2.604.716</u>	<u>1.003.361</u>
Circulante	100.831	93.086
Não circulante	2.503.885	910.275

a) A parcela variável das controladas indiretas Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação e receitas acessórias.

b) A controlada indireta Ecovia tinha o pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

c) As controladas indiretas Ecovia e Ecocataratas tem o pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia.

d) A parcela variável da controlada indireta Ecosul é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.

e) A controlada indireta Ecocataratas tem o pagamento da verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

f) A controlada indireta Ecoponte conforme contrato da Companhia, firmado em 18 de maio de 2015, deverá pagar à título de fiscalização o valor de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2021, o valor atualizado é de R\$317 (R\$297 em 31 de dezembro de 2020).

g) A controlada indireta Eco101 tem como obrigação o pagamento da verba anual de fiscalização que consiste num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2021, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$610 (R\$575 em 31 de dezembro de 2020).

h) Refere-se ao pagamento de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo – CODESP, das controladas Ecoporto Santos e Termares, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro.

i) Conforme contrato de concessão da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5.920 mil com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (R\$2.312.752, atualizado na data da assinatura do contrato). Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC12 – Ajuste a valor presente, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7% a.a. no valor de R\$1.605.947. Em 30 de junho de 2021, a Companhia realizou de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC00 Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e CPC 12 Ajuste a Valor Presente uma revisão da taxa de desconto considerando a taxa WACC real de 4,84%, com a finalidade de possibilitar melhor análise do cenário econômico atual e a tomada de decisões econômicas que resultam na melhor avaliação e alocação de recursos.

j) Refere-se a verba de fiscalização da controlada indireta ECO050 Concessionária de Rodovias S.A., recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes (ANTT). Em 31 de dezembro de 2021, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$491 (R\$470 em 31 de dezembro de 2020).

k) A controlada indireta Ecovias do Cerrado tem como obrigação o pagamento do valor anual a título de verba de fiscalização que consiste num montante de R\$3.390 a ser atualizado pelo IRT, divididos em 12 parcelas mensais do mesmo valor e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. Em 31 de dezembro de 2021, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$326 (R\$318 em 31 de dezembro de 2020).

l) Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR 153/414/TO/GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia celebrou contrato de CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS - ID Nº 783810 junto ao banco ITAU, cuja versão final foi deliberada pela ANTT no dia 31 de agosto de 2021. Em 01 de setembro de 2021, foram realizados os trâmites de assinatura, e entre os dias 01 e 10 de setembro de 2021, foi finalizado o aporte em garantia totalizando R\$1.072.617.

m) O valor a título de verba de fiscalização consiste num montante anual de R\$ 9.732.086, a ser atualizado pelo IRT e será pago em 12 parcelas mensais de mesmo valor até 5º dia útil do mês subsequente ao mês de vencimento. Em 31 de dezembro de 2021 o valor mensal atualizado é de R\$ 914.

Adicionalmente, as controladas indiretas Ecovia e Ecocataratas recolhiam a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.

A movimentação do exercício das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	1.003.361	908.823
Custo (vide Nota Explicativa nº 26)	85.613	73.347
Adição Principal (*)	2.060.986	-
Revisão taxa AVP (**)	418.846	-
Intangível	2.364	2.411
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (vide Nota Explicativa nº 27)	201.018	179.259
Pagamento do principal	(1.167.472)	(160.479)
Saldo no fim do exercício	<u>2.604.716</u>	<u>1.003.361</u>

(*) (a) Em 18 de agosto de 2021, a controlada indireta Concessionária Ecovias do Araguaia realizou o pagamento de R\$357.503 à título de Ônus da Concessão, conforme proposta vencedora do Edital de Concessão nº 01/2021 da ANTT. O Valor foi registrado na rubrica "Contrato de Concessão" no Intangível (vide Nota Explicativa nº 13). O Saldo remanescente de R\$1.072.617 representa o valor alocado na Conta de Aporte, conforme Nota Explicativa nº 9.a), os quais possuem a função de garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto de Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta Única do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do contrato de concessão da controlada Concessionária Ecovias do Araguaia; (b) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 21.iii), a controlada indireta Ecovias dos Imigrantes, assinou em 24 de novembro de 2021, o TAM 19/2021, no qual a controlada pagou a ARTESP R\$630.866 à título de ônus da Concessão.

(**) Conforme contrato de concessão da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5.920 mil com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (R\$2.312.752, atualizado na data da assinatura do contrato). Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC 12 – Ajuste a valor presente, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7% a.a. no valor de R\$1.605.947. Em 30 de junho de 2021, a Companhia realizou de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 00 Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e CPC 12 Ajuste a Valor Presente uma revisão da taxa de desconto considerando a taxa WACC real de 4,84%, com a finalidade de possibilitar melhor análise do cenário econômico atual e a tomada de decisões econômicas que resultam na melhor avaliação e alocação de recursos.

ii) Outros compromissos relativos a concessões

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2021, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021 (até o fim do prazo de concessão)			
	Natureza dos custos			
	Melhorias na infraestrutura	Conservação especial (manutenção)	Equipamentos	Total
Ecosul	19.616	120.044	43.647	183.307
Ecovias	425.454	1.130.992	55.741	1.612.187
Ecopistas	49.239	555.901	272.971	878.111
ECO101	1.360.981	589.956	414.934	2.365.871
Ecoponte	182.862	187.979	99.822	470.663
Eco050	446.083	1.464.030	13.844	1.923.957
Eco135	828.496	1.299.969	56.787	2.185.252
Ecovias do Cerrado	749.382	1.649.979	99.681	2.499.042
Ecovias do Araguaia	3.684.154	3.751.422	676.351	8.111.927
Total	7.746.267	10.750.272	1.733.778	20.230.317

	31/12/2020 (até o fim do prazo de concessão)			
	Natureza dos custos			
	Melhorias na infraestrutura	Conservação especial (manutenção)	Equipamentos	Total
Ecovia	32.880	17.568	10.776	61.224
Ecosul	52.854	181.740	39.798	274.392
Ecovias	510.284	116.679	55.135	682.098
Ecocataratas	42.350	83.389	9.893	135.632
Ecopistas	52.859	572.368	250.481	875.708
ECO101	1.358.991	642.720	378.417	2.380.128
Ecoponte	233.874	186.060	92.183	512.117
Eco050	523.405	1.504.009	15.394	2.042.808
Eco135	846.518	1.078.991	52.232	1.977.741
Ecovias do Cerrado	767.300	1.547.789	101.891	2.416.980
Total	4.421.315	5.931.313	1.006.200	11.358.828

Em 27 de março de 2018 foi publicada a decisão favorável à Ecopistas, em 1ª instância, da ação judicial relativa ao desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas. A Fazenda Pública do Estado e a ARTESP recorreram da desta decisão em 11 de maio de 2018. Em 08 de junho de 2020 acórdão do TJSP negou provimento ao recurso do Estado/ARTESP, que não recorreu decisão (certidão de trânsito em julgado publicada em 18 de agosto de 2020). Em dezembro/2020 o processo administrativo referente ao reequilíbrio foi retomado pela Ecopistas junto à ARTESP. Dois temas foram pautados na ARTESP em relação ao desequilíbrio, um deles já superado com a evolução das agendas realizadas: (i) valor das obras realizadas: tema superado com o convencimento da ARTESP e reconhecimento do desequilíbrio gerado; e (ii) traçados: tema ainda em discussão na agência para deliberação sobre qual a diferença entre traçados deverá ser utilizada para cálculo do desequilíbrio final. Atualmente o tema está com a Diretoria de Controle Econômico para avaliação dos valores e posteriormente seguirá para a Diretoria de Assuntos Institucionais.

iii) Termo Aditivo e Modificativo ao Contrato de Concessão ("TAM") – Ecovias dos Imigrantes

Em 24 de novembro de 2021, foi celebrado o Termo Aditivo Modificativo nº 19/2021 que incluiu novos investimentos, reequilibrando a equação econômico-financeira, ajustou a extensão de prazo dos Termos Aditivos Modificativos nºs 15/2011, 16/2012 e 17/2018, estendendo o prazo da concessão com término previsto para 19 de novembro de 2033, considerando projeção de tráfego conforme metodologia ARTESP, podendo variar conforme aferição do tráfego futuro, seguindo a metodologia do Fluxo de Caixa Marginal. Merecem destaque os seguintes eventos de reequilíbrio do TAM 19/2021:

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Encerramento da ação judicial nº 1045799-02.2014.8.26.0053 ("Ação Anulatória"): reequilíbrio do TAM nº 09/2006 com adoção da taxa interna de retorno ("TIR") contratual de 20,59867%, acrescido do tráfego real, desdobrados no pagamento ao Poder Concedente do valor de R\$613.000 (R\$630.866 atualizados na data do pagamento) caucionados na conta-garantia, acrescidos do abatimento de R\$278.400 do desequilíbrio favorável à Concessionária referente à inclusão dos investimentos de conservação especial, resultando no acatamento pela Concessionária do pedido integral do Poder Concedente na Ação Anulatória e na preservação do prazo contratual previsto no Termo Aditivo e Modificativo nº 10/2006, qual seja 28/03/2024.

Índice de Atualização Monetária ("IAM"): (i) para os períodos contratuais anteriores e até junho/2020, variação acumulada do IGP-M desde maio/1997; (ii) para o período contratual compreendido entre julho/2021 a junho/2022, variação acumulada: (a) do IGP-M de maio de 1997 até maio de 2020; e (b) do IPCA de maio 2020 até maio de 2021; e (iii) para o período contratual a partir de julho/2022, variação acumulada: (a) do IGP-M de maio de 1997 até maio de 2020; (b) do IPCA de maio 2020 até setembro de 2021 e (c) do IGP-M a partir de setembro de 2021.

Desequilíbrio decorrente da depreciação e Passivos Regulatórios não especificados nos demais itens abaixo:

- i. Depreciação e Amortização: Recálculo dos efeitos fiscais no resultado operacional bruto (depreciação e amortização) causados pela aplicação da orientação da Receita Federal traçada por meio da Solução de Consulta nº 63, no montante, a favor da Concessionária, de R\$6.123, em Valor Presente Líquido ("VPL"), no ano 0 do Contrato de Concessão, na data-base de julho/1997, à TIR de 16,58% + IAM ao ano; e
- ii. Passivos Regulatórios: Alterações de cronograma e outros eventos disciplinados na cláusula 7.1.2 do TAM nº 19/2021, que resultam no saldo total, a favor do Poder Concedente, de R\$1.440, em VPL, no ano 0 do Contrato de Concessão, na data base de julho/1997, a TIR de 20,59867% + IAM ao ano;

O somatório dos desequilíbrios de ambos os itens "i" e "ii", acima, será corrigido a partir do ano 23 do Contrato de Concessão e reequilibrado via prorrogação de prazo com base na sistemática de Fluxo de Caixa Marginal e na taxa de desconto de 16,58% + IAM ao ano.

Desequilíbrio decorrente da aplicação de reajuste parcial nos anos de 2013 e 2014: Ausência de repasse aos usuários da totalidade do reajuste tarifário nos anos de 2013 e de 2014 quanto à parcela não compensada pelo desconto de 1,50% da outorga variável, com a projeção dos efeitos destas variações até 28/03/2024, inclusive, no montante, a favor da Concessionária, de R\$559, em VPL, no ano 0 do Contrato de Concessão, na data-base de julho/1997, corrigido até o ano 26 do Contrato à TIR de 20,59867% + IAM ao ano e reequilibrado via prorrogação de prazo com base na sistemática de Fluxo de Caixa Marginal e na taxa de desconto de 8,20% + IAM ao ano a partir do ano 26 do Contrato.

Desequilíbrio pela diferença entre os índices IGP-M e IPCA, entre julho de 2014 e julho de 2020: Aplicada na base tarifária entre julho de 2014 e julho de 2020, que representa o percentual de 10,9367%, conforme disciplina do TAM 15/2011, considerando o tráfego real mensurado e projetado até 28/03/2024, no montante, a favor da Concessionária, de R\$5.698, em VPL, no ano 0 do Contrato de Concessão, na data-base de julho/1997 e reequilibrado via prorrogação de prazo com base na sistemática do Fluxo de Caixa Marginal e na taxa de desconto de 12,5% + IAM ao ano.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Novos investimentos R\$346.200: Obras de melhorias e de aumento de capacidade entre o km 59 e o km 65 da SP 150 – Conexão Porto/Cidade – Santos (2ª fase do Sistema Binário) a ser reequilibrado a favor da Concessionária no montante de R\$7.527, em VPL, no ano 0 do Contrato de Concessão, na data-base de julho/1997 e reequilibrado via prorrogação de prazo com base na sistemática do Fluxo de Caixa Marginal e na taxa de desconto de 7,65%+ IAM ao ano.

Novos investimentos R\$1.156.600: Conservação especial a ser reequilibrado a favor da Concessionária no montante de R\$19.104, em VPL, no ano 0 do Contrato de Concessão, na data-base de julho/1997, e reequilibrado por meio de: (i) abatimento de parte do desequilíbrio para conclusão da Ação Anulatória, conforme mencionado acima, e (ii) prorrogação de prazo para reequilíbrio do saldo do desequilíbrio devido à Concessionária com base na sistemática do Fluxo de Caixa Marginal e na taxa de desconto de 7,65%+ IAM ao ano.

Novos investimentos R\$52.300: Obras de melhorias do trecho urbano de São Vicente sem reequilíbrio a favor da Concessionária.

Os eventos de reequilíbrio não contemplados ou posteriores ao TAM Definitivo deverão observar a metodologia de fluxo de caixa marginal.

O IPCA passou a ser, a partir de 1º de julho de 2021, inclusive, o índice aplicável para fins de reajuste da base tarifária quilométrica, sem direito à novos desequilíbrios econômico-financeiros.

O TAM nº 19/2021 disciplinou a suspensão da Ação de Reajuste 2013 e da Ação de Reajuste 2014 pelo período de até 180 dias, período que prosseguirão à definição das premissas e metodologias de cálculo pela ARTESP para aferir os valores de cobrança da tarifa pelos eixos suspensos.

Foram incluídas cláusulas de *compliance* e arbitragem.

22. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

a) Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão foi 26 novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

b) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão ocorreu em 27 de novembro de 2021.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 06 de setembro de 2017, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 076/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

c) Concessionária Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas

Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a Ecovia, contra suas sociedades relacionadas, a ECS e a Companhia, e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias sob a alegação de que o contrato de concessão e seus aditivos seriam nulos, pois seriam produto de conluíus ilícitos investigados na Operação Integração. O Estado do Paraná e o DER/PR pleitearam tutelas de urgência e cautelar voltadas à abertura das cancelas das praças de pedágio/redução das tarifas, ao depósito ou bloqueio de valores, à decretação de indisponibilidade de bens da concessionária e de suas acionistas e à quebra de sigilo bancário da Ecovia. Como pedidos finais, o Estado do Paraná e o DER/PR pretendem a reparação dos supostos danos materiais (estimados em R\$4.495.904) e morais (estimados em R\$500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção contra a Ecovia. O valor pleiteado pelo Estado do Paraná e pelo DER/PR, de R\$4.945.904, corresponde, segundo o Estado do Paraná e o DER/PR, ao montante total arrecadado pela Ecovia ao longo de toda a concessão. O MPF apresentou manifestação alegando que o acordo de leniência firmado não é capaz de por si só extinguir a ACP; mas que as informações e provas decorrentes do acordo não podem ser utilizadas contra as empresas em outras instâncias. O MPF se manifestou contrário ao deferimento de qualquer medida cautelar contra as lenientes e ressaltou a necessidade de se abater os valores pactuados em eventual futura condenação. Em primeira instância foi indeferida a liminar pleiteada pelo Estado, diante dos argumentos apresentados pela Ecovia, seus Controladores e MPF. O Estado do Paraná interpôs recurso acerca da decisão liminar o qual foi negado. A Ecovia e as demais empresas

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

apresentaram defesa. Realizada audiência de conciliação sem celebração de acordo. Aguarda-se o prosseguimento do feito.

Em 12 de agosto de 2019, a Companhia e suas controladas Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS") e as Concessionárias do Paraná (Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas), celebraram acordo de leniência com o Ministério Público Federal no âmbito da Operação Integração, conforme acima mencionado. O Acordo foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e estabeleceu que: (a) a Companhia ou a ECS devem pagar o valor de R\$30.000 a título de multa prevista na Lei de Improbidade; (b) a Ecovia deve arcar com R\$20.000 de obras e R\$100.000 de redução tarifária; e (c) a Ecocataratas deve arcar com R\$130.000 de obras e R\$120.000 de redução tarifária. Adicionalmente, a Companhia, o ECS e as Concessionárias do Paraná vem aprimorando o seu programa de ética e Compliance com o acompanhamento de monitor independente.

Também ficou estabelecido no Acordo de Leniência o encerramento, por parte do MPF, dos procedimentos de natureza criminal e das discussões de natureza cível, inclusive em relação a atos de improbidade contra a Companhia e suas controladas, bem como a concordância do MPF para a utilização dos valores compreendidos no Acordo de Leniência para compensar eventuais pagamentos que a Companhia, a ECS e as Concessionárias do Paraná venham a realizar em relação a eventuais ações propostas por autoridades governamentais acerca de fatos tratados no Acordo de Leniência. As obrigações do acordo vêm sendo rigorosamente cumpridas pelas Concessionárias. Em 13 de janeiro de 2021, foi proferida sentença homologando o referido acordo no juízo da 1ª Vara Federal de Curitiba, processo nº 5072227-36.2019.4.04.7000. A sentença transitou em julgado e o processo foi baixado em 22 de junho de 2021.

Em virtude do acordo de leniência celebrado com o MPF, em 31 de outubro de 2019, a Companhia recebeu notificação prévia encaminhada pela Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR) informando o início de processo administrativo de responsabilização (PAR) para apuração da prática de atos lesivos contra a Administração Pública. As notificações também foram recebidas pelas Concessionárias Ecovia e Ecocataratas tendo sido apresentadas as defesas prévias pela Companhia e suas Controladas. Em manifestação nesse procedimento, o MPF defendeu a impossibilidade de se utilizar as informações da leniência para se aplicar sanção ou consequência negativa aos colaboradores em extensão maior do que o que já consta do acordo, solicitando ao Estado a confirmação da integral anuência à impossibilidade de utilização das informações para aplicações de sanções, bem como aos termos do Acordo de Leniência. Em 10 de agosto de 2021, mediante a Resolução CGE nº 45, o Controlador-Geral do Estado proferiu decisão no processo administrativo para: (1) aplicar multa de R\$38.600 para a Ecocataratas e R\$27.570 para a Ecovia; (2) determinar a condenação solidária da EcoRodovias Concessões e Serviços - ECS; (3) impor às empresas (Ecocataratas, Ecovia e ECS) a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Paraná, por 2 (dois) anos; e (4) recomendar que o DER/PR instaure processo administrativo autônomo para a apuração da eventual inexecução contratual e consequente levantamento dos danos dela decorrentes. Em 20 de agosto de 2021 as Companhias apresentaram recurso, com o argumento de vícios formais e ausência de fundamentação legal. Foi proferida decisão pelo Corregedor Geral a qual incluiu a possibilidade de pena alternativa ao pagamento das multas, mediante a realização de operação e manutenção das rodovias, por 1 ano, sem a cobrança da tarifa de pedágio. Em razão da decisão substitutiva proferida a Companhia apresentou novo recurso com efeito suspensivo, ao Governador.

Independentemente do processo administrativo de responsabilização (PAR), acima mencionado, ainda nesse contexto de medidas adotadas pelo Estado do Paraná em face das

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Companhias, em 07 de janeiro de 2020 a Companhia e sua controlada direta ECS comunicaram ao mercado a ciência da publicação da Resolução CGE nº 67/19, da Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR), que determinou cautelarmente a suspensão temporária do direito das Concessionárias Ecocataratas e Ecovia de participarem de novas licitações e celebrar novos contratos com a Administração Pública do Estado do Paraná. As Concessionárias Ecovia e Ecocataratas formularam pedido judicial de liminar para suspender os efeitos da Resolução CGE nº 67/19. O pedido liminar foi negado. Em 11 de dezembro de 2020, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, a Resolução CGE nº 78, de 10 de dezembro de 2020 revogando a Resolução CGE nº 67/2019. Em 13 de agosto de 2021 foi publicada a Resolução CGE n.º 45, a qual, dentre outras disposições, impôs às empresas (Ecocataratas, Ecovia e ECS) a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Paraná, por 2 (dois) anos. A Resolução CGE n.º 45 encontra-se com eficácia suspensa em razão da interposição de recurso administrativo pela Companhia.

Em agosto de 2020, foi proposta por Ecovia e Ecocataratas a Ação Ordinária – 5040685-63.2020.4.04.7000 – 1VF Curitiba – visando atacar a metodologia adotada pelo DER/PR na aplicação de autos de infração, com base na Resolução 003/2019, como forma e regulação dos Contrato de Concessão 076/07 e 073/97. Foi deferida liminar favorável às Concessionárias para que o DER/PR se abstenha de imputar qualquer penalidade às Concessionárias, em decorrência dos autos de infração lavrados, sob o entendimento de que efetivamente houve irrazoável alteração de critério da fiscalização. A decisão liminar determinou ainda que as Concessionárias promovessem o depósito das multas já impostas pelo Poder Concedente até o momento em que proferida a liminar. DER/PR interpôs recurso, sem sucesso. O DER/PR e Estado do Paraná apresentaram Contestação as quais já foram impugnadas pelas Concessionárias. Aguarda-se saneamento do processo.

Ainda, no âmbito da regulação contratual da Ecovia e Ecocataratas, em setembro de 2020, foram propostas ações pelas concessionárias Ecovia e Ecocataratas (Ecovia: Ação 5044213-08.2020.4.04.7000 - distribuída originariamente para Juízo Federal da 5ª VF de Curitiba e redistribuída por conexão ao Juízo da 1ª VF de Curitiba - Ecocataratas: Ação 5044220-97.2020.4.04.7000 - distribuída para Juízo Federal da 3ª VF de Curitiba) visando obter o reconhecimento ao direito de reequilíbrio das perdas tarifárias decorrentes da suspensão da cobrança dos eixos suspensos, uma vez que a Lei 13.103/2015 (Lei dos Caminhoneiros) foi modificada pela MP 833/2018, posteriormente convertida na Lei 13.711/2018), para o fim de estabelecer nova isenção tarifária. Trata-se de alteração normativa superveniente e imprevisível, com reflexos diretos e imediatos sobre a concessão outorgada às Concessionárias.

Seguindo esse mesmo contexto, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR, em 10 de novembro de 2020, proferiu decisões em dois processos administrativos, um relativo à Ecovia e outro à Ecocataratas, nas quais determina (i) a suspensão dos futuros reajustes, (ii) a anulação dos últimos aditivos contratuais, (iii) a realização de estudos pelo DER para redução da tarifa e (iv) a comunicação aos demais órgãos estatais de controle e fiscalização. Ecovia e Ecocataratas interpuseram ações judiciais para anular tais decisões.

Com base nos mesmos processos administrativos de autotutela perpetrados pela AGEPAR foi apresentada denúncia, pelo Dep. Estadual Soldado Fruet junto ao TCE, contra Ecovia e Ecocataratas e demais Concessionárias do anel de integração do Paraná. Deferida liminar pelo Relator declarando inidoneidade das concessionárias e proibição de contratar com o Estado do Paraná até o julgamento do mérito. Apresentada defesa na esfera administrativa. Em 02 de março de 2022 a Coordenadoria de Gestão Estadual apresentou instrução questionando os elementos apresentados pelo denunciante, opinando pela revogação da

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

liminar e opinando pela suspensão do processo até a finalização dos trabalhos por uma Comissão Especial criada no TCE para acompanhar e analisar o encerramento das obras. Ainda opinou pela revogação da medida cautelar. O MP-TCE apresentou parecer concordando com a instrução apresentada. Aguarda-se análise pelo Conselheiro Relator acerca do encaminhamento indicado na instrução.

Na ação ajuizada pela Rodovia das Cataratas – Ecocataratas S/A, em face da Agência Reguladora do Paraná – AGEPAR e demais entes (Estado do Paraná), visando a suspensão de todos os efeitos da decisão proferida no âmbito do processo de autotutela instaurado contra a Concessionária, processo nº 5057801-82.2020.4.04.7000 – 5º Vara Federal de Curitiba-PR, foi concedida liminar favorável à Concessionária para determinar a suspensão dos efeitos da Resolução 27/2020 AGEPAR, bem como atos dela decorrentes. Ou seja, estão suspensos os efeitos da decisão do processo de autotutela, inclusive os referentes à necessidade de cálculo de nova base tarifária, suspensão de reajuste tarifário ou suspensão de reequilíbrios contratuais. A AGEPAR opôs recurso à decisão liminar, sem sucesso.

Na ação ajuizada pela Ecovia Caminho do Mar, em face da Agência Reguladora do Paraná – AGEPAR e demais entes (Estado do Paraná), processo nº 5057980-16.2020.4.04.7000 – 6º Vara Federal de Curitiba-PR, foi concedida pelo TRF4 a suspensão de parte da decisão do processo de autotutela, para obstar a implementação de redução das atuais tarifas de pedágio cobradas na rodovia concedida, sob os mesmos argumentos utilizados pelo juízo que deferiu a liminar favorável à Ecocataratas, mas manteve, inicialmente, suspensa a aplicação do reajuste anual. A Ecovia e AGEPAR opuseram recurso à decisão liminar, os quais foram julgados pelo TRF, para o fim de acolher o recurso da Concessionária e autorizar a implantação do reajuste contratual referente ao ano de 2020, assim como para o fim de rejeitar o recurso da Agência, mantendo-se a liminar concedida no tocante a impossibilidade de redução da tarifa.

Quando da finalização dos Contratos de Concessão 073 e 076/97 o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná – DER/PR ajuizou ações Cíveis Públicas em face da Ecovia e Ecocataratas pleiteando: (i) implementem sistema de canalização do tráfego nas praças de pedágio (segurança viária) em decorrência da desmobilização e encerramento das concessões; e (ii) estabeleçam um cronograma conjunto com o DER/PR para entrega dos bens reversíveis em até 60 (sessenta) dias (decorrente do encerramento dos Contratos de Concessão). Foi deferida a liminar para que as Concessionárias implantassem canalização de acordo com o projeto apresentado ao DER/PR, assim como estabelecessem um cronograma para reversão dos bens em até 60 dias. As Concessionárias comunicaram que já cumpriram a liminar e encerraram a entrega dos bens reversíveis ao Poder Concedente.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

Acórdão 883/2020 – TCU

Em 16 de abril de 2020, a Concessionária tomou conhecimento do Acórdão nº 883/2020 emitido pelo Tribunal de Contas da União em face da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no âmbito da Tomada de Contas nº 020.982/2019-7, em que há determinações referentes ao Contrato de Concessão do Polo Rodoviário de Pelotas, concedido à controlada indireta Empresa Concessionária de Rodovia do Sul S.A (“Ecosul”), sem que esta seja parte no referido processo.

O órgão de controle, mediante requisição do Congresso Nacional, instaurou a fiscalização do Contrato de Concessão perante a ANTT para apuração de eventuais irregularidades na composição do valor nominal da tarifa de pedágio, considerada excessiva pelos Deputados Federais signatários.

No Acórdão, o TCU apontou indícios de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em razão de: (i) suposta superestimativa da tarifa de pedágio ocasionada pela majoração dos valores cobrados por veículos pesados, aprovada pela ANTT em 2013 por ocasião da celebração do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão; (ii) aumento de tráfego observado a partir das obras de duplicação da BR-392/RS, entre Pelotas e Rio Grande, executadas com recursos federais, que teria gerado distorções no cálculo da indução de tráfego realizada para incorporação do trecho pelo 4º Aditivo; (iii) reequilíbrios concedidos pela ANTT como forma de compensar os efeitos da Lei dos Caminhoneiros (Lei nº 13.103/2015), relacionados ao aumento da tolerância de carga nas rodovias e isenção de pagamento de eixos suspensos, sem a realização de ações de fiscalização que pudessem atestar o valor da real perda de receita das Concessionárias; (iv) suposta baixa execução dos serviços de recuperação do pavimento no ano de 2018 e; (v) supressão de 166,5 km na BR-293 (no segmento entre Pelotas e Bagé) e acesso aos Molhes da Barra na BR 392, concluindo-se por recomendar à ANTT que não proceda com a inclusão de novos investimentos no contrato que possam acarretar em incremento de tarifa e/ou prorrogação do prazo da Concessão.

A ANTT apresentou pedido de reexame ao TCU, que foi julgado improcedente em fevereiro de 2021 (Acórdão 170/2021-PL). Segundo o Tribunal, a ANTT deverá reavaliar a tarifa de pedágio quanto ao cálculo de reequilíbrio pertinente à alteração do fator multiplicador que redundou na majoração dos valores cobrados para veículos pesados. A Agência Reguladora apresentou recurso de embargos de declaração, no qual sustenta contradição na decisão do TCU e reforça que a metodologia de reequilíbrio aplicada obedeceu às diretrizes contratuais e normativos vigentes. A Concessionária apresentou manifestação ao processo, requerendo o seu ingresso como parte interessada e as razões para anulação das decisões anteriores. Em agosto de 2021 o TCU admitiu a Ecosul no processo e recebeu o pedido de reexame apresentado, suspendendo os efeitos do acórdão nº 883/2020 que determinavam a reavaliação da tarifa de pedágio.

Em apreciação preliminar de mérito, a 4ª Diretoria da SERUR/TCU por meio de sua instrução técnica recomendou o acolhimento dos argumentos apresentados pela Concessionária e ANTT, segundo o entendimento que “a arrecadação a maior das tarifas de pedágio, derivada da alteração do fator multiplicador (VP/VL), tem como origem o aumento do volume de tráfego de veículos pesados, que compõe o risco da demanda e a álea econômica ordinária contratual. Por este motivo, não permite a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em estrita observância do princípio da segurança jurídica”. Não obstante o teor do parecer técnico, o encaminhamento dado pelo Secretário ao Min. Relator foi pela

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

manutenção da decisão recorrida. O processo aguarda o julgamento dos embargos opostos pela ANTT e do pedido de reexame apresentado pela Concessionária.

Pavimento

Em 19 de maio de 2020 a Agência Nacional de Transportes Terrestres concluiu a apuração dos investimentos em recuperação e manutenção de pavimento pertinente ao cronograma de obras realizados no ano de 2018. A partir de então, a Agência Reguladora passou a adotar um novo entendimento quanto ao critério de fiscalização e aceitação das obras incluídas pelo 6º Aditivo ao Contrato, passando a exigir o atendimento integral ao projeto executivo aprovado no ano de 2014, independentemente do atendimento aos parâmetros de desempenho pactuados no aditivo.

Como consequência da aplicação desse novo entendimento, a Agência Reguladora publicou em 02 de setembro de 2020 as Portarias nº 072/2020 e 076/2020, aplicando retroativamente o novo critério de apuração para as obras que haviam sido realizadas e aceitas em 2017 e 2016, respectivamente, o que implicou na postergação desses investimentos para o período anual de 2020. Seguindo a nova diretriz de fiscalização, os investimentos em recuperação e manutenção realizados no ano de 2019 também foram postergados para o período anual de 2020, por meio da Portaria nº 077/2020, publicada em 03 de setembro de 2020.

A adoção desse novo entendimento acarretou no apontamento de altos percentuais de inexecuções das obras realizadas entre os anos de 2016 a 2019, independentemente de seu atendimento aos parâmetros de desempenho pactuados, cujas postergações poderão impactar negativamente a tarifa básica de pedágio em -3,17%. Também foram emitidas penalidades em face da Concessionária em relação às inexecuções do cronograma de obras dos anos de 2016, no valor de R\$ 12.714, 2017, no valor de R\$ 9.251, 2018, no valor de R\$ 1.679 e 2019, no valor de R\$ 2.334, e descumprimento do projeto executivo no valor de R\$ 683, cujas defesas administrativas ainda serão analisadas pela Agência reguladora.

A Concessionária apresentou manifestações contrárias ao entendimento apresentado pelas respectivas Portarias ANTT e seus reflexos, as quais não foram aceitas pela Agência Reguladora. Ato contínuo, em março de 2021 a ANTT consolidou os efeitos desse novo entendimento no processo de revisão tarifária do corrente ano, para que fosse aplicado o desconto de 3,17% na tarifa básica de pedágio. A Concessionária contestou o entendimento adotado pela ANTT no processo de revisão tarifária e ajuizou em 22/03/2021 ação judicial em face da ANTT (Processo nº 1015421-95.2021.4.01.3400) em que objetiva, cautelarmente, suspender as decisões emitidas pela Agência que concluem i) pela aplicação de desconto na tarifa básica de pedágio; ii) pela aplicação de penalidades iii) e pelo refazimento de obras, com base nessa alteração de entendimento. No mérito, a Concessionária requer a declaração de que as obras executadas atenderam as regras contratuais estabelecidas no 6º Termo Aditivo ao Contrato. O pedido liminar foi analisado pela Justiça Federal que reconheceu que a alteração de entendimento da ANTT contraria o Contrato de Concessão e "indica violação ao princípio da segurança jurídica, ofensa à confiança legítima, e desrespeito à estabilidade esperada no decorrer da relação contratual". Nesse sentido, concedeu totalmente o pedido de tutela e determinou que "a ANTT se abstenha, até a prolação da sentença, de exigir e/ou impor novas sanções à Ecosul com fundamento nos fatos sub judice, bem como se abstenha de exigir o refazimento das obras realizadas a partir do sexto aditivo".

Em 24 de agosto de 2021, a tarifa de pedágio foi reajustada por meio da Deliberação nº 277/2021, que aprovou a 17ª Revisão Ordinária e a 14ª Revisão Extraordinária das Tarifas

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Básicas de Pedágio do Contrato de Concessão, sem a aplicação dos descontos objeto da Ação Judicial, em cumprimento ao determinado pela liminar. A ANTT recorreu da decisão liminar por meio de agravo de instrumento. Contudo, teve o seu pedido para atribuição de efeitos suspensivos negado pelo Tribunal, sob o fundamento que "houve uma mudança de compreensão até então adotada pela ANTT" e "não pode o administrado ser surpreendido pelo ato da administração, principalmente com a aplicação de penalidades retroativas a obras que remontam aos anos de 2016, 2017 e 2019". O processo aguarda o julgamento de mérito e demais recursos da ANTT.

Acórdão nº 2.275/2021 – TCU

Em setembro de 2021, a Concessionária tomou conhecimento do Acórdão nº 2.275/2021, emitido em sede de medida cautelar pelo Tribunal de Contas da União no sentido de suspender o reajuste tarifário promovido pela Deliberação da ANTT nº 277/2021, que aprovou a 17ª Revisão Ordinária e a 14ª Revisão Extraordinária das Tarifas Básicas de Pedágio do Contrato de Concessão.

A medida cautelar decorre de representação apresentada por deputados federais do RS. Em síntese, os Representantes alegam que a referida Deliberação da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ao elevar os valores dos pedágios praticados pela Ecosul, traria problemas econômicos à região de Pelotas/RS e iria de encontro ao Acórdão 883/2020 do TCU, que teria indicado a existência de potenciais desequilíbrios a serem apurados pela Agência Reguladora, atualmente com exigibilidade suspensa.

Segundo o TCU, a Deliberação ANTT nº 277/2021 teria contrariado o Acórdão nº 883/2020 ao autorizar a majoração das tarifas praticadas no polo rodoviário de Pelotas. No entendimento do ministro relator, diante da possibilidade de se confirmar a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato discutida na Tomada de Contas nº 020.982/2019-7, haveria fundamentos para se suspender o "aumento das tarifas" até o julgamento do pedido de reexame da Concessionária e dos embargos de declaração da ANTT naquele processo.

A Concessionária e a ANTT recorreram da decisão cautelar e apresentaram suas razões em oitiva para revogar a suspensão da Deliberação ANTT nº 277/2021, na medida em que os efeitos da 17ª Revisão Ordinária e 14ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão decorrem de reajuste tarifário anual, previsto contratualmente, não tendo havido quaisquer violações aos comandos discutidos na Tomada de Contas nº 020.982/2019-7, uma vez que a ANTT tomou o devido cuidado para respeitar as disposições do Acórdão nº 883/2020 no âmbito do processo de revisão tarifária.

e) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP"), atualmente denominada Santos Port Authority ("SPA") e o Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos"), para exploração de instalação portuária com utilização de área sob a administração da CODESP, situada na região do Valongo, na margem direita do Porto de Santos, tem vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. O Ecoporto Santos iniciou o processo de prorrogação antecipada do Contrato por igual período de 25 (vinte e cinco) anos com o Poder Concedente em dezembro de 2014.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a Resolução nº 7.549, e em fevereiro de 2020, o Acórdão nº 14-2020, ambos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), aprovando o "Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental", contemplando, dentre outros, a sugestão de prorrogação da vigência do contrato até o ano de 2048 e reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos.

Após tal data, o processo foi remetido à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura para análise, sendo que, em 26 de fevereiro de 2021, o Secretário da SNPTA (Ofício nº 81/2021/SNPTA) remeteu notificação ao Ecoporto Santos comunicando o Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA em que indeferiu o pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos acima mencionados. Em 10 de março de 2021 a Companhia apresentou recurso administrativo contra esta decisão. Em 08 de julho de 2021 o Ecoporto tomou ciência do Despacho nº 27/2021, do Ministro da Infraestrutura, no qual decidiu pela não reconsideração do indeferimento do pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio do instrumento pela implantação de novos investimentos no terminal, nos valores já considerados na Resolução nº 7.549/2020 e Acórdão nº 14-2020.

Em paralelo tramita, na SNPTA e na ANTAQ, pedido do Ecoporto Santos para instauração de arbitragem contra a decisão de denegação, pela ANTAQ, de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do Ecoporto Santos decorrente dos prejuízos auferidos pela entrega de área menor e fragmentada (136.444 m²) comparada àquela prevista no edital (170.000 m²) do Contrato. Em 09 de julho de 2021 a ANTAQ, por decisão unânime, manifestou-se favoravelmente à celebração do compromisso arbitral através do Acórdão nº 370. Em 26 de julho de 2021 o processo foi remetido ao Ministério da Infraestrutura para manifestação. Aguarda-se manifestação do Ministério da Infraestrutura quanto ao pleito de celebração do compromisso arbitral ou quanto à possibilidade de instauração de processo de mediação para solucionar a controvérsia à indenização pela alteração das áreas. Aguarda-se manifestação do Ministério da Infraestrutura.

f) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101") em Serra - ES, no âmbito da "Operação Infinita Highway".

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e tem foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação de rodovia.

A Companhia instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio externo profissional para os trabalhos. No relatório de avaliação forense, estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela Eco101 nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem a suposta relação ilegal entre a Eco101 e representantes da ANTT, bem como que não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES. Adicionalmente, a Companhia e seus assessores jurídicos e financeiros estudaram, estabeleceram e contabilizaram, em 31 de dezembro de 2020, passivo da melhor avaliação para realização de cálculo de valores relativos a penalidades e multas relacionadas a descontos tarifários ("Fator D"), sobre um

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

cenário de que as supostas alterações tenham sido realizadas nos relatórios de monitoração, que resultam no valor devido de R\$72.614, conforme Nota Explicativa nº 26.

O inquérito policial encontra-se em andamento perante a Polícia Federal, sem previsão de término, em relação ao qual a Companhia estuda a possibilidade de transacionar com o Ministério Público e demais autoridades competentes a fim de encerrar o caso de forma definitiva.

g) Ecovias dos Imigrantes - Acordo de Não Persecução Cível ("ANPC")

Em 06 de abril de 2020, conforme Fato Relevante divulgado pela controlada indireta nessa data, a Concessionária Ecovias do Imigrantes S.A. ("Ecovias") celebrou acordo de não persecução cível ("ANPC") com o MPSP. O ANPC foi celebrado no âmbito e com vistas à resolução consensual dos objetos dos inquéritos civis PJPP-CAP nº 1.071/2014, 295/2018 e 489/2018, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital de São Paulo.

Nos termos do ANPC, a Ecovias se obrigava a realizar obras e pagamento que, somados, atingem o montante de R\$638.000, sendo: A) R\$450.000 em obras de interesse público, originalmente não previstas no contrato de concessão da Ecovias, consistentes na construção do Boulevard Anchieta, no prazo de 8 anos; B) R\$150.000 para fins de desconto tarifário pela Ecovias ou pagamento diretamente à Fazenda do Estado de São Paulo em 8 parcelas anuais, conforme preferência do Estado de São Paulo; e C) R\$38.000 a título de multas, que seriam arcadas pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia arcará com o pagamento de R\$12.000, decorrentes de outras obrigações. O ANPC necessitaria ser homologado pelo o Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo ("CSMP") e, posteriormente, por uma das Varas da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para surtir efeitos.

Conforme Fatos Relevantes divulgados pela controlada indireta em 22 e 24 de setembro de 2021, em 21 de setembro de 2021 o CSMP decidiu pela não homologação do ANPC, determinando o arquivamento dos inquéritos civis supracitados, sob o fundamento de que os fatos apurados nos referidos procedimentos estão prescritos e não foram comprovados. Dada a não homologação, a Companhia, estornou a provisão de multas, anteriormente constituída no montante de R\$49.979 (atualizados em 30 de setembro de 2021). Em face desta decisão do CSMP, a Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de São Paulo interpôs recurso ("Embargos de Declaração") objetivando a revisão integral e, por conseguinte, a reversão da decisão do CSMP que não tinha homologado o ANPC.

Conforme Fato Relevante de 08 de dezembro de 2021, em 07 de dezembro de 2021, o CSMP acolheu parcialmente os referidos "Embargos de Declaração" para reconsiderar em parte a sua decisão anterior e determinar a homologação parcial do Acordo de Não Persecução Cível, excluindo a obrigação de edificação do Boulevard Anchieta.

Diante disso, em 11 de janeiro de 2022, os mesmos promotores de justiça apresentaram novos Embargos de Declaração, objetivando a homologação do ANPC nos termos originais, ou seja, de maneira a determinar que a Ecovias tenha obrigações de fazer (obras no valor de R\$450.000 e desconto tarifário ou pagamento em dinheiro de R\$150.000), nos moldes originalmente avençados pelo ANPC.

Com base no relato apresentado pelo promotor de justiça, que subscreveu os Embargos de Declaração, no qual afirmou ter recebido indicação dos integrantes do CSMP referente a homologação do ANPC, a Administração, suportada por seus assessores jurídicos, entende

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

que o cenário inicial deve prevalecer, ou seja, o acolhimento completo dos novos Embargos pelo CSMP e, nesse sentido, a inteira homologação do ANPC em seus termos originais, haja vista a última decisão do CSMP que acolheu parcialmente os Embargos de Declaração dos promotores de justiça. Em consequência desse entendimento, a Administração da Companhia reconheceu novamente a obrigação de multas a pagar em suas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, no montante total de R\$57.349, sendo R\$50.000 de principal, adicionada a atualização monetária de R\$7.349 conforme tabela prática do TJSP.

Atualmente, aguarde-se a análise do CSMP sobre o novo pedido apresentado pela Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de São Paulo para que o ANPC seja inteiramente homologado em seus termos originais.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDADOPolítica contábil

O Grupo EcoRodovias faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, pode resultar em efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia. A movimentação da provisão nos exercícios é conforme segue:

Controladora	Trabalhistas (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	-	-
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	53	53
(-) Pagamentos	(53)	(53)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-

Consolidado	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Tributárias (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	65.004	129.629	36.762	7.663	239.058
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	450	45.613	4.361	882	51.306
(-) Pagamentos	(4.229)	(17.935)	(15.946)	(3)	(38.113)
(+) Atualização monetária	3.407	22.337	2.938	1.060	29.742
Saldos em 31 de dezembro de 2021	64.632	179.644	28.115	9.602	281.993

Consolidado	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Tributárias (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	63.559	103.323	31.774	8.003	206.659
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	1	22.330	11.145	(287)	33.189
(-) Pagamentos	-	(5.959)	(11.089)	(33)	(17.081)
(+) Atualização monetária	1.444	9.935	4.932	(20)	16.291
Saldos em 31 de dezembro de 2020	65.004	129.629	36.762	7.663	239.058

(a) Processos ambientais

A principal causa classificada como provável, ou seja, com constituição de provisão é da controlada indireta Ecovias que possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Companhia não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$ 3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Foi interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora. Em 29 de março de 2019, diante da decisão que reconheceu que a correção monetária foi considerada no valor já

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

depositado e delimitou a data para a aplicação do juros, a Ecovias realizou o depósito complementar de R\$ 6.522. Em 31 de dezembro de 2014, em razão da probabilidade de perda provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Em 25 de fevereiro de 2021 foi iniciado o cumprimento provisório de sentença pela CDHU. Este valor atualizado para 31 de dezembro de 2021, incluindo o valor do depósito complementar de R\$ 6.522, é de R\$ 63.511 (em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 61.783), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

As controladas da Companhia possuem outros processos de natureza ambiental que totalizam, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$5.351 (R\$2.773 em 31 de dezembro de 2020), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$645.029 em 31 de dezembro de 2021 (R\$1.041.419 em 31 de dezembro de 2020), oriundas de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A principal causa classificada como provável, ou seja, com constituição de provisão é da controlada direta Ecoporto Santos que promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 07 de dezembro de 2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Foi interposto Recurso Especial, já admitido para apreciação do colegiado, e Recurso Extraordinário, inadmitido. Contra esta decisão, foi apresentado recurso, pendente de julgamento. O Recurso Especial interposto pela Ecoporto foi distribuído no Superior Tribunal de Justiça em março de 2021.

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2021, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$39.675 (R\$45.709 em 31 de dezembro de 2020), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a controlada indireta Ecovia Caminho do Mar estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de dezembro de 2021, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$380.749 (R\$223.794 em 31 de dezembro de 2020), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

O principal processo tributário é conforme segue:

A principal causa possível, portanto, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 02 de agosto de 2018. Em 30 de agosto de 2018, foi apresentado Recurso Voluntário ao CARF, que foi julgado parcialmente procedente pelo CARF em 18.9.2019, sendo que o acórdão ainda não foi publicado e poderá ser modificado por conta de Recurso Especial a ser apresentado pelo contribuinte. Ainda, referente ao mesmo tema, mas dos anos calendários 2016 a 2019, em 09 de junho de 2021 foi apresentada impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 08 de novembro de 2021. Em 07 de dezembro de 2021 foi apresentado recurso voluntário ao CARF, pendente de julgamento. O valor correspondente a discussão, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$232.456 (R\$133.479 em 31 de dezembro de 2020).

Acerca das notícias veiculadas na mídia referentes à apuração de compra de medida provisória pela Operação Zelotes, a Companhia informa ter regularmente buscado defender o interesse institucional da Elog, empresa de logística à época integrante do grupo, de abrir o mercado de recintos alfandegados para livre concorrência com a realocização para áreas de maior demanda desses serviços de logística. Em complemento, a Companhia informa que o escritório Spindola Palmeira e a empresa LBS Consultoria e Participações Ltda. foram contratados para elaboração de consultas e opiniões legais relativas a matérias tributárias e previdenciárias e para consultorias em questões aduaneiras e tributária. Em resposta ao Ministério Público Federal referente ao procedimento investigatório no. 1.16.000.002352/2018-11, a Companhia apresentou as informações solicitadas sobre as contratações com o escritório Spindola Palmeira e com a empresa LBS Consultoria e Participações.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

A composição do capital social da Companhia é composto da seguinte forma:

Acionistas	31/12/2021		31/12/2020	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Igli do Brasil Participações Ltda (i)	321.627.460	46,189%	-	-
Primav Infraestrutura S.A. (i)	-	-	357.504.226	63,988%
IGLI S.p.A.	34.755.850	4,991%	27.879.084	4,990%
Outros (<i>free-float</i>)	339.237.916	48,718%	172.602.772	30,894%
Ações em tesouraria	712.998	0,102%	712.998	0,128%
Total ações ordinárias	696.334.224	100,000%	558.699.080	100,000%

(i) Conforme fato relevante, divulgado em 11 de março de 2021, ocorreu o "first closing" da operação da reestruturação societária da então controladora Primav Infraestrutura S.A., sendo que nesta data ocorreu a cisão parcial da Primav, com a versão de 232.504.226 ações ordinárias de emissão da Companhia para a Igli do Brasil Participações Ltda. Em 31 de dezembro de 2021, a Primav Infraestrutura S.A. possui 105.000.000 de ações e está demonstrada no grupo "Outros (free-float)".

Em reunião realizada no dia 22 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, no montante de R\$1.720.439, por meio da emissão de 137.635.144 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021, é de R\$2.055.574 (descontados os custos com emissão, conforme quadro demonstrado abaixo), representados por 696.334.224 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2020 era de R\$360.900 (descontados os custos com emissão, conforme quadro demonstrado abaixo), representados por 558.699.080 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2020	Aumento de Capital	31/12/2021
Capital Social Estatutário	381.050	1.720.439	2.101.489
Custos com emissão (ii)	(20.150)	(27.034)	(47.184)
Capital Social	360.900	1.693.405	2.054.305

(ii) Os custos com emissões de ações referem-se aos custos com transação, tais como: gastos com elaboração de prospectos e relatórios, remuneração dos serviços profissionais de terceiros (advogados, auditores, consultores, profissionais de bancos de investimento, corretores, etc), taxas e comissões, custos com transferência e custos de registro.

(*) Gastos adicionais incorridos referentes aos esforços para novo *funding* no ano de 2021.

b) Reserva de lucros – legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 o total de reserva legal é de R\$278.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram pagos valores a títulos de dividendos. O montante de R\$1.319 que está registrado no passivo circulante refere-se ao mínimo obrigatório do exercício de 2021, conforme quadro abaixo e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	372.042	(423.988)
Prejuízo exercícios anteriores	(366.487)	(185.460)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício ajustado	<u>5.555</u>	<u>(609.448)</u>
Absorção do prejuízo:		
Reserva Legal	-	46.140
Reserva de orçamento de capital	-	196.821
Prejuízos acumulados	-	(366.487)
Proposta da Administração:		
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.319)	
Reserva Legal	(278)	-
Dividendos adicionais propostos	(3.958)	-

d) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração aprovou quatro programas de recompra de ações que ocorreriam sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia.

A Companhia mantém em tesouraria 712.998 ações ordinárias, que calculadas com base na cotação de fechamento do último dia de pregão em 31 de dezembro de 2021, de R\$7,32 (R\$13,37 em 31 de dezembro de 2020) representam R\$5.219.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$30.825 transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e) Participação de acionistas não controladores

A movimentação do período das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas está demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do período	-
Aporte de Capital (*)	214.509
Participação nos lucros\ (prejuízos) do período	<u>(4.780)</u>
Saldo no fim do período	<u><u>209.729</u></u>

(*) Os aportes foram realizados pela GLP X Participações S.A. na controlada Holding do Araguaia S.A., em 06 de agosto de 2021, no montante de R\$3; em 10 de agosto de 2021, no montante de R\$183.747 e em 28 de outubro no montante de R\$30.759. Com estes aportes, a GLP X Participações S.A. passou a deter 35% de participação no capital social da controlada Holding do Araguaia S.A. Em 06 de agosto de 2021, também foi realizada a assinatura do Acordo de Acionistas entre a Companhia, através da controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e a GLP X Participações S.A.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. RECEITA LÍQUIDA – CONSOLIDADOPolítica contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas com arrecadação de pedágio (a)	3.463.568	3.023.853
Receitas de construção (b)	1.163.434	981.472
Receitas portuárias (c)	518.730	390.829
Receitas acessórias (d)	108.602	96.134
Receitas logísticas (e)	27.121	32.363
Receita bruta total	<u>5.281.455</u>	<u>4.524.651</u>
Deduções da receita (h)	(416.829)	(358.347)
Deduções do reconhecimento da receita (g)	<u>(212.865)</u>	<u>(166.518)</u>
Receita líquida	<u>4.651.761</u>	<u>3.999.786</u>

	31/12/2021	31/12/2020
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	3.463.568	3.023.853
Receitas portuárias	518.730	390.829
Receitas logísticas	27.121	32.363
Receitas acessórias e <i>intercompany</i>	108.602	96.134
	<u>4.118.021</u>	<u>3.543.179</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (i)	(168.703)	(143.840)
PIS (ii)	(36.567)	(31.170)
ISS (iii)	(209.875)	(180.864)
Outros – ICMS	(3)	(4)
Dedução do reconhecimento da receita	(212.865)	(166.518)
Abatimentos	<u>(1.681)</u>	<u>(2.469)</u>
	<u>(629.694)</u>	<u>(524.865)</u>

- i. Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%.
- ii. Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%.
- iii. Alíquota de média de 5,0%.

(a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

(b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

São receitas auferidas pelas controladas diretas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos e Termares.

- (d) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão..
- (e) Refere-se as receitas auferidas pela Ecopátio Logística Cubatão Ltda. As operações desta empresa voltaram a ser consolidadas pela Companhia.
- (f) Referem-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias.
- (g) Refere-se a contraprestação variável e abatimento por volume das despesas com vendas das controladas diretas Ecoporto e Termares, classificadas de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes.
- (h) Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	11.745	12.542	440.488	376.745
Conservação e manutenção e outros	392	408	180.145	141.697
Serviços de terceiros (i)	11.406	14.446	291.508	244.614
Seguros	1.259	1.222	24.966	19.014
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 21)	-	-	85.613	73.347
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19)	-	-	63.703	111.776
Custo de construção de obras	-	-	1.163.434	981.472
Depreciações e amortizações (Vide Nota explicativa nº 12 e 13)	1.326	1.345	691.144	547.061
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	475	594	14.015	13.634
Outros custos e despesas operacionais	801	1.271	135.437	184.717
	<u>27.404</u>	<u>31.828</u>	<u>3.090.453</u>	<u>2.694.077</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	2.811.871	2.356.815
Despesas gerais e administrativas	<u>27.404</u>	<u>31.828</u>	<u>278.582</u>	<u>337.262</u>
	<u>27.404</u>	<u>31.828</u>	<u>3.090.453</u>	<u>2.694.077</u>

- (i) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2019
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	22.774	1.958	115.597	51.744
Juros sobre Mútuos	242	150	-	-
Atualização monetária de créditos fiscais	1	120	3.738	2.972
Receita aplicação – conta garantia TAM ARTESP – Ecovias (*)	-	-	17.866	-
Atualização monetária venda Elog	2.745	4.005	2.745	4.005
Atualização monetária ativo sujeito à indenização	-	-	103.729	-
Outras	315	191	4.022	4.181
	<u>26.077</u>	<u>6.424</u>	<u>247.697</u>	<u>62.902</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(6.793)	(32.441)	(372.390)	(298.218)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(112.409)	(61.890)	(256.942)	(176.782)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	(281.894)	(116.359)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(579)	(5.910)	(18.119)	(18.928)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	(201.018)	(179.259)
Ajuste a valor presente – provisão de manutenção e provisão de obras futuras	-	-	(41.730)	(39.536)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos financiamentos	-	-	(20.337)	(4.121)
Juros capitalizados	-	-	129.492	46.907
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras	(1.275)	(360)	(17.564)	(8.785)
Atualização monetária sobre obrigações fiscais	-	(119)	(29.742)	(16.540)
Juros sobre arrendamentos – CPC 06 (R2)	(100)	(21)	(8.865)	(8.877)
Outras	(8.938)	(4.745)	(44.042)	(29.069)
	<u>(130.094)</u>	<u>(105.486)</u>	<u>(1.163.151)</u>	<u>(849.567)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(104.017)</u>	<u>(99.062)</u>	<u>(915.454)</u>	<u>(786.665)</u>

(*) Refere-se à receita de aplicação financeira da conta garantia, em favor do Governo do Estado de São Paulo, em virtude da assinatura do Termo Aditivo Modificativo - TAM provisório em abril/2021 (18/2021), até a assinatura do TAM definitivo em novembro/2021 (19/2021), da controlada Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., conforme descrito na Nota Explicativa nº 21.iii). O valor foi integralmente transferido ao Governo do Estado de São Paulo no âmbito da assinatura do aditivo à título de Ônus da Concessão.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

28. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO - CONSOLIDADO

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) básico e diluído – resultado do exercício	0,59	(0,76)
Lucro (prejuízo) básico e diluído – resultado de operações continuadas	0,59	(0,75)

a) Lucro (prejuízo) básico por ação

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	372.042	(423.988)
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	372.042	(417.988)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	631.099	558.699
Média ponderada das ações em tesouraria	(713)	(774)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	630.386	557.925
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - R\$	0,59	(0,76)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação de operações continuadas - R\$	0,59	(0,75)

b) Lucro (prejuízo) diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações, e o plano de opção com base em ações a empregados (*Stock Options*) expirou em 28 de abril de 2020.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Dívida (i)	1.258.083	1.393.012	12.590.154	9.501.878
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras – conta reserva	(10.928)	(5.818)	(3.285.720)	(1.469.708)
Dívida líquida	1.247.155	1.387.194	9.304.434	8.032.170
Patrimônio líquido (ii)	2.120.309	56.181	2.330.038	56.181
Índice de endividamento líquido	0,59	24,69	3,99	142,97

(i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 15, 16, 17 e 21.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elegem as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como valor justo.
- Aplicações financeiras e aplicações financeiras – conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 102,2% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (102,5% em 31 de dezembro de 2020), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2021 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos (i)	Valor justo através do resultado	19.043	19.043
Clientes (ii)	Custo amortizado	204.197	204.197
Aplicações financeiras e aplicações financeiras – conta reserva (i)	Valor justo através do resultado	2.294.601	2.294.601
Outros créditos – conta reserva – Ecovias do Araguaia (vi)	Valor justo através do resultado	1.072.617	1.072.617
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	220.801	220.801
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	2.883.268	2.793.383
Debêntures (iii)	Custo amortizado	7.076.353	6.292.632
Arrendamentos a pagar(iii)	Custo amortizado	25.817	25.817
Obrigações com Poder Concedente (iv)	Custo amortizado	1.532.099	2.568.064
Obrigações com Poder Concedente (vi)	Valor justo através do resultado	1.072.617	1.072.617
<i>Phantom Stock Option</i> (v)	Custo amortizado	4.073	4.073

- (i) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras – conta reserva, aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (ii) Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias.
- (iii) Os empréstimos, financiamentos, arrendamentos a pagar e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Obrigações com Poder Concedente”.
- (v) O valor do *Phantom Stock Option* e *Phantom Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.
- (vi) Conforme Nota Explicativa nº 9.a), o valor refere-se a conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com autorização da ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga e aproxima-se do valor justo na data do balanço.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta Nota Explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$103.605 (R\$96.867 em 31 de dezembro de 2020), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures	2.982.224	2.112.512	2.209.395	3.388.501
Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES	152.467	149.959	161.415	1.435.719
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	46.854	46.175	45.502	544.302
Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	9.541	9.541	9.541	133.576
Obrigações com Poder Concedente	96.968	107.381	118.912	12.251.371
Finame	1.582	1.887	5.554	9.148
Notas Promissórias	1.299.082	-	-	-
Arrendamentos a pagar	17.252	1.066	1.589	4.979
	<u>4.605.970</u>	<u>2.428.521</u>	<u>2.551.908</u>	<u>17.767.596</u>

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$1.487.582 (ativo circulante de R\$2.593.505 e passivo circulante consolidado de R\$4.081.087), principalmente decorrente de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento.

Análise de sensibilidade*Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do USD, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III -50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	204.372	255.465	306.558
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(533.641)	(596.902)	(659.628)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(270.799)	(291.308)	(311.569)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do IPCA	(1.598)	(1.998)	(2.397)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IPCA	(21.318)	(21.971)	(22.623)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(102.337)	(144.696)	(193.601)
Juros sobre NP (Nota Promissória) (a)	Alta do CDI	(196.105)	(204.138)	(212.016)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(921.426)</u>	<u>(1.005.548)</u>	<u>(1.095.276)</u>

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	11,65%	14,56%	17,48%
IPCA (b)	3,88%	4,85%	5,82%
TJLP (c)	4,85%	6,06%	7,28%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E – Dezembro/2021.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker - CODM").

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. – Ecoponte, Concessionária do Rodoanel Norte S.A. – Ecorodoanel, Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ecovias do Cerrado S.A. e Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

b) "Holding" e serviços

Esse segmento apresenta as empresas EIL01, EIL04, Argovias Participações, ELG-01, Anish Empreendimentos, Paquetá Participações, Holding do Araguaia S.A. e as "Holdings" Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., "Holding" do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

c) Portos

Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, nesse segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) Logística

A Companhia detém 100% de participação no Ecopátio Logística Cubatão Ltda, que tem como objeto administrar o terminal intermodal e regulador do fluxo de caminhões de cargas com destino ao Porto de Santos.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Concessões rodoviárias	89,00%	89,60%
" <i> Holding </i> " e serviços	5,80%	5,78%
Portos	4,72%	3,97%
Logística	0,47%	0,65%

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira (combinadas) sumarizada relacionada aos segmentos para 31 de dezembro de 2021. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras (combinadas), bem como as práticas contábeis aplicadas:

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2021						
Balanco Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	14.620.885	527.079	68.511	13.243.836	(12.066.417)	16.393.894
Ativo circulante	1.770.701	77.664	14.857	1.575.321	(845.038)	2.593.505
Ativo não circulante	12.850.184	449.415	53.654	11.668.515	(11.221.379)	13.800.389
Passivo	14.620.885	527.079	68.511	13.243.836	(12.066.417)	16.393.894
Passivo circulante	1.948.525	92.315	2.494	2.883.719	(845.966)	4.081.087
Passivo não circulante	6.556.780	109.366	2.741	4.236.457	(922.575)	9.982.769
Patrimônio Líquido	6.115.580	325.398	63.276	6.123.660	(10.297.876)	2.330.038

31/12/2021						
Resultado	Concessões	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	4.420.063	234.635	23.361	288.069	(314.367)	4.651.761
Custo dos serviços prestados	(2.621.325)	(183.724)	(18.783)	(164.211)	176.172	(2.811.871)
Lucro bruto	1.798.738	50.911	4.578	123.858	(138.195)	1.839.890
Despesas gerais e administrativas	(228.451)	(42.976)	(6.245)	(112.670)	111.760	(278.582)
Amortização de investimentos	-	-	-	(15.349)	15.349	-
Outras receitas/despesas	6.012	3.865	1.049	(3.523)	(763)	6.640
Equivalência patrimonial	-	-	-	1.143.906	(1.143.926)	(20)
Lucro\prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.576.299	11.800	(618)	1.136.222	(1.155.775)	1.567.928
Resultado financeiro	(560.982)	71.605	383	(427.042)	582	(915.454)
Lucro\prejuízo) operacional antes dos impostos	1.015.317	83.405	(235)	709.180	(1.155.193)	652.474
Imposto de renda e contribuição social	(367.773)	(114)	161	82.514	-	(285.212)
Resultado das operações continuadas	647.544	83.291	(74)	791.694	(1.155.193)	367.262
Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	647.544	83.291	(74)	791.694	(1.155.193)	367.262
Resultado dos minoritários	-	-	-	-	(4.780)	(4.780)

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

							31/12/2020
Balanco Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado	
Ativo	9.865.857	449.681	76.131	7.657.653	(6.955.682)	11.093.640	
Ativo circulante	1.331.609	61.052	18.683	851.320	(512.576)	1.750.088	
Ativo não circulante	8.534.248	388.629	57.448	6.806.333	(6.443.106)	9.343.552	
Passivo	9.865.857	449.681	76.131	7.657.653	(6.955.682)	11.093.640	
Passivo circulante	1.478.446	209.964	1.451	1.341.415	(512.577)	2.518.699	
Passivo não circulante	4.791.668	120.610	1.330	4.489.824	(884.672)	8.518.760	
Patrimônio Líquido	3.595.743	119.107	73.350	1.826.414	(5.558.433)	56.181	

							31/12/2020
Resultado	Concessões	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado	
Receita líquida	3.824.891	169.629	27.770	246.582	(269.086)	3.999.786	
Custo dos serviços prestados	(2.230.597)	(124.101)	(17.760)	(140.650)	156.293	(2.356.815)	
Lucro bruto	1.594.294	45.528	10.010	105.932	(112.793)	1.642.971	
Despesas gerais e administrativas	(239.528)	(49.892)	(7.073)	(105.221)	64.452	(337.262)	
Amortização de investimentos	-	-	-	(26.923)	26.923	-	
Outras receitas/despesas	1.663	(75.435)	5	(367.309)	1.108	(439.968)	
Equivalência patrimonial	-	-	-	629.931	(629.935)	(4)	
Lucro\prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.356.429	(79.799)	2.942	236.410	(650.245)	865.737	
Resultado financeiro	(472.740)	(17.930)	125	(296.120)	-	(786.665)	
Lucro\prejuízo) operacional antes dos impostos	883.689	(97.729)	3.067	(59.710)	(650.245)	79.072	
Imposto de renda e contribuição social	(316.227)	(232.578)	(370)	48.883	3.232	(497.060)	
Resultado das operações continuadas	567.462	(330.307)	2.697	(10.827)	(647.013)	(417.988)	
Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	(6.000)	-	(6.000)	
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	567.462	(330.307)	2.697	(16.827)	(647.013)	(423.988)	

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – CONSOLIDADO**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Transações que não envolvem caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Direito de uso – CPC 06 (R2)	1.391	13.350
Ajuste a Valor Presente Onus Concessão	-	418.846
Ônus da Concessão – Ecovias do Araguaia	-	1.072.617

32. EVENTOS SUBSEQUENTES**Assembleia Geral de Debenturistas – AGD – 9ª emissão Ecorodovias Concessões e Serviços**

Em 02 de fevereiro de 2022, a Assembleia Geral de Debenturistas da 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada da controlada EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., aprovou a alteração da data de vencimento das referidas debêntures de 04 de fevereiro de 2022 para 04 de agosto de 2022.

Debêntures Ecovias dos Imigrantes

Em 22 de fevereiro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta Ecovias dos Imigrantes, aprovou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. A emissão será composta de 950.000 debêntures, com valor nominal de R\$1, perfazendo um total de R\$950.000, na data de emissão. O prazo de vencimento do principal será de 25 meses, contados da data de emissão. As referidas debêntures serão remuneradas pelo CDI + 1,25% a.a., e o pagamento da remuneração será realizado semestralmente, com carência de 7 meses contados da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos pela controlada com a emissão serão destinados ao pagamento de dívidas e reforço de caixa. As referidas debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6ª Emissão Debêntures Companhia

Em 22 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. A emissão será composta de 950.000 debêntures, com valor nominal de R\$1, perfazendo um total de R\$950.000, na data de emissão. O prazo de vencimento do principal será de 5 anos, contados da data de emissão, sendo amortizados anualmente a partir da data de emissão, com carência de 12 meses. As referidas debêntures serão remuneradas pelo CDI + 2,00% a.a., e o pagamento da remuneração será realizado semestralmente, a partir da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão serão destinados ao pagamento de atual dívida de caixa. As referidas debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(g) e 25)

A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão.

Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil.

Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia.

Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia.

Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Redução ao valor recuperável do ativo intangível – contratos de concessão (Notas 3(b) e 13)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 11.387.902 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.

A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras. Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração.

Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos.

Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Acordo de Não Persecução Cível ("ANPC")

Em virtude das investigações realizadas pelo Ministério Público de São Paulo ("MPSP"), a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias") celebrou Acordo de Não Persecução Cível ("ANPC") com o MPSP. O ANPC foi celebrado no âmbito e com vistas à resolução consensual dos objetos dos inquéritos civis PJPP-CAP no 1.071/2014, 295/2018 e 489/2018, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital de São Paulo.

Em 21 de setembro de 2021 o MPSP decidiu pela não homologação do ANPC determinando o arquivamento dos inquéritos civis supramencionados, entretanto em 7 de dezembro de 2021, o Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo ("CSMPSP") reconsiderou a decisão e, acolheu parcialmente os embargos de declaração.

Conforme divulgado na Nota 22 (g) às demonstrações financeiras, o acordo estabelece que a Ecovias arcará com o valor de R\$ 638.000 mil, que será destinado conforme decidido entre o MPSP, Secretaria de Estado de Logística e Transportes de São Paulo e a Ecovias. Desse valor, R\$ 38.000 mil serão pagos pela Companhia.

Este tema foi considerado com um dos Principais Assuntos de Auditoria em razão da complexidade dos julgamentos envolvidos para a definição dos reflexos contábeis, bem como pela relevância dos valores. Com o suporte de nossos especialistas jurídicos, realizamos a leitura do ANPC firmado entre a Ecovias e o MPSP e o respectivo aditivo do acordo e mantivemos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender os termos do acordo e os seus aspectos legais, bem como obtivemos opiniões legais dos advogados que cuidaram do ANPC.

Também envolvemos os nossos especialistas forenses para analisar, de forma geral, as características e estrutura do acordo.

Inspecionamos os valores dispostos no ANPC e os confrontamos com os montantes incluídos nos relatórios auxiliares da Companhia, que serviram de base para as contabilizações e divulgações realizadas pela administração.

Observamos os procedimentos e controles de conformidade implementados pela Companhia, além das políticas internas.

Com base nos procedimentos realizados, consideramos que as tratativas contábeis e de divulgação estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria.

Termo Aditivo Modificativo ("TAM")

Em 24 de novembro de 2021 a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias") e o Estado de Paulo, por sua Secretaria de Logística e Transportes, firmaram o Termo Aditivo e Modificativo nº 19/2021.

Conforme divulgado na Nota 21 (iii) às demonstrações financeiras, o termo estabelece que a Ecovias desembolse o valor de R\$ 630.866 mil, no momento da assinatura do termo. Adicionalmente a Ecovias deverá realizar novos investimentos nos trechos dessa concessão, em contra partida obteve o direito de estender o prazo do contrato de concessão até 2033, além de outros aspectos divulgado na nota explicativa às demonstrações financeiras.

Este tema foi considerado com um dos Principais Assuntos de Auditoria em razão da relevância dos valores apresentados no termo, bem como pela complexidade e julgamento envolvido. Com o suporte de nossos especialistas jurídicos, realizamos a leitura do TAM firmado entre a Ecovias e o Estado de São Paulo e mantivemos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender os termos do acordo e os seus aspectos legais, bem como obtivemos opiniões legais dos advogados que cuidaram do TAM.

Inspecionamos os valores dispostos no TAM e os confrontamos com os montantes incluídos nos relatórios auxiliares da Companhia, que serviram de base para as contabilizações e divulgações realizadas pela administração.

Com base nos procedimentos realizados, consideramos que as tratativas contábeis e de divulgação estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria.

Descumprimento de leis, normas e regulamentos (Nota 22(f))

Em virtude das investigações realizadas pelo Ministério Público Federal ("MPF"), no âmbito da "Operação Infinita Highway", a Companhia finalizou as análises internas e apurou os efeitos do não cumprimento das cláusulas do contrato de concessão entre a Eco101 e o Poder Concedente.

Nesse sentido, a administração da Companhia, assessorada por especialistas independentes, apurou os fatos e os valores devidos pelo não cumprimento do contrato, no valor de R\$ 72.614 mil. Adicionalmente, a Companhia está trabalhando juntamente com os seus assessores jurídicos no sentido de buscar um possível acordo junto ao MPF para encerramento deste inquérito.

Este tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em razão da complexidade para apuração das obrigações contratuais e em função de aspectos relacionados à forma de encerramento deste assunto. Com o suporte de nossos especialistas forenses, realizamos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender o andamento do processo, bem como das ações tomadas pela administração para apurar o valor da obrigação registrada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, bem como as atualizações sobre o tema para o exercício de 2021. Adicionalmente, realizamos a análise da documentação disponível sobre o tema.

Envolvemos também os nossos especialistas jurídicos para analisar a razoabilidade das premissas jurídicas adotadas pela Companhia, fundamentada em posição dos seus advogados externos, em relação aos efeitos do descumprimento contratual da concessionária que está sendo apurado no Inquérito Policial.

Avaliamos a razoabilidade dos cálculos realizados pela Companhia, que suportam as contabilizações e divulgações feitas pela administração.

Consideramos que as divulgações estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria

contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.
CNPJ nº 04.149.454/0001-80
NIRE 353.001.819.48
COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 14 de março de 2022, às 13:00 horas, por meio de videoconferência.

PRESENÇA: Participação dos Conselheiros Fiscais titulares Sérgio Tuffy Sayeg – Presidente, Caio Cezar Monteiro Ramalho e Paulo Sergio Aldrighi; e Conselheiros Fiscais suplentes Eduardo Georges Chehab, Gaspar Carreira Júnior e José Dimas Gurgel, eleitos em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2021.

MESA: Presidente: Sérgio Tuffy Sayeg, e Secretário: Paulo Sergio Aldrighi

ORDEM DO DIA: Em continuidade às reuniões e discussões prévias realizadas em 25 de fevereiro e 09 de março de 2022, com as participações de representantes da Administração e também de sócio e gerente da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, tomar conhecimento e opinar sobre o que segue, para emissão de parecer:

- I. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, do valor adicionado, complementados pelas notas explicativas;
- II. Propostas da Administração para distribuição de dividendos e orçamento de capital, a serem submetidas à Assembleia Geral;
- III. Relatório, desta data, sem ressalva, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes;
- IV. Estudo Técnico referente à manutenção dos montantes registrados de créditos fiscais diferidos na data base de 31 de dezembro de 2021, em atendimento à Deliberação CVM nº. 599, de 15 de setembro de 2009 e ao Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro; e
- V. Deliberações do Conselho de Administração em reunião realizada em 10 de março de 2022 e assistida pelos membros do Conselho Fiscal.

DELIBERAÇÕES: Finalizada a análise dos referidos documentos, que ficam arquivados na área do Conselho Fiscal no Portal de Governança da Companhia, os Conselheiros Fiscais efetivos emitem o seu parecer, nos termos do Anexo à presente ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão para que se lavrasse a presente ata, que, depois de lida, foi aprovada pela totalidade dos presentes. São Paulo, 14 de março de 2022.
Presidente: Sérgio Tuffy Sayeg. Secretário: Paulo Sergio Aldrighi. Conselheiros Fiscais titulares: Sérgio Tuffy Sayeg - Presidente, Caio Cezar Monteiro Ramalho e Paulo Sergio Aldrighi. Conselheiros Fiscais suplentes: Eduardo Georges Chehab, Gaspar Carreira Júnior e José Dimas Gurgel.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Paulo Sergio Aldrighi – Secretário

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.
CNPJ nº 04.149.454/0001-80
NIRE 353.001.819.48
COMPANHIA ABERTA

Anexo à Ata de Reunião do Conselho Fiscal realizada em 14 de março de 2022

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros titulares do Conselho Fiscal, todos independentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. realizada em 28 de abril de 2021, desenvolveram, a partir da sua posse, trabalhos de forma abrangente tanto em conjunto como individualmente.

As reuniões do Conselho Fiscal realizadas até a presente data contaram sempre com a presença dos três membros titulares.

Não somente, mas também nessas ocasiões, documentos e amplo conjunto de informações e esclarecimentos foram solicitados pelos membros do Conselho Fiscal e fornecidos pela Companhia.

Nas reuniões, quando solicitadas, foram registradas as presenças de representantes da Administração e suas equipes, membros do Comitê de Auditoria e de sócio e gerentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para prestação de esclarecimentos, dentre outros, sobre (i) as operações da Companhia e das controladas; (ii) a dinâmica dos negócios e resultados no período e as medidas adotadas pela Companhia e suas controladas sobre os impactos decorrentes da pandemia do coronavírus; (iii) estrutura, processo e plano de gestão de riscos e matriz de riscos corporativos; (iv) proposta para aumento do capital social; (v) relatório de recomendações para o aprimoramento de controles internos, elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes em conexão com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, acompanhado dos comentários e planos de ação da Administração; (vi) premissas e demonstrativos de cálculo utilizados para provisão de manutenção e testes de recuperabilidade de ativos (impairment) e também para contabilização relativa à outorga da Eco 135; (vii) posição geral do endividamento, captações de recursos e cronograma de vencimentos; (viii) obrigações e discussões com o Poder Concedente, inclusive o Governo do Estado do Paraná; (ix) contabilização para manutenção dos montantes registrados de créditos fiscais diferidos no exercício social de 2021; (x) atualizações jurídicas, impactos e providências decorrentes do Acordo de Não Persecução Cível com o Ministério Público do Estado

de São Paulo, do Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal – Paraná, da investigação na Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (“Operação Infinita Highway”) e Monitoramento Independentes; (xi) Termo Aditivo Definitivo para extensão do fim do contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes; (xii) principais assuntos de auditoria; e (xiii) modificações na composição da Diretoria Executiva e Diretorias.

Os membros titulares do Conselho Fiscal da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em cumprimento ao que dispõe a Lei nº. 6.404/1976 e suas alterações, examinaram (a) o Relatório da Administração, e (b) as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e respectivas notas explicativas.

O Conselho Fiscal conheceu a Proposta da Administração relativa aos dividendos mínimos obrigatórios, não tendo apreciado o orçamento de capital, tendo em vista a informação recebida da Administração de que o mesmo será objeto de deliberação e divulgação apenas oportunamente, para ser também submetido à Assembleia Geral Ordinária.

Foi também examinado o Estudo Técnico referente à manutenção dos montantes registrados de créditos fiscais diferidos na data base de 31 de dezembro de 2021, em atendimento à Deliberação CVM nº. 599, de 15 de setembro de 2009 e ao Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Com base nos documentos examinados, nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração e auditores independentes no decorrer do exercício social, e também no Relatório, desta data, sem ressalva, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros titulares do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os documentos acima referidos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação.

São Paulo, 14 de março de 2022.

Sérgio Tuffy Sayeg - Presidente Caio Cezar Monteiro Ramalho

Paulo Sergio Aldrighi

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Relatório Anual do Comitê de Auditoria – Exercício Social 2021

Aos Conselheiros de Administração da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Ref.: Relatório Anual do Comitê de Auditoria – Exercício Social 2021

Prezados Senhores,

O propósito deste documento é apresentar o Relatório Anual do Comitê de Auditoria – Exercício Social 2021, indicando-se os destaques das atividades e das recomendações referentes ao exercício social de 2021.

Este documento foi preparado sob a coordenação de Ricardo Bisordi de Oliveira Lima (conselheiro independente), nomeado a partir de 16.11.2021, e representa sumário dos trabalhos do Comitê de Auditoria.

Apresentação

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) é órgão de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“Companhia” ou “Ecorodovias”), que tem a função de assegurar que o negócio seja conduzido em conformidade com as leis, ética e controles internos da Companhia.

O Comitê é, nos termos de seu Regimento Interno, composto por 3 (três) membros sendo coordenado, preferencialmente, pelo conselheiro independente indicado pelo Conselho de Administração da Companhia para liderar o Comitê.

Os membros do Comitê devem ter experiência em gestão empresarial, finanças, contabilidade ou auditoria. Especificamente, o conselheiro independente e o coordenador do órgão deverão ter formação acadêmica e notória experiência na área de finanças e contabilidade.

Desde 16.11.2021 o Comitê é composto por Ricardo Bisordi de Oliveira Lima (conselheiro independente e coordenador) e Alberto Pernigotti.

Resumo das Atividades no Exercício de 2021

Em 2021, o Comitê realizou 15 (quinze) reuniões que contemplaram a análise de 86 (oitenta e seis) pautas, entre itens informativos e de recomendação de aprovação ao Conselho de Administração, distribuídas conforme gráfico abaixo, onde se nota 77% das pautas com caráter informativo (66 pautas) e 23% das pautas com caráter deliberativo (20 pautas):

(Quadros disponíveis em Demonstrações Financeiras Anuais Completas - DFA no link:
<https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmExibirArquivoIPEEexterno.aspx?NumeroProtocoloEntrega=958268>)

Do total de 86 (oitenta e seis) pautas, o Comitê analisou temas sensíveis para a Companhia, tais como: Gestão de Riscos e Controles Internos, Transações com Partes Relacionadas, Anticorrupção e Antissuborno, Ética, Auditoria Interna, Auditoria Externa e demais matérias de competência ao órgão, conforme figura abaixo:

(Quadros disponíveis em Demonstrações Financeiras Anuais Completas - DFA no link:
<https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmExibirArquivoIPEEexterno.aspx?NumeroProtocoloEntrega=958268>)

Entre as atividades realizadas no exercício, destacam-se as seguintes:

- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais;
- Avaliação das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- Acompanhamento da matriz de riscos empresarial;
- Acompanhamento das atividades do Programa de Ética – Sistema de Integridade, incluindo o monitoramento dos relatos do Canal de Ética;
- Acompanhamento das atividades do Monitoramento Independente;
- Acompanhamento do projeto de Certificação ISO 37001;
- Acompanhamento dos procedimentos que estão sendo adotados pela Companhia para mitigação de riscos de compliance em suas atividades;
- Acompanhamento do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna; e
- Realização de reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal.

Conclusões e Recomendação ao Conselho de Administração

Durante o exercício de 2021, os membros do Comitê de Auditoria da Ecorodovias, tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, consideraram todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados, anteriormente aqui descritos de forma sumarizada, e concluíram que: i) os processos de controles internos foram efetivos e as ações de prevenção e combate à fraude e corrupção foram adequadas; ii) a Auditoria Interna teve orçamento financeiro adequado para o desempenho satisfatório de suas funções; e iii) a Auditoria Independente foi efetiva e não foi reportada nenhuma ocorrência que pudesse comprometer sua independência.

Neste contexto, como resultado do trabalho de acompanhamento e supervisão efetuados durante o exercício social de 2021 e, ainda, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PwC, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício, o Comitê de Auditoria opinou que toda a documentação apresentada refletia adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendou a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei nº 6.401/1976.

São Paulo, 10 de março de 2022.

Ricardo Bisordi de Oliveira
Coordenador do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que: Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo – SP, 14 de março de 2022.

Marcello Guidotti

Diretor Presidente, Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e de Gestão de Pessoas

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que: Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo – SP, 14 de março de 2022.

Marcello Guidotti

Diretor Presidente, Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e de Gestão de Pessoas